

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO
ENSINO MUNICIPAL (SINPEEM): 1986-2004.**

Alessandro Rubens de Matos

SÃO PAULO

2010

ALESSANDRO RUBENS DE MATOS

**TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO
ENSINO MUNICIPAL (SINPEEM): 1986-2004.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

SÃO PAULO

2010

FICHA CATALOGRAFICA

Matos, Alessandro Rubens de

Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004. / Alessandro Rubens de Matos. 2010.

113 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2010.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. Sindicalismo docente. 2. SINPEEM 3. Sindicato.

CDU 37

**TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO
ENSINO MUNICIPAL (SINPEEM): 1986 - 2004.**

POR

ALESSANDRO RUBENS DE MATOS

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade Nove de
Julho – UNINOVE, como exigência para a obtenção do
título de Mestre em Educação**

Presidente: Prof. Carlos Bauer de Souza, Dr – Orientador, Uninove

Membro: Prof. Amarilio Ferreira Júnior, Dr - UFSC

Membro: Prof. Celso do Prado Ferraz de Carvalho - Uninove

São Pualo, 08 de Dezembro de 2010

RESUMO

Este trabalho estuda a trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM), entre 1988-2004. Procuramos compreender o papel desse sindicato em uma perspectiva histórico-social e assim poder constatar e analisar alguns dos aspectos importantes de sua atuação junto à categoria docente do município de São Paulo. Nosso objetivo foi trazer para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical dos professores, procurando entendê-los também no momento em que expressam suas concepções de mundo e crítica social nesse terreno arduamente construído. No decorrer do estudo, apresentamos as experiências do movimento sindical dos professores, especialmente a partir do final dos anos de 1970, em que os docentes foram às ruas, lutar por direitos sociais e políticos na esfera educativa. Buscamos também demonstrar a relação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal - SINPEEM com os governos municipais e verificar em que medida esta entidade foi capaz de produzir ações políticas que redundassem em conquistas econômicas e sociais para a categoria docente.

Palavras-chave: Sindicalismo docente; SINPEEM; Sindicato.

ABSTRACT

This paper studies the trajectory of the Association of Professionals in Higher Education Hall (SINP), between 1988-2004. We seek to understand the role of this union in a historical-social process and hereby authorized to establish and analyze some of the important aspects of their work with the class teacher in São Paulo. Our goal was to bring to the field of research, in education, studies that are concerned with the experiences and forms of political and trade union of teachers, seeking to understand them also when they express their worldviews and social criticism in this field arduously built. During the study we present the experiences of the teachers' union movement, especially from the end of 1970, where teachers took to the streets, fighting for social and political rights in education. We also aim to demonstrate the relationship of the Association of Professionals in Higher Education Hall - IPNS with municipal governments and verify the extent to which this entity was able to produce political actions that result in social and economic achievements to the class teacher.

Keywords: Teacher Unionism; SINPEEM; Union.

Ouvir
Ler foneticamente

Dicionário - Ver dicionário detalhado

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 - ORIGEM DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SINPEEM | 14 |
| 1.1 GREVES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE 1978 E 1979: COM LICENÇA EU VOU A LUTA! | 26 |
| 1.2 PREFEITO MARIO COVAS, ABERTURA POLÍTICA E APEEEM..... | 33 |
| 1.3 PREFEITO MARIO COVAS E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL ... | 40 |
| 1.4 CUT E CAMPANHA DAS DIRETAS..... | 44 |
| CAPÍTULO 2 - GOVERNO JÂNIO QUADROS (1986-1988): A volta dos ventos autoritários | 47 |
| 1.1 GREVE 1987: O AUGUE DA REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS | 55 |
| CAPÍTULO 3 - RELAÇÃO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, PAULO FREIRE, COM SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL (SINPEEM): 1989-1992. | 58 |
| CAPITULO 4 - SINPEEM E A DIFÍCIL TRAJETÓRIA NOS GOVERNOS MALUF e PITTA | 74 |
| 4.1 - POLÍTICA EDUCACIONAL DOS PREFEITOS PAULO MALUF E CELSO PITTA | 74 |
| 4.2 – O SINPEEM DIANTE DOS GOVERNOS MALUF E PITTA | 79 |
| CAPÍTULO 5 - SINPEEM E O GOVERNO DA PREFEITA MARTA SUPLICY (2001-2004) | 87 |
| CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES | 99 |
| 1 – POSSIBILIDADES | 113 |

| | |
|--------------------------|------------|
| FONTES | 119 |
| REFERÊNCIAS | 121 |

LISTA DE SIGLAS

APEEEM - Associação dos Professores e Especialistas em Educação no Ensino Municipal.

APEEM - Associação dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal.

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

APESNOESP - Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo.

APPMG – Associação dos Professores Primários de Minas Gerais.

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

C.L.T. - Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação.

COB - Confederação Operária Brasileira.

CPEU - Comissão Pró-entidade Única.

CPP – Centro do Professorado Paulista.

CS – Convergência Socialista

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EFP – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis.

FENASE – Federação Nacional de Supervisores do Ensino.

FENOE – Federação Nacional dos Orientadores Educacionais.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IPESP - Instituto dos Professores do Estado de São Paulo.

MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado.

MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

MOAP - Movimento de Oposição Aberta dos Professores.

MUP - Movimento pela União dos Professores.

OCDE - Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONG – Organização Não Governamental.

OT – O Trabalho

PCB - Partido Comunista do Brasil.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PDS – Partido Democrático Social.

PP – Partido Popular.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RE – Reunião de Representantes.

SINP – Sistema de Negociação Permanente.

SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal.

SINPRO – Sindicato dos Professores de São Paulo.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

USP – Universidade de São Paulo.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é a trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM), entre 1988-2004. Nesse percurso, procuramos compreender o papel desse sindicato em uma perspectiva histórico-social e por meio desse processo poder constatar e analisar alguns dos aspectos importantes de sua atuação junto à categoria docente do município de São Paulo.

Nosso principal objetivo é trazer para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical dos professores, procurando entendê-los também no momento em que expressam suas concepções de mundo e crítica social nesse terreno arduamente construído. Opinamos que estudar esta temática é fundamental, na medida em que os sindicatos, ligados aos professores, foram de capital importância no processo de acesso e democratização de alguns dos direitos inerentes ao desempenho profissional desses trabalhadores da educação, educadores, servidores públicos.

Estamos, no entanto, no Brasil, longe de ter universalizada uma série de direitos políticos, sociais e econômicos. Esta tarefa ainda está por ser construída, consolidada e entendemos que a burguesia brasileira não tem a intenção de priorizar, em suas ações, uma verdadeira democratização da terra, saúde, educação, moradia dentre outros.

Em particular, dentro da esfera educacional, esta questão fica ainda mais latente, os problemas são de toda ordem, salas de aula superlotadas, falta de estrutura nas escolas, baixos salários, jornadas estafantes, entre outros. De modo que concordamos com Vítor Paro (2000):

A situação precária em que se encontra o ensino público, em especial o de 1º grau, no Brasil, é fato incontestável, cujo conhecimento extrapola o limite dos meios acadêmicos, expandindo-se por toda a população. A situação também não é nova, persistindo por décadas, com tendências de agravamento dos problemas e carências, sem que o estado tome medidas efetivas visando a sua superação. (PARO, 2000, p.19)

A superação de alguns desses entraves passa, a nosso ver, pelas potencialidades das organizações dos trabalhadores e, em especial, os da educação. Concordamos ainda com Paro (2000, p.19) que “[...] parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços significantes no sentido da democratização do saber, sem que isso seja compelido pela sociedade civil.”

Nesse sentido, estudar os instrumentos dos trabalhadores, em nosso caso, os sindicatos docentes, que carregam em suas bandeiras reivindicações e ações¹ que possibilitam a milhões de pessoas condições materiais e sociais alterando o estado de desigualdade imposto pelas classes dominantes.

A educação brasileira carrega em sua história, de forma vigorosa, as marcas dos sindicatos docentes. Foram eles, junto com outros agentes sociais, que protagonizaram importantes lutas pela democratização da escola pública e de outras instituições do Estado brasileiro. Não foram poucos os militantes ligados a essas entidades que enfrentaram perseguições de toda ordem. Carregando sobre seus ombros as bandeiras, cujo conteúdo estava alicerçado na busca por uma escola pública de gestão democrática e acessível aos trabalhadores, com condições estruturais apropriadas para o exercício do ensino de qualidade, favorecedora da aprendizagem dos alunos; por salários que possibilitassem aos educadores terem uma vida digna; por verbas para a educação. Enfim, foram militantes, homens e mulheres, que não se furtaram da tarefa de lutar por direitos na esfera educativa.

Esses sujeitos históricos construíram entidades sindicais que influenciaram fortemente a história da educação no Brasil. Assim, nossa tentativa nesta pesquisa também foi a de resgatar o papel dos sujeitos sociais e das entidades que participaram da construção da escola pública brasileira.

¹ - Notadamente nem todos os sindicatos docente tiveram ou tem esse caráter.

Notadamente, muitos textos, manuais, livros de história da educação e do Brasil omitem a participação dos trabalhadores no processo histórico brasileiro. Para Boito Junior (2005):

Existe uma concepção da história do Brasil que omite sistematicamente a intervenção dos trabalhadores no processo histórico nacional. Essa concepção aparece em diferentes versões. Uma primeira versão, de motivação conservadora e elitista, que consiste em abordar os acontecimentos da história nacional, como a Independência, a Abolição, a República, a Revolução de 1930, o fim da ditadura e outros, ocultando, pelo silêncio ou pela negação explícita, a importância da interferência dos trabalhadores na definição dos rumos de tais processos políticos. Outra versão de motivação distinta, que subjetivamente pode, eventualmente, ser até simpática aos trabalhadores, é aquela que analisa as condições de vida, as formas de organização e a luta dos trabalhadores ou, mais recentemente, seus hábitos e suas práticas culturais, separadamente das transformações políticas e sociais pelas quais o Brasil passou ao longo da história. (BOITO JR, 2005, p.206)

Trata-se, portanto, de fazer uma história de cima para baixo e de olhar os trabalhadores, não como sujeitos da história, mas como seres exóticos. Em ambos os casos, a exclusão dos sindicatos e dos trabalhadores está posta.

No caso do sindicalismo docente, alguns trabalhos, principalmente a partir dos anos de 1990, começam a dar importância significativa para o movimento sindical dos professores como agente de intervenção dos acontecimentos políticos.

Em nossa pesquisa, consultamos alguns desses autores preocupados com a questão dos sindicatos docentes. Destacamos o trabalho de Amarilio Ferreira Júnior e Marisa Bittar (2006, p.79) que chamam a atenção para o fato de que a luta sindical, encampada pelos professores, tem “uma incidência direta na escola pública”. Além disso, os autores destacam o papel do movimento sindical docente que, no combate às políticas da ditadura militar no Brasil, conseguiu ampliar as reivindicações para além das lutas econômicas, afirmando-se como um dos pilares na luta pela democratização. Esta forma aguerrida do sindicalismo docente, segundo

os autores, é um dos “principais fatos da história da educação brasileira” (2006, p.86).

Pesquisando um pouco mais a fundo a obra de Amarílio Ferreira Júnior, encontramos sua pesquisa de doutorado com o título *Sindicalização e Proletarização: a saga dos professores brasileiros*. Esse trabalho procurou estudar a trajetória sindical dos docentes da educação básica a partir da Confederação de Professores do Brasil. Nessa pesquisa, chama a atenção o fato de o autor defender de forma peremptória que:

[...] a qualidade de ensino da escola pública brasileira passa em primeiro lugar pela equação da questão salarial [...]. Se o professor deve dar o máximo de que é capaz e apresentar o melhor resultado possível, deve também contar com o respeito, não só por parte de seus alunos, mas também da sociedade e do governo. (FERREIRA Jr, 1998, p.251).

Nota-se que tal defesa vai na contramão dos discursos dominantes que responsabilizam os professores por muitos dos problemas que se produzem no cotidiano escolar como, por exemplo, o baixo grau de aprendizagem dos alunos.

Temos também o trabalho de mestrado de Amilton Carlos Gerolano (2007, p.2) que estuda a relação de conflito entre governo, dirigentes sindicais e trabalhadores. Nele, ressalta sua preocupação sobre o papel do sindicato como moderador da luta de classes e de como os dirigentes sindicais sucumbiram à burocrática estrutura sindical, descolando seu agir, seu pensar da base que pretendem representar e “passam a ter atitudes e comportamentos que ostentam a condição de gestores da administração sindical. Ficando relegada, para um segundo plano, a libertação dos trabalhadores.”

Tal estudo tem o mérito de mostrar como a estrutura sindical, herdada da ditadura militar, leva os militantes a lutarem ou não contra a formação de uma falsa consciência, construída no bojo da burocracia sindical.

Já Ledercy Gigante de Oliveira (1992, p.143) demonstra o papel histórico do movimento sindical docente “lutando com firmeza no sentido de preservar e garantir

conquistas no plano educacional”. A autora afirma também que, com todas as contradições existentes nos sindicatos, somente a “organização permitirá ao professor resgatar o controle e a autonomia sobre seu trabalho, não de forma individual e isolada”. Essa dissertação evidencia, dentre outras coisas, o processo de alienação que leva muitos professores à desistência da atividade docente. A mudança de tal problemática só ocorrerá com a luta pela democratização da educação brasileira em todas as suas esferas.

Destacamos outro importante trabalho, o de Maria Victória de Mesquita Benevides Soares (1994) a respeito das possibilidades de atuação sindical. Para ela “a posição de um sindicato define-se por sua capacidade de obter sucesso na intervenção que faz”. (1994, p.91). O êxito dessa atuação depende, segundo a autora, do “saber fazer docente transformador” que “liga-se a situações de compromisso com a mudança, de luta por direitos”. Nesse sentido, este trabalho se destaca por unificar a ação docente à ação sindical, sendo, portanto, papel do professor lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Na mesma direção, Moacir Gadotti (2003), em seu livro *Pensamento pedagógico brasileiro*, no qual debate o papel do professor segundo as várias correntes da educação brasileira, ensina que:

Na luta por uma sociedade de iguais, uma sociedade socialista, o educador crítico utiliza-se das armas de que dispõe: a formação da consciência e a organização de sua categoria, associando as lutas políticas do oprimido com as lutas pedagógicas. (GADOTTI, 2003, pág. 120)

Outro trabalho que se debruça sobre a temática dos sindicatos docentes é o de Vera Lúcia Aparecida de Castro Dobbeck. A autora estuda os processos de construção da consciência política do professor, tendo como referência maior a relação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP - com os docentes da rede estadual de ensino. Segundo ela (2000, p.179) “[...] a categoria numa relação dialética com sua entidade de classe, se conforma de acordo com sua práxis e a práxis da categoria está diretamente

Entre outros problemas, podemos citar que o fim da ditadura tirou do movimento o caráter de ponta de lança da luta democratizante (o que “corporativizou” o movimento). Alguns segmentos tiveram que se adaptar às reestruturações produtivas que reduziram a sua base social e à estabilização econômica que tirou a legitimidade das constantes demandas por recomposição salarial. Finalmente, e em um sentido mais ideológico, a agenda de discussão pública, o consenso social e o horizonte político passaram a ser marcados em termos neoliberais. (JULIÁN, FONTORA e GENTILI, 2009, p.24)

Por fim, destacamos dois trabalhos de Renato Sampaio Sadi. O primeiro com o título de *Os condicionantes políticos da formação docente: o debate sobre o neoliberalismo no jornal do SINPEEM - Sindicato dos Profissionais da Educação Municipal* e, o segundo, *Projeto das Direções Sindicais da Educação de São Paulo*. No primeiro, procura mostrar que o SINPEEM utilizou seu jornal como um instrumento de comunicação contra-hegemônico, disseminando, entre os professores, discursos contra o neoliberalismo.

No segundo, analisa os projetos de intervenção sindical do SINPEEM e do Sindicato dos Professores de São Paulo-SP (SINPRO). Explica, também, as diferenças entre as correntes políticas no seio desses dois sindicatos, destacando o papel, segundo ele, importante do Presidente do SINPEEM na condução política da entidade.

Ressaltamos que esses dois trabalhos foram os únicos encontrados sobre o SINPEEM, a maioria das dissertações e teses que tivemos a oportunidade de consultar tem como objeto de estudos a APEOESP.

A intenção de pesquisar o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal surgiu a partir de nossa participação em seus fóruns, primeiro como Representante de Escola – RE, depois como conselheiro eleito, função que ocupei de 2004 a 2006.

Esta dissertação, em sua primeira parte, apresenta o processo de surgimento da entidade, bem como a transformação, em caráter político, de uma associação assistencialista, que comungava com alguns preceitos que eram próprios do regime

de uma entidade de luta, que protagonizou importantes movimentos pela democratização do país e da escola pública na cidade de São Paulo.

Depois, procuramos construir parte da trajetória da entidade, justapondo seus discursos e ações com os dos governos municipais vigentes. Nesse sentido, buscamos apontar, brevemente, aspectos das políticas governamentais dos prefeitos e verificar a contrapartida do SINPEEM.

Por fim, analisamos elementos da estrutura e funcionalidade do SINPEEM, mas que podem ser estendidos para outros sindicatos docentes, e que interferem nos posicionamentos políticos e ações da entidade, apontando limites e possibilidades.

Longe de estar esgotado, o movimento sindical docente, como objeto de estudos, permanece em aberto a todos os interessados. Esperamos que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir com elementos que ajudem na continuidade das discussões e, portanto, na superação dos entraves no que diz respeito à organização sindical docente.

CAPÍTULO 1 - ORIGEM DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SINPEEM.

O Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal tem sua origem na Associação dos Professores e Especialistas de Educação do Ensino Municipal² (APEEEM) que foi fundada³ em 18 de dezembro de 1976. Sendo transformada em Associação dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal⁴ (APEEM), em 1988. Nos primeiros anos de sua existência tinha, como maioria dos seus associados, Diretores, Coordenadores e Supervisores da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo. Essa entidade, inicialmente, caracterizou-se pela política de conciliação com os governos municipais, procurando atender aos interesses mais imediatos dos chamados especialistas (Diretores, Supervisores e Coordenadores).

Sua política seguia os parâmetros de um rol de associações da época denominadas “chapa branca ou pelega”, que se constituíram, principalmente, a partir da carta constitucional outorgada por Getúlio Vargas, em 1937 e detalhada em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), que mantinha a estrutura sindical oficial e negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos. A eles era permitida apenas a criação de associações para fins beneficentes, recreativos e de economia ou corporativismo, ou seja, de caráter clientelista, o que explica a organização de muitas associações de funcionários públicos docentes, dentre elas, podemos destacar, o Centro do Professorado Paulista (CPP), a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), hoje

² - Passou de APEEEM para APEEM no final de 1988, quando da aprovação do Estatuto. A intenção com a mudança era de abarcar não só professores e especialistas, mas também funcionários de escola que atuavam nas secretarias, na cozinha, na vigilância e também os inspetores.

³ - Documento com o seguinte título: Nota explicativa sobre a proposta de Estatuto da APEEM 1980

⁴ - Passou de APEEEM para APEEM no final de 1988, quando da aprovação do Estatuto. A intenção com a mudança era de abarcar não só professores e especialistas, mas também funcionários de escola que atuavam nas secretarias, na cozinha, na vigilância e também os inspetores.

denominado Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Além disso, o golpe civil militar de 1964 reforçou ainda mais o caráter assistencialista e moderador dos sindicatos, implantando a proibição do direito de greve, com a Lei 4.330/64, e autorizando os Governos a possibilidade de estabelecer ajustes salariais sem negociação. Seguindo a mesma linha repressora, foi criado o Estatuto dos Funcionários Públicos (EFP), a Lei 10.261/68, que proibia ao funcionário “fundar sindicato de funcionários ou deles fazer parte”. Somente com a Constituição de 1988 (artigo 115), os servidores públicos conseguiram o direito de se sindicalizar.

É a partir dessas mudanças na legislação que se abriu espaço para a alteração do nome da entidade, o que acabou ocorrendo. Segundo Renato Sampaio Sadi:

Com a aprovação da Constituição de 1988, assegurado o direito a livre associação sindical, também aos servidores públicos, a associação (APEEM) foi transformada em Sindicato, abrangendo não só professores e especialistas, mas também os demais funcionários ligados à área da educação. A sigla SINPEEM, significa, portanto Sindicato dos Profissionais da Educação no Ensino Municipal.

Em 19 de novembro de 1988, na sede do Sindicato dos Condutores de Veículos e Anexos do Estado de São Paulo, realizou-se a Assembléia de fundação do SINPEEM. (SADI, 1996, p.70)

Os fundadores da antiga APEEEM eram signatários da política dos governos militares, majoritariamente pertenciam à Aliança Renovadora Nacional - ARENA, partido sustentáculo da ditadura militar. Faziam uma diretoria de composição com setores minoritários ligados ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Não se tratava, portanto, de uma entidade preocupada em resolver os problemas enfrentados pelos docentes, tampouco de intervir sobre problemas políticos latentes da época. Pelo contrário, posicionavam-se contra as entidades, grupos políticos ou movimentos sociais que se propunham a combater a ditadura e democratizar a escola pública.

Nesse período, muitos dos docentes da rede municipal da cidade de São Paulo, que possuíam alguma atuação política, estavam ligados aos movimentos oposicionistas que atuavam, na legalidade, no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, participando do Movimento pela União dos Professores (MUP) e do Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP), os dois últimos formados no final da década de 1970, com objetivo principal de alavancar as lutas sindicais dos docentes, “adormecidas” pelas associações governistas e pela ditadura militar. Amarílio Ferreira Júnior estudando o movimento docente, em meados da década de 1970, nos revela que

A partir de 1976, surgiram as primeiras manifestações do novo fenômeno que caracteriza o movimento sindical do magistério nacional. Processou-se, no estado de São Paulo, a organização de duas tendências políticas da categoria dos professores da escola pública de 1º e 2º graus: o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberta de Professores. A segunda era uma dissidência da primeira. Ambas, depois da greve de 1978, articulavam-se na Comissão Pró-Entidade Única para fazer oposição sindical à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, ao Centro do Professorado Paulista e ao Sindicato dos Professores de São Paulo. (FERREIRA Jr.)⁵

O MUP e MOAP exerceram forte pressão, em 1978, sobre a direção da APEOESP. Esse fato resultou em uma assembléia Geral na Escola Caetano de Campos, na Cidade de São Paulo, quando, então, foi aprovada uma pauta de reivindicações e criada a Comissão Aberta dos Professores. Esses fatores foram fundamentais para a unificação dos setores da oposição e tiveram como consequência a formação do Comando de Greve Geral (criado na greve de 1978) e da Comissão Pró-entidade Única (CPEU). É da CPEU que se formou a chapa de oposição que venceu as eleições da APEOPESP, com 77% votos, em 1979. Assim, esse período pode ser caracterizado como um marco importante na história da luta dos docentes, pois, além de gerar uma ruptura política dentro da APEOESP,

⁵ http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ferreira_jr.pdf 02/09/2010 14h30min

propiciou o aparecimento de novas lideranças sindicais, que redundaram em uma vanguarda que atuaria na APEEEM.

Pode-se dizer que, inicialmente, esses ativistas pertencentes ao movimento de oposição da APEOESP não vislumbravam a APEEEM como um espaço de atuação representativo, afinal, tinham como um dos eixos políticos a formação de uma entidade única dos trabalhadores da educação e entendiam que a atuação em outra entidade levaria, fatalmente, à fragmentação do movimento dos professores no Estado de São Paulo. Portanto, eram contrários ao deslocamento dos militantes para outra associação, sobretudo uma com características “reacionárias”. Segundo Rita Cáceres:

Em cima desta concepção de entidade única a gente se recusava a dividir o movimento em rede municipal e estadual, achávamos que era uma rede pública e atuava mais preocupado com as tarefas políticas de caráter maior e não se preocupava muito com as pequenas coisas de cotidiano de escola, só que essas pequenas coisas que vão dar um norte para nós, no sentido de que a gente podia ter uma mesma concepção política, uma mesma concepção de sindicato, mas necessariamente teríamos que atuar naquela base, nas condições que ela estava. (Entrevista em janeiro de 2010 com RITA CÁCERES, ex-presidenta da APEEM)

A APEOESP era, portanto, a entidade base para a atuação política dos professores municipais. Tanto que o Jornal da entidade “APEOESP EM NOTÍCIAS” de agosto de 1979, na página 11, conclama os professores municipais a se associarem massivamente àquela associação, com os seguintes dizeres:

A divisão imposta pelo governo aos professores do ensino oficial – do Estado e Município da Capital -, foi rompida durante o movimento reivindicatório do ano passado, com a greve conjunta e a criação do Comando geral de Greve.

Por outro lado, a ausência de uma associação de classe fez com que os professores municipais criassem a Comissão 3 de Abril, organismo de luta independente, que organizou e preparou o professorado para o grande movimento grevista unificado.

Com a conquista de nossa entidade, a Apeoesp, o programa da chapa eleita propõe a unificação dos professores do Estado com o Município de São Paulo. Cabe, então, ao professorado

municipal associar-se massivamente à sua entidade de classe por direito e conquista.
PROFESSOR, LUTE POR SUA ENTIDADE, CONSEGUINDO NOVOS SÓCIOS A APEOESP.

Dentro da estrutura organizacional da APEOESP havia a Secretaria dos Municipais, que tratava especificamente das questões ligadas à Prefeitura da Cidade de São Paulo no tocante à educação. Contudo, os militantes da rede municipal, que se posicionavam pela entidade única, começaram a questionar a capacidade da APEOESP de lidar com as especificidades dos problemas educacionais municipais. Segundo Joselina Maria Villares Ferreira Bastos, liderança do movimento docente deste período:

Para a APEOESP era complicado dirigir os professores municipais, até porque eram realidades muito diferentes, padrões diferentes, um era Governador, outro o Prefeito, aí a gente sentiu assim: como o movimento cresceu era necessário ter uma entidade. Então, fomos à APEEEM, para conquistar essa entidade e transformá-la em representativa dos professores. [...]. Aí nós fizemos aliança com o MDB e ganhamos as eleições. (JOSELINA MARIA VILLARES FERREIRA BASTOS. Entrevista concedida em fevereiro de 2010)

Nesse processo de mudança de espaço de atuação política dos professores municipais, destaca-se o papel de Antonio Carlos Machado, Natalina Vicente Vieira, Olga Kaliu Figueiredo, Fidelcino Rodrigues de Oliveira, entre outros. Foram esses, os primeiros militantes que compreenderam a necessidade de uma entidade específica para o magistério municipal. Assim começaram a atuar na APEEEM e, pouco a pouco, abriram caminho para a participação de outros militantes. Para Antonio Carlos Machado:

O ensino municipal tinha suas especificidades como uma das maiores redes de ensino do Brasil e eu acreditava que o departamento municipal da APEOESP não dava conta da organização dos professores municipais, mesmo porque a rede estadual de ensino tinha dezenas de milhares de professores espalhados em centenas de municípios. Então,

quando a direção da APEEEM abriu a possibilidade de participação dos professores, nós enxergamos um espaço propício para nossa atuação, visando alterar o caráter assistencialista e governista da entidade, dando um perfil de entidade de luta e de combate. (ANTONIO CARLOS MACHADO, entrevista em março de 2010)

Quando Antonio Carlos Machado (militante do PT e ligado ao movimento de oposição na APEOESP) chegou à APEEEM, sua diretoria era uma composição entre MDB e PDS - Partido Democrático Social. No primeiro boletim informativo, de 1980, a Associação dos Professores e Especialistas de Educação do Ensino Municipal (APEEEM), consta o nome dos membros da diretoria executiva, sendo, segundo os entrevistados desta pesquisa, a Presidenta ligada ao PDS e a vice ao MDB.

Presidente: Eunice dos Santos

Vice-Presidente: Eliana Bucci

1º Secretário: Maria Aparecida Lorichio

2º Secretário: Marilaide P. Padula

1º Tesoureiro: Antonio Celso Neves

2º Tesoureiro: Nanci M. Martorelli

Vogal: Senira Annie F. Fernandes

(Boletim Informativo APEEEM, Ano I, Dezembro de 80, nº01)

Nesse mesmo documento observa-se que a entidade contava com, aproximadamente, mil associados e tinha o seguinte programa de ação:

1 – representar junto a Superior Administração das justas reivindicações do magistério municipal.

2 – providenciar sede própria.

3 – implantar, a médio prazo, uma assessoria jurídica para os associados.

4 – ampliar o quadro de associados.

5 – manter convênios com instituições médica e odontológica.

6 – promover cursos, palestras, debates, simpósios, sobre temas da classe e do ensino.

7 – subsidiar os associados no conhecimento e estudo das leis de seu interesse. (Boletim Informativo APEEEM, Ano I, Dezembro de 80, nº01)

Nota-se que, no boletim, o programa de ação não faz referência à situação política geral do país, ou seja, temas como a repressão política ou a democracia não estão abordados. Além disso, a entidade posicionava-se contrária a qualquer movimento mais contundente contra os governos⁶. Esse encaminhamento político explicitou-se na greve de 1978. Rita Cáceres explica que:

Na greve de 1978 vai surgir várias lideranças de base, muitas dessas eleitas para o comando de greve. Neste momento a APEEEM se posiciona contra a greve, condena o movimento grevista. (Entrevista em janeiro de 2010 com RITA CÁ CERES, ex-presidenta da APEEEM)

Fato também relatado por Joselina Maria Villares Ferreira Bastos, ao expor sua experiência como participante dos comandos de greve:

A APEEEM era uma entidade reacionária, que não organizou greve, não queria fazer movimento, não queria fazer nada, não fizeram nada nesta greve de 1978, absolutamente nada, nem se articular com a APEOESP. Para você falar em greve na APEEEM era impossível, nesta época, não tinha a menor possibilidade. Em 78 e 79 a APEEEM não teve nenhuma participação. (Entrevista concedida em fevereiro de 2010)

⁶ Desde a fundação da entidade até o processo de abertura a cidade de São Paulo teve como Prefeitos Olavo Setúbal (1975 a 1979), Reinaldo de Barros (1979 a 1982) e Antônio Salim Curiati (1982 a 1983). Esses governantes foram egressos da Arena e se tornaram chefe do executivo municipal por meio de nomeação do governo estadual.

Esses depoimentos e o plano de ação, exposto no boletim informativo número um, demonstram, em parte, o caráter assistencialista e conciliador desta associação, que refutava qualquer possibilidade de atuação mais contundente contra os governos municipais.

É, portanto, só com a chegada de novas lideranças advindas do movimento de professores ligados à APEOESP e ao Partido dos Trabalhadores (PT), que ganha corpo uma nova concepção de sindicato dentro da APEEEM.

Inicialmente, esses militantes se incorporaram à diretoria da APEEM por meio de eleições indiretas. Neste período, votava-se em conselheiros que formavam o conselho deliberativo, estes, por sua vez, elegiam a diretoria executiva. Foi a partir de uma aliança com os setores do MDB, facilitada em grande parte pela luta a favor da democratização do país, que os ativistas ligados ao PT e Partido Comunista do Brasil (PC do B), por meio de eleições, em 1983, derrotaram o PDS e tornaram-se diretores da entidade.

A partir de então a APEEEM passou a atuar de forma diferente, representando certa oposição aos governos municipais, posicionando-se sobre as questões políticas maiores como a ditadura, dívida externa, democratização da escola pública etc.

Essa mudança de posicionamento político pode ser constatada no boletim informativo “APEEEM EM AÇÃO” de junho de 1983, ano1, Nº 4. Nesse documento encontra-se uma avaliação que demonstra essa transição.

Na realidade, a APEEEM, inicialmente, tentou ser um empecilho às lutas da categoria, fazendo conchavos com o poder, quando, por exemplo, à revelia dos associados assinou o projeto de reajuste do ex-prefeito Reinaldo de Barros. Por outro lado, sempre existiu uma corrente no interior da Entidade resistindo contra este tipo de atuação, reagindo com muita garra a todos os ataques [...].

A partir desta luta estava se consolidando um novo perfil para entidade: classista e combativa. Não mais um escritório fantasmagórico que defendia interesses particulares deste ou daquele grupo.

É neste processo que se insere a eleição de 27/05/83. Pela primeira vez, na história da Entidade a categoria esteve mobilizada para escolher os seus dirigentes.

(Boletim informativo: APEEEM EM AÇÃO de junho de 1983, ano1, Nº4.)

As eleições de 27/05/1983⁷ resultam, portanto, de um processo que começou a se delinear nas greves de 1978 e 1979. A vanguarda⁸ formada nesse período ajudou a mobilizar a categoria e a construir a APEEEM. Parece significativo o fato de esta eleição ocorrer com bom número de participantes para os parâmetros da época, cerca de 4.673 votantes (nesse momento, a entidade tinha 5.800 filiados, aproximadamente um terço da categoria), em plena ditadura, sobre grande repressão dos governos e dos ativistas comprometidos com a manutenção do regime.

Nota-se que houve um crescimento significativo do número de filiados: em 1980⁹ eram 1.000 e, em 1983, 5.800. Esse salto se deve, a nosso ver, a uma conjuntura, que mobilizou setores importantes da população (falaremos desse período mais adiante), que passaram a enxergar nos sindicatos um polo de resistência. No caso da APEEEM, a oposição teve o papel de fortalecer as contradições internas da diretoria (no que se refere à relação do MDB com o PDS), levar o sindicato a se posicionar diante dos governos municipais. Esse processo levou parte da categoria dos professores municipais a enxergarem, nessa associação, uma possibilidade para obter conquistas econômicas e políticas. Não por acaso, esse crescimento ocorreu logo após a chegada dos militantes advindos da oposição formada na APEOESP.

Podemos afirmar, portanto, que essa entidade torna-se, em meados dos anos 1980, representativa, e passa a capitalizar reivindicações da categoria docente e mesmo de parte da sociedade, como foi o caso das demandas por abertura política. Esse foi um ponto de referência inicial para o que depois de 1988 viria a ser o Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal de São Paulo – SINPEEM. Hoje, esse sindicato dos educadores municipais possui um número muito

⁷ - Boletim informativo: APEEEM EM AÇÃO de junho de 1983, ano1, Nº4.

⁸ - Em francês *avantgarde*, vanguarda, a tropa que vai na frente para o 1º combate. Aqui utilizamos esse termo para identificar os setores que organizam os movimentos sociais.

⁹ - (Boletim Informativo APEEEM, Ano I, Dezembro de 80, nº01)

expressivo de associados, aproximadamente 49 mil, e é a maior entidade sindical entre aquelas que representam os servidores na cidade de São Paulo.

Sua organização político-administrativa está assim distribuída: Presidência, Vice-presidência, Secretaria Geral, Vice-secretaria-geral, Secretaria de Finanças, Vice-secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Imprensa e Comunicação, Vice-secretaria de Imprensa e Comunicação, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Vice-secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretária de Formação, Vice-secretaria de Formação, Secretaria de Assuntos Educacionais e Culturais, Secretaria de Políticas Sindicais, Secretaria de Assuntos de Quadro de Apoio, Vice-secretaria de Assuntos de Quadro de Apoio, Secretaria de seguridade Social/Aposentados, Secretaria de Assuntos da Mulher Trabalhadora, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Secretaria de Organização de Subsedes.

Esses cargos são ocupados por diretores indicados pelas correntes políticas, de acordo com o número proporcional de votos recebidos (35 no total) a cada três anos. Nesse processo, engendram-se também os conselheiros regionais, eleitos nas diversas regiões da cidade de São Paulo, obedecendo aos critérios das divisões por Coordenadorias de Ensino.

Seus fóruns de deliberações são: assembleias, congressos anuais, reuniões de diretoria, reuniões do conselho de representantes e reuniões regionais dos representantes de escola (também conhecidos como RE)

Em seu Estatuto, no artigo 2º, o SINPEEM se propõe às seguintes finalidades:

- I – representar perante as autoridades judiciárias e administrativas os interesses gerais da categoria profissional e os interesses individuais de seus associados, relativos a atividades ou profissão;
- II – estabelecer negociações com as representações públicas, visando a obtenção de melhorias para a categoria profissional;
- III – celebrar convenções, acordos coletivos e contratos de trabalho;
- IV – organizar encaminhamentos conjuntos visando a unificação das entidades do magistério municipal;
- V – instaurar dissídios coletivos de qualquer natureza e promover ações judiciais em defesa dos interesses coletivos da categoria e do sindicato;
- VI – estimular a organização da categoria nos locais de trabalho;
- VII – decidir sobre a participação do sindicato em órgãos fiscais

da administração e eleger seus representantes; VIII – estabelecer responsabilidades a todos aqueles que participarem da categoria representada de acordo com as decisões tomadas em Assembléia Geral; IX – promover permanentemente a sindicalização da categoria; X – colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo dos problemas que se relacionem com a categoria; XI – manter relações com as demais associações sindicais de categoria profissional para a concretização da solidariedade de classe, da defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora e Nacionais; XII – manter serviços para promoção de atividades culturais, profissionais de comunicação e de assistência jurídica para os associados; XIII – acompanhar e fiscalizar a execução de normas legais ou organizativas em acordo com convenções e portarias; XIV – lutar pela unidade de todos os profissionais de educação de educação; XV – promover formação e garantir acesso aos associados à informação profissional, educacional e do movimento sindical; XVI – lutar em conjunto com outros setores da população, pela melhoria do ensino em particular, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis; XVII – manter intercâmbio com outras entidades e associações congêneres nacionais e estrangeiras sobre assuntos pertinentes às suas finalidades, sociais e trabalhistas; XVIII – lutar ao lado de outros trabalhadores por liberdade de organização e manifestação para todos os trabalhadores. Tais finalidades descritas são objetivos técnicos e constituem parte do projeto das direções sindicais da educação. As questões de natureza político-ideológica serão tratadas na discussão das diferentes correntes de pensamento que integram o sindicato. (Estatuto do SINPEEM, 2000)

Até este momento, os nossos objetivos foram os de procurar situar, aos interessados, alguns aspectos históricos, políticos e administrativos do Sinpeem, localizando os seus protagonistas, que foram importantes para sua fundação, suas transformações de ordem política e o significado dessas na transição da APEEEM para SINPEEM, ao lhe conferir um caráter de entidade de classe.

1.1 GREVES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE 1978 E 1979: COM LICENÇA EU VOU A LUTA!

Discorreremos aqui um pouco mais sobre as greves dos professores da rede estadual e municipal (Capital) de 1978 e 1979, pois são marcos importantes da luta sindical dos docentes do município de São Paulo e até mesmo para o Brasil.

Esse momento histórico representa uma mudança significativa na atuação dos sindicatos no Brasil que, principalmente ao longo dos anos de 1968 a 1978, funcionaram como um sindicalismo de governo, controlados diretamente pelo Estado. Segundo Armando Boito Jr. (2005):

Toda vida interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada. Havia um estatuto padrão detalhado e impositivo, regulando até os mínimos detalhes da vida de cada sindicato. As eleições sindicais eram objeto de um controle direto, minucioso e faccioso da parte do Ministério do Trabalho. As receitas e despesas dos sindicatos eram objetos de controle governamental. Os pleitos dos sindicalistas estavam legalmente subordinados à política econômica da ditadura militar e a ação reivindicativa através dos sindicatos oficiais literalmente não existiu. (BOITO JR, 2005, p.81)

A prática sindical deste período restringia-se, sobretudo, a ações de serviços assistenciais, tais como: odontológicos, médicos, jurídicos etc. O sindicato servia de aparato estatal de assistência social impositiva para seus filiados.

Na trajetória do sindicato aqui estudado, o SINPEEM, esse caráter marcadamente assistencialista fica expresso bem mais claramente no documento intitulado “INFORMATIVO ANUAL: APEEEM 80/81”. Esse documento tem onze páginas, as quatro primeiras são utilizadas para informar aos sócios sobre prestações de serviço (saúde, viagens, jurídico), duas páginas são utilizadas para expor necessidades da categoria, as outras para prestações de conta.

Esse regramento dos sindicatos constituía-se no movimento geral dos governos, o que levava boa parte dos ativistas políticos a organizar a luta fora das associações legalizadas pelo Estado. Esse é um dos elementos para se entender as greves de 1978 e 1979 dos professores da rede municipal e estadual de São Paulo. As enormes dificuldades de organizar os movimentos reivindicatórios, utilizando como suporte os sindicatos docentes, levaram o movimento a ser construído por fora

da APEEEM e da APEOESP, entidades que desconsideravam, até então, a situação política mais geral no país e dos professores. Até mesmo os entraves econômicos do final dos anos da década de 1970 não serviram de mote para a mobilização dessas entidades.

A crise econômica vivida pelo Brasil no final dos anos de 1970 dificultava a vida de parte da população. O chamado “milagre econômico” não perdurou o tempo esperado pelos militares. Houve o aumento acelerado do endividamento externo, fator que deteriorava ainda mais o poder de compra da população. José Welmowicki, explicando esse período, afirma que

Já em meados da década de 1970, com as crises do petróleo, a situação internacional muda. A dívida externa começa a disparar, os juros sobem, os investimentos diminuem. Os ventos começam a mudar, a inflação começou a subir novamente, a onda do “milagre”, do “Brasil Grande” tão forte durante o governo Médici, já não era mais engolida facilmente. O esgotamento do modelo colocou em xeque a estrutura montada em cima de seu anterior sucesso. (WELMOWICCKI, 2004, p.49)

As taxas de inflação cresciam em patamares exorbitantes, sendo que em 1977 atingiu o nível de 39%; em 1978, chegou a 46% e, praticamente, dobrou em finais do ano de 1979, com 77%¹⁰. Esse era um fator que diminuía, sensivelmente, o poder aquisitivo dos profissionais de educação, haja vista que as perdas eram mensais e os salários eram reajustados anualmente. Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar explicam que:

O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua

¹⁰ - APEOESP EM NOTÍCIAS: Boletim da campanha salarial 81/82 – março 1983.

mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979.(FERREIRA Jr; BITTAR M., 2006, p.70

O descontentamento com os encaminhamentos econômicos dos militares ampliou-se, setores da classe média foram, em certa medida, empurrados para posicionamentos políticos mais progressistas. Por outro lado, os trabalhadores já vinham também explicitando discordâncias quanto à política de arrocho salarial. Havia um acúmulo de tensões sociais, o que levou à eclosão dos inúmeros movimentos reivindicatórios. Para Welmowick (2004):

[...] o acúmulo das tensões sociais durante a ditadura gerou um fenômeno explosivo, mas de classe, de identificação política ampla dos trabalhadores e que o sucesso das primeiras greves tornou estendido em escala nacional. A eclosão tomou a forma primeiramente de uma série de greves dispersas por todo o país. Depois, surgiram as greves centralizadas de categorias inteiras. Mais tarde, após um intervalo, greves nacionais começaram a ser organizadas. E esse fenômeno pôde tomar o aspecto de um novo movimento operário pela dimensão estrutural nova da classe operária, sua concentração e a extrema explosão a que estava submetida. Não foi um acidente que tenha surgido justamente no ABC, um dos mais fortes exemplos dessa nova força proletária. (WELMOWICCKI, 2004, p.51)

Cabe destacar que, em boa parte desses movimentos, houve um processo de organização anterior, que foi fundamental para preparar e estruturar as greves. Maria Helena Moreira Alves (2005) explica que:

O “novo movimento sindical”, que começou a caracterizar-se como importante força política em 1977, é o resultado de anos de luta para readquirir o controle dos sindicatos sob intervenção, organizar outros, ativar os sindicatos “fantasmas” e fortalecer a organização de base em fábricas, fazendas e outros locais de trabalho. (ALVES, 2005, p. 291)

Esse período foi resultado, portanto, de anos de aprendizado dos trabalhadores que, devido a grandes restrições impostas pela repressão dos

militares atuavam em seus locais de trabalho utilizando-se de ações como: boicotes, paralisações parciais, operações tartarugas etc. Essas atividades tornaram possível o aparecimento de lideranças, que ajudaram a organizar os movimentos reivindicativos.

O indicativo desse amadurecimento do movimento sindical foi dado com as greves da Scania, em 1978, na cidade de São Bernardo e da COFAP, no município de Santo André, que redundaram num reajuste salarial de 24, 5 %. Nesse mesmo ano, segundo Maria Helena Moreira Alves, houve 24 greves com a participação de, aproximadamente, 539.037 trabalhadores. Números ampliados em 1979, com 113 greves e 3.207.993 trabalhadores.

O movimento dos professores se insere nesse processo de reorganização sindical, tendo como polo organizador os comandos de greve que marcaram as lutas docentes de 1978 e 1979. Esses polos foram resultantes, em boa medida, do MOAP e do MUP, que eram constituídos por militantes de oposição que traziam experiências do movimento estudantil e, em parte, das comunidades eclesiais de base. Segundo Edgar Fernandes, militante da época, hoje vice-presidente da APEOESP:

Essa estrutura foi trabalhada a partir de ativistas políticos da categoria em geral com trajetória na esquerda e que trouxeram essa experiência do movimento estudantil. Nesse caso, os ativistas iriam influir nas formas de organização que se irradiaram pelos demais sindicatos. Foi um longo trabalho de aglutinação dos ativistas de oposição indo às escolas para articular os grupos. E esse trabalho montou uma estrutura que se manteve depois da greve. Todos os setores de oposição sindical como o MOAP, o MUP participavam. Dentro delas, as correntes de esquerda participavam como MEP, CS, OT¹¹. Foi essa estrutura de organização dos professores por escola e região que foi incorporada pela associação depois da vitória da

¹¹ - MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado; CS – Convergência Socialista; OT – O Trabalho

Oposição, que transformou a APEOESP em um verdadeiro sindicato da categoria. Provocou uma revolução na categoria (APEOESP) dos professores de SP. Foram a vanguarda no processo de organização. Antes do ABC já elegeram comandos por escola, com métodos democráticos. (Edgar Fernandes. In: (*Apud*) WELMOWICCKI, 2004, p. 52)

Os professores municipais entram nesse processo com reivindicações específicas da categoria, mas também com eixos gerais como a democratização da escola e do país.

Foi a partir de uma assembléia realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 19 de agosto de 1978, que os professores das redes municipal e estadual decidiram entrar em greve. As reivindicações de conjunto eram: a adoção do regime CLT para os contratados a título precário; melhores condições de ensino e trabalho; mais verbas para a educação; aposentadoria aos 25 anos de trabalho; contagem dos dias de paralisação como dias letivos; não punição ou represália aos professores que participassem da greve; aumento salarial de 27% a partir de primeiro de julho para a rede municipal e primeiro de maio para a estadual¹².

Havia também as reivindicações específicas de cada rede. Os professores estaduais reivindicavam regulamentação da hora atividade em 30% do salário; gratificação de nível universitário para o professor de nível I; reajuste de 40% para professores que tivessem nível universitário; estabelecimento de uma escala de promoção; volta ao padrão de 12 horas de aulas semanais de trabalho e devolução do dinheiro pago ao Instituto dos Professores do Estado de São Paulo (IPESP).

Já os professores da rede municipal exigiam: aumento de 38% aos professores de nível II a partir de 1º de maio; horas-aula de 50 minutos; sábado livre com a redução de 24 para 20 horas semanais de aula; estabelecimento preciso e objetivo das funções de professor (como não havia um estatuto, professores eram pressionados a fazer outras atividades, além de ministrar aulas) e concurso público para efetivação.

¹² - Divulgadas no jornal Diário Popular de 20/08/1978

Mesmo sob ameaça de demissões, os professores continuaram em greve e unificados. Contudo, a fragmentação do movimento começou quando o Secretário da Educação do Município de São Paulo, Hilário Torloni, anunciou¹³ a equiparação salarial dos docentes municipais com a dos estaduais e mais um aumento de 20%. Esses elementos e mais as ameaças fizeram com que os docentes municipais voltassem ao trabalho, mesmo com toda a insistência do Comando Geral de Greve para que continuassem lutando pelos 38% de aumento.

O movimento dos professores estaduais e municipais acabou se encerrando em 13 de setembro de 1978, totalizando vinte e quatro dias de paralisação. Para Rita Cáceres, além das questões salariais:

Na greve de 1978, a grande conquista foi a de abrir um canal de negociação com uma administração que jamais tinha feito uma negociação, acho que é o que depois sustenta a greve de 1979. (Entrevista em janeiro de 2010 com Maria Rita Cáceres, ex-presidenta da APEEM)

Já a greve de 1979 durou 36 dias, teve seu início em 09 de abril, a partir de uma decisão tomada em assembléia no Colégio São Bento, na cidade de São Paulo. Houve, nessa greve, a participação de professores, alunos e funcionários da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e profissionais da saúde do Hospital do Servidor Público. As reivindicações eram praticamente as mesmas da greve de 1978, a diferença foi o fato de o conjunto do funcionalismo exigir um aumento de 70%.

Houve uma enorme repressão dos governos que exigiam, dos diretores de escolas, listas com nome dos grevistas e muitas das lideranças dos movimentos foram chamadas para depor no DEOPS. Esses elementos levaram ao esvaziamento do movimento, contudo, para os professores municipais, a grande conquista foi a redução da jornada base para vinte horas, visto que houve a extinção do trabalho aos sábados. Esse fato hoje é pouco conhecido, pois não faz mais parte da rotina

¹³ - Esse anúncio divulgado em vários jornais da época, dentre eles o Jornal "O Estado de São Paulo" de 10/09/1978.

dos professores da rede municipal de São Paulo trabalhar nesse dia da semana, mas, naqueles dias, sua repercussão na categoria foi muito grande, e retratado, da seguinte forma, no Jornal APEEEM de julho de 1983:

É bom lembrar que há anos atrás a jornada base existente na rede estadual era de 12 horas. A carga atual de 20 horas foi uma conquista dos professores da rede municipal já que em 1975 a jornada era de 27 horas aula, tendo passado em 1978 para 24 horas e em 79 após toda luta que culminou com a greve de 78 passou para 20 horas, quando ganhamos o sábado livre. (Jornal APEEEM, Ano I, Julho de 1983, p.05)

Esses anos de 1978 e 1979 são marcos importantes da luta docente do magistério municipal. Além das conquistas salariais e da redução da jornada, houve o surgimento de uma vanguarda, que trouxera a experiência de movimentos anteriores (estudantil e popular) para uma rede que, até então, padecia no imobilismo das associações que primavam pelo assistencialismo “chapa branca”. Esses militantes foram fundamentais para mudança na postura política da APEEEM, muitas das conquistas hoje vividas e experimentadas pelos professores da rede municipal, tiveram sua matriz embrionária com esses lutadores de outrora.

1.2 PREFEITO MARIO COVAS, ABERTURA POLÍTICA E APEEEM.

A partir do final da década de 1970 teve início um processo de transição para a democracia, tutelado pelos militares. O general Ernesto Geisel, que governou o Brasil de 1974 a 1979, definiu que a abertura se daria de forma lenta, gradual e segura.

O regime ditatorial dava sinais de esgotamento, sobretudo a partir da crise econômica que se abatera sobre o Brasil após o chamado “milagre econômico”, convencionalmente datado entre os anos de 1969 a 1973 e marcado por altas taxas

de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Houve, no período pós-milagre, um forte aumento da dívida externa; alta dos juros internacionais; elevação vertiginosa dos preços do petróleo (momento em que o Brasil importava mais de 80% do petróleo consumido no país¹⁴); elevados desequilíbrios na balança comercial brasileira e alta da inflação, o que deu início a fortes descontentamentos de amplos setores da sociedade, inclusive os que apoiavam os militares. Marcos Napolitano (1998) explica que, dentre vários fatores, essa crise:

[...] foi provocada pelo descontrole inflacionário, pelo crescimento da dívida externa e pelo empobrecimento geral dos assalariados. Em 1974, a dívida externa duplicou, e a inflação anual passou de 15,7%[...]para 34,5%. A balança comercial acusou um déficit de mais de US\$ 4 bilhões de dólares, devido ao aumento do valor das importações, provocado pela elevação do preço do petróleo e pela compra de máquinas industriais pesadas. (NAPOLITANO, 1998, p.60)

Parte significativa da burguesia e setores médios da sociedade passaram a fazer a oposição ao governo e reivindicar mudanças no sistema político. A legitimação do modelo político-ditatorial pelo crescimento econômico não mais servia de justificativa ideológica. Um elemento desse descontentamento pode ser constatado no resultado das eleições de 1974, em que houve um aumento significativo da participação do MDB¹⁵ no senado federal. O partido obteve 59,3% dos votos válidos, além disso, na câmara dos deputados, conseguiu 161 cadeiras (em 1970 tinha apenas 87). Já nas Assembléias Estaduais conquistou 11.209.023 votos, mais que duplicando o número de votos recebidos no pleito de 1970 (4.940.072).

Por outro lado, aumentava a atuação dos movimentos sociais. A Igreja católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de

¹⁴ - FAUSTO, Boris. História do Brasil.-11. ed.- São Paulo: Edusp, 2003, p.495.

¹⁵ - Dados compilados a partir do livro Estado e Oposição no Brasil (1964-1984) de Maria Helena Moreira Alves, publicado pela edusc, 2005

Imprensa (ABI) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), encampavam manifestações pela democratização do país. Um exemplo disso foi o ato ecumênico realizado na catedral da Sé, na região central da cidade de São Paulo, celebrado pelo Rabino Henry Sobel, pelo Arcebispo Evaristo Arns e pelo Pastor James Wright. Nesse ato, foram abordados temas como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do estudante Alexandre Vanucchi Leme, mortos pelos aparelhos da repressão militar.

O movimento estudantil voltou a se rearticular realizando algumas passeatas; o movimento sindical se reorganiza em torno das oposições, fazendo com que os governos deixassem de exercer influência nos movimentos grevistas, via burocracia sindical.

A rearticulação dos movimentos sociais e a apreensão dos militares diante do processo eleitoral de 1978, que poderia caminhar fatalmente para a derrota da ARENA, levou os militares a baixar, em abril de 1977, o chamado “pacote de abril”. Para executar essa medida, o governo valeu-se do AI-5, fechando o congresso, promovendo emendas na Constituição e implementando vários decretos-lei.

No dia 13 de abril de 1977, Geisel assina a Emenda Constitucional nº 07 e, no dia 14 de abril, a Emenda Constitucional nº 08. A primeira emenda tinha como pontos principais a criação do Conselho da Magistratura, que visava disciplinar os Juízes e a retirada de policiais militares da jurisdição dos tribunais civis, respondendo agora aos tribunais militares especiais integrados por oficiais da corporação. Já a segunda, introduzia fortes alterações nas regras eleitorais, como a extensão do mandato do próximo presidente da República (de cinco para seis anos), as eleições dos governadores passariam a ser indiretas, um terço dos senadores seria nomeado pelo presidente (o que levou a ARENA a reassumir a maioria no senado), mudança no cálculo do número de cadeiras por Estado, entre outras.

O governo tratou, também, de estender a denominada Lei Falcão de Julho de 1976 para o processo eleitoral. Essa medida tinha, por objetivo, limitar a utilização dos meios de comunicação (rádio e TV) como forma de divulgação de ideias democráticas e das críticas ao regime, pois os militares se sentiram prejudicados com a utilização desses espaços pelo MDB, na eleição de 1974.

Com essas medidas o general Geisel conseguiu assegurar, nas eleições de 1978, a maioria para o ARENA e, ao mesmo tempo, conter o ímpeto eleitoral do MDB que, mesmo vencendo as eleições para o Senado e obtendo 49,9% dos votos na Câmara, não conseguiu quebrar o monopólio dos militares.

Além disso, Geisel conseguiu fazer seu sucessor. O general João Batista Figueiredo, que assumiu a presidência do país em 15 de março de 1979, trazendo em seu currículo a experiência de ter sido chefe do Serviço Nacional de Informação¹⁶ (SNI) no governo Médici.

Figueiredo deu continuidade ao processo de abertura política, iniciado em 1974. Maria Helena Moreira Alves (2005) explica que:

[...] o Presidente Figueiredo ampliou a política de liberalização, permanecendo, entretanto obediente aos parâmetros da “democracia forte” estabelecidos por Geisel. Como a política de “distensão”, a de “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado. Seria aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de obter para o Estado de segurança nacional maior estabilidade e apoio. Por outro lado, os parâmetros da “democracia forte” eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determine qual é a oposição aceitável, e qual é intolerável. (ALVES, 2005, p.273)

E, é, portanto, seguindo essa estratégia que se começa a concluir a fase final da abertura política. Contudo, destaca-se que a oposição feita por setores médios (CNBB, OAB, ABI e MDB) foi importante para ampliar o espaço político, na medida em que dificultava, em parte, a ação repressiva do Estado, inclusive a exercida sobre as oposições mais ligadas aos setores operários.

Assim, no dia 28 de agosto de 1979, foi sancionada a lei 6.683, que fornecia, aos cassados pelo regime, a Anistia, possibilitando a volta dos exilados políticos, fato importante para a transição democrática. Entretanto, esse foi um processo

¹⁶ - Órgão criado em 1964 com o objetivo de assessorar o presidente da República na orientação e coordenação das chamadas atividade de informação e contra-informação.

contraditório de abertura política, com avanços e recuos, pois a mesma lei anistiava também os membros do governo acusados de cometerem crimes de tortura. Por outro lado, não fornecia anistia aos militantes que participaram da luta armada, nem a liberdade imediata dos condenados pela Lei de Segurança Nacional, por terem ousado organizar um partido ilegal¹⁷.

Pouco depois, em 20 de dezembro de 1979, com a Lei nº 6.767, o governo instituiu reformas no sistema político, acabando com o bipartidarismo e obrigando as novas organizações partidárias a adotar o nome de “partido”. Segundo Napolitano (1998):

A estratégia governista era beneficiar-se das divergências internas do MDB, que a essa altura reunia muitas forças políticas conflitantes e, por isso, certamente se fragmentaria em diversas organizações, tão logo o bipartidarismo fosse extinto. Os defensores do regime, entretanto deveriam concentrar-se num só partido político, com base na antiga ARENA. (NAPOLITANO, 1998, p.81)

Com isso, o governo deixou de carregar a impopular sigla ARENA, que foi transformada em Partido Democrático Social (PDS) e, ao mesmo tempo, pretendia dividir a ampla aliança oposicionista. Fato que, de certa forma, ocorreu, pois, em torno do novo partido, o PMDB, agruparam-se setores da esquerda como os comunistas do PCB e do PC do B, além de figuras como Miguel Arraes. Já o Partido Popular (PP) agregava setores mais liberais como Tancredo Neves. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) constituiu-se de setores ligados ao varguismo que, após um racha entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, gerará uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Entretanto, a grande novidade na história política recente do Brasil seria a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980, em um encontro nacional em São Paulo no Colégio Sion. O partido foi formado a partir de

¹⁷ - ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Bauru-SP, Edusc, 2005

setores do sindicalismo rural e urbano, de organizações sociais, de intelectuais, de ativistas ligados a Igreja Católica e de grupos de esquerda desvinculados do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Era a primeira vez, no Brasil, que um partido político se propunha a representar amplos setores assalariados, tendo forte vínculos com os movimentos populares e sindicais e com certa independência das elites econômicas. Junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada pouco depois, em 1983, o PT transformou-se em forte polo de organização e politização de parte da sociedade brasileira. Segundo Armando Boito Junior (2005), o PT e a CUT se tornaram

[...] um dado novo na conjuntura, elevando a crise da ditadura para um patamar superior. Nem mesmo a campanha das diretas pode ser entendida sem a criação dessa nova força social no cenário político nacional. De novo o comportamento do movimento sindical apresentou-se vinculado ao processo político do país e influenciou, de modo decisivo, o desdobramento dos acontecimentos políticos. A ação do movimento sindical foi um fator fundamental na crise e na superação da ditadura militar. (BOITO, 2005, p.283)

Nota-se que parte da oposição de elite não encampavam lutas que modificassem a vida dos trabalhadores, nem tampouco reivindicavam que as classes subalternas participassem das decisões políticas do país. As eleições de 1982 mostraram esse processo. Mesmo com o PMDB ganhando eleições estaduais, a situação do trabalhador pouco mudou. Daí a importância do PT e da CUT, para pressionar o processo de democratização para além das liberdades eleitorais, colocando, na pauta nacional os divergentes, interesses das classes sociais no Brasil, mostrando que as importantes lutas democráticas não solucionavam os problemas sociais vividos pelos trabalhadores. Welmowicki (2004), explicando os diferentes interesses no processo de abertura, afirma que:

Os trabalhadores que entravam em luta percebiam que não podiam confiar em que apenas a recuperação das liberdades, apesar de extremamente importante, resolveria seus problemas. Eles tinham interesses econômicos e sociais contrapostos aos de alguns de seus aliados na luta

democrática. Precisavam da democracia, necessitavam derrubar o regime militar, responsável pela superexploração e que tratava de impedir sua luta e sua organização. Por isso, participaram com força das lutas contra a ditadura. Suas greves foram golpes fortes no regime, tinham presença poderosa nas manifestações de rua, como em 84. Mas os setores que estavam à frente das lutas percebiam que não podiam se limitar a ser parte de uma frente democrática dirigida pela classe dominante, ou por aquele setor que havia rompido com o regime. Por isso, já nesse processo, se organizaram o PT e a CUT com um crescimento impressionante em poucos anos. Era necessário conquistar a democracia, mas com uma organização independente de **classe**, não se limitar a atuar apenas como **cidadãos** diluídos em uma ampla frente dirigida por determinados setores empresariais e pelo partido de oposição que se limitava a defender a redemocratização. (WELMOWICCKI, 2004, p.64)

Foi nesse cenário contraditório que se organizaram as eleições de 1982. De um lado os militares, ainda com muita força, tentando manter todo o controle sobre o processo de abertura. Do outro, oposições com diferentes características, fato que redundou em novas organizações e maior explicitação dessas diferenças políticas, com o novo pleito eleitoral.

Nessas eleições, mesmo com todas as medidas tomadas pelo General Figueiredo, no sentido de tutelar o processo de abertura, o Partido Democrático Social - PDS, conseguiu maioria no Senado; na Câmara dos deputados, contudo, sofreu derrotas significativas, nos pleitos estaduais. Boris Fausto (2003) apresenta os seguintes números das eleições de 1982:

Os resultados para o Congresso marcaram uma vitória do PDS no Senado, onde esse partido conquistou 46 cadeiras, o PMDB, 21, o PDT e o PTB, uma cadeira cada um. Na Câmara dos Deputados, o PDS também foi o partido mais votado, mas não conseguiu maioria absoluta. Ficou com 235 cadeiras contra 200 do PMDB, 24 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT. Na eleição de governador, as oposições conseguiram algumas vitórias expressivas. O PDS perdeu em Estados importantes. Em São Paulo, o PMDB elegeu Franco Montoro; em Minas Gerais, Tancredo Neves; no Paraná, José Richa. No Rio de Janeiro, Brizola consegue eleger-se, dando continuidade a um prestígio que vinha dos anos 60. (FAUSTO, 2003, p.508)

Franco Montoro assumiu o governo paulista em 15 de março de 1983, nomeando, para Prefeito da Cidade de São Paulo, o engenheiro e deputado federal Mario Covas, que tomou posse em 10 de maio de 1983.

No âmbito nacional, o país passava por uma série de dificuldades econômicas. A recessão ocorrida de 1981 a 1983 trouxe graves consequências¹⁸. Em 1981, o resultado do PIB foi negativo, com queda de 3,1%. Neste período, houve uma queda média do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6% e a renda mensal dos assalariados caiu vigorosamente. Segundo Evaldo Vieira (1994):

No espaço de 4 anos, entre 1979 e 1983, os trabalhadores da primeira faixa (até 3 salários mínimos) perderam 11, 2% do seu salário real, enquanto os da segunda faixa (de 3 a 10 salários mínimos) receberam menos de 35, 6%. Neste mesmo período (1979-1983), os trabalhadores da terceira faixa (de 10 a 20 salários mínimos) ficaram sem 20% de seu salário real, e os da quarta faixa (de mais de 20 salários mínimos) foram prejudicados em 40%. (VIEIRA, 1994, p.64)

Por outro lado, os índices inflacionários¹⁹ explodiam, o que prejudicava ainda mais a situação da população brasileira.

| ANO | ÍNDICE (média anula) |
|------|----------------------|
| 1980 | 110,2% |
| 1981 | 95,2% |
| 1982 | 99,7% |
| 1983 | 200% |
| 1984 | 223% |

Além disso, houve aumento do desemprego e do custo dos alimentos. Maria Helena Moreira Alves (2005, p.349) observa que: [...] somente na região da grande São Paulo contava-se mais de um milhão e meio de desempregados. Essa mesma

¹⁸ - Dados apresentados por Boris Fausto em seu livro História do Brasil (página 502) pela editora Edusp, 2003.

¹⁹ - Tabela elaborada com base nos dados apresentados por Boris Fausto em seu livro História do Brasil (página 502) pela editora Edusp, 2003 e Marcos Napolitano, no livro O regime militar no Brasil (1964-1985), pela Atual Editora, 1998.

autora (2005, p.351) demonstra, por meio de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), um aumento de 246,4% dos 13 produtos alimentares que, em tese, atendiam a necessidades mínimas dos trabalhadores.

Nesse cenário de crise, um fato marcante foi a revolta de desempregados na zona sul da cidade de São Paulo. A partir do dia 5 de abril de 1983, desencadeou-se uma onda de saques em toda a periferia, reprimida com grande truculência pela polícia militar, comandada por Franco Montoro.

Esse processo que agudizou a crise apresentou-se também no início do governo Covas que, logo depois de assumir a prefeitura, teve que lidar com um acampamento de desempregados no Parque do Ibirapuera. Havia, portanto, uma série de demandas sociais e, ao mesmo tempo, uma grande expectativa com os governos democráticos.

1.3 PREFEITO MARIO COVAS E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O governo Covas estabeleceu como diretrizes fundamentais de sua administração²⁰ : a austeridade e otimização dos recursos; um governo transparente; a busca por soluções ouvindo a comunidade e o respeito aos compromissos. Traçou, como objetivos principais, a integração e melhoria dos sistemas de transporte coletivo; o combate às enchentes; a regularização dos loteamentos clandestinos e a redução dos déficits educacionais e habitacionais.

À frente da Secretaria Municipal de Educação - SME, foi designada a professora Guiomar Namó de Mello, reputada pesquisadora que, em seu discurso de posse, explanou os seguintes dizeres:

Ao magistério municipal, quero dizer que esta administração fará do atendimento ao professor não apenas uma prioridade,

²⁰ - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. O poder em São Paulo: história da administração da cidade, 1554-1992. Co-edição da Prefeitura de São Paulo e Cortez Editora em 1992.

mas um ponto de honra. Isso não é uma promessa abstrata. Envolve a mudança na atitude de quem se relaciona com o professor na administração direta, passa pelo respeito às entidades do magistério e chega a medidas de maior monta, dentre as quais eu destacaria as seguintes: -o provimento de melhores condições materiais de trabalho nas escolas; - a democratização das relações dentro da escola; - a revisão da carreira de forma a que o professor usufrua de vantagens compatíveis com seu desempenho e tempo de serviço, enquanto professor, sem precisar entrar numa corrida de obstáculos para galgar cargos considerados “superiores”; - a realização de concursos para todas as funções e cargos, aos quais o professor poderá concorrer. O entrosamento dos órgãos executivos e técnicos da Secretaria deve ser tal que, longe de transformar cada instância administrativa em um feudo de poder, tenha como ponto de convergência o melhor atendimento pedagógico da clientela. Participação, democratização e trabalho técnico comprometido com a criança da maioria de nossa população: eis o tripé que deverá orientar a condução desta Secretaria. (Guiomar Namó de Mello. In: (Apud) ZUCHETTO, 2001, p.27)

No entanto, do discurso da posse à efetivação das propostas, houve um processo pouco tranquilo para a APEEEM (hoje SINPEEM). Setores ligados ao PMDB passaram a ocupar cargos no governo municipal por meio de nomeações, existindo, em certa medida, uma baixa no sindicato de parte da militância, ligada ou não ao antigo MDB - inclusive ativistas experientes que haviam participado de todo aquele processo grevista de 1978 e 1979. Por outro lado, a forte polarização da sociedade se expressava também no sindicato dos professores municipais. O que levou o setor majoritário do sindicato a apoiar, por exemplo, os novos delegados de ensino como forma de retirar da Prefeitura as forças ligadas ao PDS. Isso pode ser observado em um dos boletins da entidade:

APOIO AOS NOVOS DELEGADOS:

Foi tirada uma moção de apoio aos novos delegados:

DREM – 1 Márcia Eurich Betkowiski

DREM – 2 Midori Sano

DREM – 3 Helena Nazaré Pinheiro

DREM – 4 Vera Lúcia Wey

DREM – 5 Vivaldo Paulo dos Santos

A APEEEM acredita que esses nossos companheiros, sintonizados com a proposta de mudança, contribuirão para a implantação de uma ESCOLA verdadeiramente democrática no

Havia uma grande expectativa em torno do Prefeito Mario Covas e do próprio processo de abertura que se avizinhava. No entanto, os limites da democracia burguesa não demoraram a se explicitar, pois as prioridades das classes sociais são diferentes e, nos governos capitalistas, o direcionamento dos recursos acaba por abrigar, em primeiro lugar, as necessidades advindas das elites.

Pouco tempo depois da posse de Covas a entidade foi dando-se conta dos desafios mesmo sob a égide dos governos democráticos. Neste sentido, é interessante observar um texto produzido pela entidade, meses depois da instalação do governo:

A Diretoria da APEEEM em cumprimento aos princípios do seu programa, entre os quais, a luta intransigente na defesa dos interesses da categoria, participou de uma significativa concentração junto ao gabinete do prefeito e foi recebida pelo Sr. Prefeito e três Secretários Municipais: Administração, Finanças e Educação.

Neste encontro o Sr. Prefeito negou os 34% de complementação salarial e segundo o Secretário da Administração “São negras” as perspectivas salariais para 1984. Este fato coloca a todos nós a necessidade do fortalecimento da nossa organização em conjunto com os outros setores do funcionalismo. Neste sentido temos pela frente uma luta pelo restabelecimento das prioridades da Prefeitura com relação ao orçamento. A dívida externa e interna do Município de São Paulo consome parcela considerável do orçamento, trazendo como consequência arrocho aos nossos salários. Nós não fizemos essa famigerada dívida e, no entanto, somos forçados a pagá-la, tendo como preço nossa miséria. (APEEEM em ação, ano I, Setembro de 1983, N°07).

A Prefeitura de São Paulo, já naquela época, apresentava o discurso da falta de verbas como justificativa para os poucos investimentos na educação. Essa assertiva tornou-se a tônica dos governos até os dias atuais. Para Pablo Gentili (2008):

Durante os anos (19)80, as restrições orçamentárias foram mais notórias nos países que recuperaram a institucionalidade democrática, onde se fortalecia a promessa de escolaridade como oportunidade integradora. Mesmo considerando a educação tão importante para o desenvolvimento, os países latino-americanos não fizeram nada além de ampliar os anos de escolaridade obrigatória. (GENTILI, 2008, p.39)

A realidade mostrou que a democracia burguesa sujeita necessidades humanas importantes, como a educação, aos interesses capitalistas. Lessa e Tonet (2008, p.89) explicam que "[...] a democracia é uma forma de organização social que, afirmando a igualdade política de todos, reproduz as desigualdades entre a burguesia e os trabalhadores". De forma que, as classes dominantes, mesmo com o processo de abertura, continuaram a impor para amplos setores da sociedade fortes privações econômicas, sociais e jurídicas. Fato explicitado, por exemplo, quando Covas manda prender funcionários públicos que iniciaram uma greve no dia 18 de junho de 1985 (essa greve durou 10 dias), utilizando-se de leis autoritárias. Assim, a luta histórica pelo direito à educação, saúde, seguridade social foi, e é, tarefa dos trabalhadores, tal como vem ocorrendo na história brasileira.

Na cidade de São Paulo, em todo o período do governo Covas (1983 – 1985), a pressão da sociedade e dos educadores foi fundamental para tencionar o governo municipal no sentido de ampliação das conquistas democráticas. Por outro lado, não se pode negar, também, que o diálogo entre a Prefeitura e os movimentos sociais foi qualitativamente superior.

Empregando atos unificados com o funcionalismo, ou só da categoria dos professores, assembleias com paralisação, a APEEEM foi obtendo conquistas importantes.

Com base na documentação encontrada, pudemos traçar o seguinte quadro:

| Principais reivindicações | Conquistas |
|---|---|
| 1983 - Aumento salarial de 35% | 15% de aumento + abono que depois fora incorporado. |
| Piso de 2,5 salários mínimos | Não conquistado |
| Elaboração de um piso e vínculo empregatício para o professor comissionado com garantias previstas na CLT | Não conquistado |
| Recreio livre para o professor I | Conquistado |

| | |
|--|--|
| Conselho de Escola deliberativo | Conquistado |
| Concurso para todos os níveis | Atendido |
| Participação das entidades de classe no processo de reestruturação da carreira | Reestruturação da carreira com a Lei 9875/85 |
| Retirada das faltas da greve de 1978 1979 | Não encontramos nenhum documento |
| Estatuto do Magistério com jornada, estabelecimento e delimitações das funções dentro das escolas. | Não conquistado |
| Regimento Comum das Escolas | Conquistado com o decreto 21.811/85 |

A pressão em conjunto com outros setores da sociedade como, por exemplo, associações de moradores, levou também a conquistas para a educação municipal. Houve um aumento do número de matrículas nas EMEIs.(45%)²¹; criação do cargo de Coordenador Pedagógico de EMEI; foram acrescentadas às 211 escolas de educação infantil e 282 de primeiro grau, existentes em 1983, mais 74 escolas; 70 creches deixadas pelo ex-prefeito Reynaldo de Barros foram concluídas e iniciou-se a construção de mais 27 unidades.

Nesse sentido, houve na avaliação do sindicato um avanço contraditório, pois ao lado da melhora na relação com a APEEEM, existiu repressão aos movimentos sociais e, em certa medida, uma continuidade do discurso dos governos anteriores, quanto à questão das destinações dos recursos.

1.4 CUT E CAMPANHA DAS DIRETAS.

Do ponto de vista mais geral, a entidade também participou das lutas pelas diretas-já. A APEEEM engajou-se nesse movimento a partir de sua entrada no Comitê dos Professores Pró-Eleições Diretas e no Comitê do Funcionalismo Pró-Eleições Diretas. Podemos, rapidamente, perceber que o envolvimento da APEEEM foi orgânico, a ponto de ajudar na organização das manifestações, como por exemplo, a do dia 25/01/1984, realizada na Praça da Sé no centro da cidade de São Paulo, com a participação de artistas, sindicatos, parlamentares etc. Além disso, promoveu o debate das eleições diretas nas escolas, com documentos e cartazes

²¹ - Documento da Secretaria Municipal de Educação: Ensino Municipal na Cidade de São Paulo.

confeccionados pela entidade. O Jornal APEEEM, de fevereiro de 1984, demonstrava essa iniciativa:

A APEEEM já se faz presente no Comitê dos Professores Pró-Eleições Diretas e no Comitê do Funcionalismo Pró-Eleições Diretas, ajudando na mobilização [...] e comprometendo-se a participar desta luta até a conquista das eleições diretas. Propomos que cada professor faça chegar a sua escola essa campanha, colocando cartazes, organizando plebiscitos, transformando esse movimento numa oportunidade de debate e conscientização política junto aos alunos e à comunidade. (APEEEM em ação, ano I, Setembro de 1983, N°07).

Houve nesse período, um evento importante no seio dos sindicatos - a fundação e a participação dos sindicatos na Central Única dos trabalhadores (CUT)²². Essa nova entidade representou, naquela conjuntura, a possibilidade de mecanismos de unidade, mudança na prática sindical e na estrutura dos aparelhos sindicais. Além disso, favoreceu processos de aglutinação dos mais variados segmentos sociais com algum grau de organização ou não, como trotskistas, correntes da Igreja Católica ligada a teologia da libertação etc. Para Welmowicki(2004):

Foi a mudança de direção e de prática de uma parte considerável dos sindicatos às custas de derrotas do setor que se aglutinou nas CGTs, que fez do movimento sindical uma força política presente no cenário nacional. E a tendência sindical que representava esse processo de mudança foi a que deu origem à CUT. Essa é a razão de fundo porque a estrutura inicial da CUT veio a ser declaradamente construída em oposição à velha estrutura e aos velhos dirigentes. (Welmowicki, 2004, p.62)

Na APEEEM, não houve acordo entre os setores políticos sobre a participação junto à CUT. Os militantes ligados ao PC do B e ao PMDB foram contra

²² - Em agosto de 1983, foi criada a CUT no município de São Bernardo do Campo, em um congresso que contou com 5059 delegados.

a filiação da entidade a Central Única dos Trabalhadores. Isso não inviabilizou a participação dos setores ligados ao Partido dos Trabalhadores. Ativistas como Joselina Maria Villares Ferreira Bastos, Maria Rita Cáceres, Antônio Carlos, entre outros, participaram da fundação e organização da CUT.

Já os setores ligados ao PC do B, juntaram-se, posteriormente, à Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Destacam-se aqui os nomes de Raquel F. Guisoni e Claudio Fonseca.

A APEEEM, portanto, mesmo que de forma fragmentada, participou de um amplo movimento de resistência contra a ditadura civil/militar e nesse processo foi um dos pilares na construção das organizações mais combativas do século XX.

CAPÍTULO 2 - GOVERNO JÂNIO QUADROS (1986-1988): A volta dos ventos autoritários

Jânio Quadro assumiu o cargo de Prefeito da cidade de São Paulo em janeiro de 1986, elegeu-se com 37, 5% dos votos, tendo como *slogan* de campanha “Honestidade, Trabalho e Segurança”. A vassoura, simbologia usada em campanhas passadas, foi resgatada nesse momento, advogava-se que era necessário varrer a corrupção e a imoralidade e enxugar a máquina pública.

No âmbito mais geral, tratou de opor-se às aspirações democráticas no que dizia respeito ao diálogo com os movimentos sociais e a ampliação dos serviços públicos. Procurou, sobretudo, consolidar-se como uma figura de extrema autoridade pessoal. O texto²³ produzido pela Prefeitura de São Paulo explicita esse caráter político autoritário da gestão Quadros.

A Guarda Metropolitana, pretensamente criada para combater a criminalidade, foi utilizada repetidas vezes para reprimir manifestantes, desalojar favelados ou impedir protestos no Ibirapuera. O prefeito demitiu, puniu ou transferiu servidores vinculados a partidos de oposição e abriu 6.446 processos administrativos, a maioria deles para demitir grevistas. Em compensação, anistiu funcionários envolvidos no espancamento de manifestantes na Freguesia do Ó. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 1992, p.124)

Chaia²⁴ (1991, p.269), analisando a trajetória política de Jânio Quadros, apresenta algumas das propostas desse governante para a Secretaria da Educação e Bem-Estar Social: cuidar da pré-escola e do ensino de 1º Grau; implementar o ensino profissionalizante; restabelecer a autoridade dos diretores das escolas municipais.

²³ - O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade, 1955-1992. Prefeitura do Município de São Paulo: Cortez, 1992.

²⁴ - CHAIA, Vera Lúcia Michalany. A liderança política de Jânio Quadros(1947-1990).Ibiitinga, SP: Humanidades, 1991.

Para dar curso a suas decisões, Jânio escolhe para a pasta da Secretaria da Educação, Paulo Zingg que, politicamente, era próximo dos governos ditatoriais, chegando a participar de campanhas políticas, que envolviam membros do regime.

A política educacional janista procurou centralizar os fóruns de tomada de decisão, refutando de certa forma, boa parte das iniciativas de democratização construídas pelo Prefeito Mario Covas e sua secretária de Educação Guiomar Namor de Mello.

Assim, uma das primeiras medidas da Prefeitura de São Paulo sob a orientação de Jânio Quadros foi revogar por meio do decreto nº 21.839 de 03 de janeiro de 1986, o decreto nº 21.811, de 27 de dezembro de 1985 que instituiu o regimento escolar colocando os conselhos de escola como instância deliberativa. Com isso, esse importante fórum passa a ter um caráter consultivo, centralizando na figura do diretor todas as decisões. A justificativa para isso foi dada da seguinte forma:

O que é evidentemente inviável é dar ao CE um pretensível papel deliberativo, numa estrutura em que o Diretor de Escola é, por tal, aquele que responde, em última instância, por todas as ações desenvolvidas em sua escola. Essa administração valoriza, como vem ocorrendo já há vários anos, o CE em seu papel consultivo de órgão de indispensável assessoramento à direção de Escola, com representatividade legítima da equipe escolar e da comunidade. (Plano de Ação, Maio de 1986, pp. 7-8)

Notadamente, apresenta-se aqui, um ideário contrário à construção coletiva do fazer pedagógico ao mesmo tempo em que ocorre o fortalecimento da hierarquização, perda da autonomia e divisão do trabalho da escola. Reafirmando o hiato entre quem pensa (mandante) e quem executa (professores, alunos etc).

Seguindo a linha de seu *slogan*, Jânio propagava que era necessário, em toda a sua administração, ter dirigentes virtuosos com força para formatar as pessoas dentro dos bons costumes. Nesse sentido, procurava-se eliminar fatores que pudessem contribuir para a desordem pública, ou seja, pensava-se o controle social como pré-requisito para a harmonia da sociedade.

Dentro dessa diretriz, foram recolhidos também, por meio da portaria 585/86 os materiais didáticos e as publicações educacionais da administração anterior (Mario Covas). Alegando que os livros eram marxistas com tendências de desenvolver lutas raciais desintegradoras.

Outra faceta desse período foi a reorganização da estrutura da Secretaria Municipal de Educação que, com o decreto nº 21.862, de 15/01/86, transforma a SME em SME-BES – Secretaria Municipal de Educação e Bem-Estar Social. Essa junção centralizou, em uma única pasta, as ações assistenciais e educacionais, fator que favorecia o assistencialismo, aumentava funções administrativas em detrimento das ações pedagógicas. Além disso, deslocava recursos das atividades relacionadas diretamente com o processo de ensino/aprendizagem para outras ações. Esse acúmulo de funções evidencia-se no decreto:

Art. 1 – A Secretaria Municipal de Educação – SME, fica transformada em Secretaria Municipal de Educação e do Bem-Estar Social – SME-BES, constituída de:

I – Gabinete do Secretário – AME-BES-G;

II - Superintendência Municipal de Educação – SUPEME;

III – Superintendência Municipal do Bem-Estar Social – SUBES;

IV – Departamento de Planejamento e Orientação – DEPLAN;

V – Departamento de Saúde – DSE.

Art. 2 – Fica constituída a Superintendência do Bem-Estar Social – SUBES, passando a integrar o quadro de órgão da Secretaria Municipal de Educação e do Bem-Estar Social – SME-BES.

Jânio procurou, portanto, colocar a cargo da SME a incumbência de serviços ligados à área da saúde, por meio do Departamento de Saúde Escolar (DSE), com o atendimento médico, odontológico, psicológico, fonoaudiológico etc. Caberia, também, à pasta da Educação, disponibilizar recursos materiais e humanos dessas áreas, conforme explicitado no Decreto nº 24.467.

A política salarial, para a categoria docente, caracterizou-se por um profundo arrocho. Segundo documento da Secretaria Municipal de Educação de 1989, com o título “Dez meses de administração: o que mudou?”, as perdas salariais dos

professores foram na ordem de 47,2%. Nesse aspecto, de acordo com as palavras da ex-presidenta da APEEEM, Maria Rita Cáceres:

Na administração Jânio, nós passamos por uma fase tão difícil, era uma inflação tão acelerada, que o símbolo do grau de deterioração, é que gente não conseguia sequer abrir um crediário apresentando o holerite. (Entrevista, 2010)

Assim, uma cisão se estabelece no plano das ações de governo. Existe, a nosso ver, um retrocesso centralizador e autoritário das políticas educacionais.

Quanto às escolas, nesse período, a situação era bem difícil, só para se ter uma ideia, em 1 de janeiro de 1989, dos 654 prédios escolares, 60% estavam com problemas graves de eletricidade e hidráulica; os telhados danificados e faltavam mais de 35 mil carteiras²⁵. Isso atestava o abandono e o sucateamento da escola pública municipal no período janista. O Secretário de Educação Paulo Freire na gestão Luiza Erundina (1989 – 1992), ao assumir a pasta, impressionou-se pelo grau de precariedade e com o descaso encontrado:

Encontramos escolas sem lápis, sem papel, sem giz, sem merenda. Encontramos escolas inauguradas, ostentando até placas com os dizeres de costume, como nome do prefeito, do secretário, do diretor imediato, mas vazias, ocas, sem cadeiras, sem cozinha, sem alunos, sem professores, sem nada. (FREIRE, 1993, p.106)

O autoritarismo também se apresentava de maneira vigorosa nas relações internas nas escolas. Lia Mara Ferreira dos Santos,²⁶ em sua dissertação de mestrado, explica que:

²⁵ - 1. Dez meses da administração: O que mudou? Secretaria Municipal de educação 1989.

²⁶ - SANTOS, Lia Mara Dib Ferreira Educação Infantil e Política nas Escolas Públicas do Município de São Paulo (1983-1991). PUC-SP, 1991.

No que se refere à Educação, Cultura e Lazer, a prefeitura Jânio Quadros atuou autoritariamente, inclusive valorizando as decisões centrais dos diretores de escolas em oposição a comunidade escolar, [...].O lazer era controlado pelo prefeito em nome “da moralidade, da civilidade e da ordem” e assim são proibidos, por exemplo filmes considerados perniciosos à juventude, roupas consideradas, por ele, inadequadas.(1992, p.129)

A relação de Jânio Quadros com os sindicatos seguia a linha autoritária de sua administração, tanto que, ao ser questionado sobre a greve dos servidores públicos, em entrevista concedida aos repórteres da Rádio Jovem Pan e TV Globo, também divulgada pelo Jornal da Tarde, de 22/04/1987, o prefeito afirmou que a greve “vai ser tratada a pau porque é ilegal”.

Uma das marcas de seu governo foi a perseguição aos sindicalistas e aos professores e pais que participavam de movimentos reivindicatórios. Em sua administração foram demitidos mais de 2.000²⁷ professores temporários, além disso, o clima de terror era grande. Mães que apoiavam o movimento dos docentes eram ameaçadas com a promessa de fechar a unidade escolar em que seus filhos estudavam, fato também denunciado em uma reportagem que abordava a situação da educação municipal pelo jornal O Estado de São Paulo de 01/05/1987.

O prefeito Jânio Quadros criou um clima de terror nas escolas municipais e entre as mães de alunos, com ameaças de fechar as unidades onde houvesse manifestação contra as demissões de professores envolvidos na greve dos servidores municipais. As diretoras das escolas estão proibidas de dar entrevistas, os demitidos não falam, esperando uma reconsideração do ato do prefeito, e as mães cancelaram todos os protestos programados, com medo de que seus filhos fiquem sem aulas este ano (Estado de São Paulo de 01/05/1987)

A relação da APEEEM com o governo Quadros foi extremamente difícil, não se tratava apenas das questões corporativas mais imediatas. No seio deste embate

²⁷ - ZUCHETTO, Suzana Casella. A educação no município de São Paulo e a formação dos educadores (1983-1997). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.34.

estava, também, uma luta política ideológica em que a Prefeitura tentava descaracterizar as ideias de uma vanguarda (principalmente no que diz respeito a democratização da escola pública) que começa a se firmar dentro do movimento dos professores. Neste contexto, a administração janista tratou de atacar a entidade com todos os mecanismos possíveis.

O jornal APEEM, de agosto de 1986, mostra como, logo no primeiro ano de sua gestão, o governo tratou de executar medidas que fragilizasse a Associação dos Professores e Especialistas de Educação do Ensino Municipal.

Seguindo um plano previamente traçado, o executivo municipal vem empreendendo uma política de destruição às entidades verdadeiramente representativas do funcionalismo Municipal. A ação destruidora, voltou-se, particularmente a nossa entidade APEEM. Punições aos diretores e militantes da entidade, proibição da entrada dos militantes nas escolas, interdição das salas dos professores para debates, discussões, e divulgação do material de propaganda do movimento do magistério, a não abertura de negociações. Aprofundando o processo de destruição, suspenderam a arrecadação da contribuição mensal dos associados da APEEM, procurando inviabilizar - lá financeiramente. (Jornal APEEM, ano III, Nº11, agosto de 1986, p.02)

Houve uma interrupção no processo de democratização que estava em curso, o retrocesso tirou qualquer possibilidade de se implementar medidas como eleições de diretores, conselhos de escola deliberativos em cada unidade escolar, canais de diálogo entre governo, sindicatos e movimentos sociais.

A criminalização da APEEM passou a ser a tônica do governo Quadros, que tentou, de todas as maneiras, silenciar a luta dessa entidade por uma educação democrática. No ano de 1986, a entidade só sobreviveu graças ao esforço dos militantes que resistiram, a toda prova, aos ataques que não cessavam. A contribuição dos associados, que era recolhida em folha de pagamento expedida pelas autoridades municipais, por exemplo, dos meses de maio, junho e julho, daquele ano, ficaram retidas no tesouro do município. Somente após ação judicial foi possível a liberação de um desses meses. Com isso, o sindicato passou a ter

dificuldades de organizar a luta, faltava dinheiro para pagar o aluguel da sede, aos funcionários, imprimir as publicações etc.

Em que pese a onda de perseguições e atos repressivos do governo, os professores municipais seguiram encaminhando suas lutas e pautas de reivindicações, liderados pela APEEM, e exigiam:

- defesa da reestruturação da carreira do Magistério Público Municipal e pelos enquadramentos funcionais por títulos e tempo de serviço;
 - 13º salário igual ao padrão de vencimentos percebidos pelo servidor;
 - Piso salarial igual a 5 salários mínimos, ou igual a 5% do salário mínimo por hora aula;
 - reposição das perdas salariais;
 - defesa do Regimento Comum das Escolas Municipais que instituiu o Conselho de Escola de caráter deliberativo;
 - Estatuto do Magistério;
 - jornada de trabalho combatível com a atividade docente;
 - vínculo empregatício para os professores comissionados e substitutos;
 - concurso de provas e títulos para preenchimentos de vagas na carreira do magistério;
 - nomeação de diretores concursados para vagas existentes;
 - defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis;
 - autonomia pedagógica para as escolas;
 - liberdade de ensino para o docente;
 - liberdade de organização e expressão dentro das escolas.
- (Jornal APEEM, ano III, Nº11, agosto de 1986, p.6)

No entanto, Jânio continuou com sua política de não atender às reivindicações dos docentes e de perseguir vigorosamente a entidade. A entrevista do Prefeito ao Jornal Diário Popular 24/04/1987 ilustra bem esse processo:

R²⁸ - O “Diário Oficial” de hoje (ontem) traz mais de 700 a 800 demissões. Esse número vai aumentar?

P²⁹ – Se a greve não cessar, aumenta sim. Eu sou capaz de demitir todos [...]. Por que a lei tem que ser cumprida. É lei. Greve de servidor é ilegal, Manifestamente ilegal.

R - O senhor negocia com o comando de greve?

²⁸ - R(Repórter)

²⁹ – P(Prefeito)

P - Eu não negocio com comando algum. Eu negocio com entidade. Para mim inexistente comando. Não admito comando de greve porque eu estaria admitindo a greve também.

Desse modo, empreendeu uma forte campanha de desfiliação, a tal ponto que, foi promovido por parte da Prefeitura um abaixo assinado contra a entidade em que os diretores pressionavam os professores para assinar e a se desfiliar. Alguns depoimentos de militantes da época retratam esse período marcado pela sanha autoritária e conservadora do ex-prefeito Jânio Quadros:

No governo Jânio acabou tudo, com a punição os professores ficaram com medo de fazer movimento, de fazer greve o sindicato não tinha arrecadação para sobreviver, foi um momento difícil, de debandada. (JOSELINA MARIA VILLARES FERREIRA BASTOS. Entrevista concedida em fevereiro de 2010)

O tom autoritário do período janista é explicitado nas palavras da importante ativista daquele período, por Maria Rita Cáceres Bastos.

[...] a administração Jânio agente passa a ser perseguida e que não tem nenhuma possibilidade. Ele corta todas as consignações, agente fica sem nenhum dinheiro e despedimos do ato político do associado de ir até a sede para pagar a mensalidade, não tínhamos nem como abrir conta em banco, nós ficamos na ilegalidade. Então, nós ficamos fazendo campanha e ao mesmo tempo toda a vanguarda era perseguida. (Depoimento em 2010. Maria Rita Cáceres)

Houve, fruto desses gestos autoritários, uma diminuição do número de filiados, tanto que em 1986 ocorre uma eleição com não mais que 300 votantes, tal como relata Antônio Carlos Machado

Essas eleições ocorreram em um momento de grande repressão, o número de votantes não passou de 500, parte dos professores estavam reticentes quanto à participação o MDB e o PC do B estavam mais organizados, principalmente com diretores de escola e supervisores. (Antonio Carlos Machado, entrevista em março de 2010)

É exatamente nesse momento que passa a fazer parte da diretoria da entidade o atual presidente do sindicato, o professor Claudio Fonseca. Nesta eleição existiam duas chapas, a dos militantes que eram ligados ao Partido dos Trabalhadores e a outra que venceu, a partir de uma composição entre PC do B e PMDB.

Configurou-se, nesse momento, mudança na direção da entidade. Esse processo ocorreu em uma conjuntura municipal marcada pelo autoritarismo, e perseguição à APEEM e, ao mesmo tempo, um esvaziamento do sindicato refletindo, em grande medida, na significativa redução da participação dos professores na vida sindical, particularmente, nas assembléias ordinárias, nos seus fóruns de discussões e pleitos eleitorais.

1.1 GREVE 1987: O AUGES DA REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS

Junto com as perseguições agravava-se, também, a situação econômica dos docentes e do conjunto do funcionalismo público municipal. Segundo dados apresentados pelo Jornal APEEEM (Novembro de 1986, ano III, Nº12, p.4), o salário do professor, naqueles dias, oscilava entre 2,9 a 3,5 salários mínimos. Em um período que as pesquisas do DIEESE haviam constado que o salário mínimo do Plano Cruzado era o mais baixo dos últimos 27 anos - portanto, com baixíssimo poder de compra. Rita Cáceres nos ilustrou essas características do arrocho salarial que, então, era imposto aos trabalhadores, ao nos dizer que:

[...] uma dificuldade bem marcante deste período da administração Jânio, é que nós, professores, não conseguíamos abrir um crediário apresentando nosso holerite, isso é uma coisa marcante. (Depoimento em 2010. Maria Rita Cáceres)

Essa situação salarial, o retrocesso nas conquistas democráticas e a forte perseguição aos sindicatos do funcionalismo público municipal foi o mote para a histórica greve de abril de 1987. Participaram desse movimento grevista os setores da saúde, do transporte, do saneamento básico, da educação, dentre outros.

No caso da educação, desde 1979 que não ocorria uma greve. As principais reivindicações³⁰ do magistério eram: o piso de cinco mínimos; melhoria nas condições de trabalho e a democratização do ensino público, sobretudo nas relações dentro das escolas.

A greve durou 19 dias e foi violentamente reprimida. Funcionários de diversas secretarias foram demitidos. Não houve, por parte da prefeitura, a menor preocupação com os trabalhadores e com os serviços prestados pelo município. O jornal Diário Popular, de 24/04/1987, divulgou a seguinte notícia: Jânio disse ser capaz até de “fechar a Prefeitura e jogar a chave no Parque do Ibirapuera”.

No caso da educação, os professores comissionados (não-efetivos) foram demitidos, aproximadamente dois mil, houve abertura de vários processos administrativos contra as lideranças do movimento. O Jornal da Tarde, de 22/04/1987, divulgou a notícia da suspensão de Iracema de Jesus Lima (Presidente da APEEEM, naquele momento), da seguinte forma:

O prefeito determinou ainda a suspensão de Iracema de Jesus Lima, servidora do ensino municipal e uma das líderes do movimento, por 30 dias. A funcionária será submetida a um inquérito administrativo sumário, “para fins de demissão”. (Jornal da Tarde de 24/04/1987)

O ataque aos servidores, por parte da Prefeitura, foi tão intenso que, mesmo os militantes experientes, formados nos movimento grevista de 1978 e 1979, em pleno regime militar, não puderam imaginar tanta virulência.

³⁰ - ZUCHETTO, Suzana Casella. A educação no município de São Paulo e a formação dos educadores (1983-1997). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.p.34

Ninguém imaginava como nós já vínhamos de uma greve num período que você está negociando com remanescente da ditadura tal. Ninguém imaginava que o grau de perseguição seria tão intenso. Porque foi muito superior à greve de 78. (Depoimento em 2010. Maria Rita Cáceres)

O período janista é marcado na trajetória da APEEEM como um momento consciente de desestruturação dessa entidade sindical, que sofreu dificuldades de toda sorte. Faltavam recursos financeiros, resultantes da redução significativa do número de filiados, que chegou a atingir perto de 70% dos seus associados, setores da vanguarda que foram diminuindo o grau de participação e a divisão da categoria com a fundação de uma nova entidade³¹ patrocinada pelo janismo. Esteve visível, no entanto, que o SINPEEM não foi fruto de um ou de outro militante, mas o resultado da contribuição de vários ativistas (da vanguarda ou não) que sobre as mais adversas condições lutaram por uma educação pública municipal democrática.

³¹ - A APROFEM fundada em 1987, tinha livre trânsito nas escolas no período correspondente ao governo do Prefeito Jânio Quadros. Posicionou-se contrária à greve de 1987, manteve uma relação amistosa com os governos e, até hoje, pauta-se pela conciliação com os governos, abstendo-se de qualquer enfrentamento mais contundente.

CAPÍTULO 3 - RELAÇÃO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, PAULO FREIRE, COM SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL (SINPEEM): 1989-1992.

Ao darmos continuidade aos nossos estudos sobre as condições sociais que forjaram a história do Sinpeem, achamos oportuno e relevante resgatar, criticamente, os embates que se produziram durante a passagem do professor Paulo Freire pela SME e o seu significado político.

A relação do SINPEEM com o Governo da Prefeita Luiza Erundina inaugurou um novo período na história da educação na cidade de São Paulo e até mesmo no Brasil. Afinal, era a primeira vez que o maior município do Brasil era governado pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

Luiza Erundina de Souza foi eleita prefeita da cidade de São Paulo em 1988. Nordestina, filha de pai artesão e agricultor, nascida em Uiraúna no sertão da Paraíba, em 1934. Largou os estudos para permitir que os oito irmãos menores frequentassem a escola. Iniciou sua militância nas Ligas Camponesas na Paraíba, emigrando para São Paulo em 1971, devido às perseguições da ditadura civil/militar. Colaborou com a fundação do Partido dos Trabalhadores, elegendo-se Vereadora em 1982 e, Deputada Estadual, quatro anos depois.

Seu sucesso eleitoral foi um marco na história da cidade de São Paulo. Primeiro, por ser a primeira mulher a governar o maior município do país; depois, pela sua ligação com as classes populares e os movimentos sociais.

A apenas uma semana e meia do pleito eleitoral, parte das pesquisas indicava sua derrota, colocando a candidata em terceiro lugar, com 20% do

eleitorado³², atrás de Paulo Maluf e João Leiva do PMDB. A surpresa veio no final da tarde de 15 de novembro de 1988, quando, então, os paulistanos receberam o resultado das eleições, com a vitória da paraibana Luiza Erundina obtendo 29, 84% dos votos.

Sua vitória ocorreu num contexto em que as classes dominantes, por meio dos organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Organização Mundial do Comércio – OMC, dentre outros), passaram a impor (pelo menos num primeiro momento) uma série de contra-reformas, que se convencionou chamar de “neoliberais”.

No Brasil, essas contra-reformas ganharam grande relevo, principalmente a partir das eleições de Fernando Collor de Mello (primeiro Presidente eleito pelo voto direto após o regime civil/militar, em 1989) que transformou esse ideário em plataforma política.

Tais pressupostos passaram a constituir-se não só em um conteúdo programático eleitoral, mas também em um processo hegemônico que, segundo Armando Boito Jr. (2005), alicerça-se da seguinte forma:

A apologia do mercado e da empresa privada, como espaço da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado e das empresas públicas, como espaço do desperdício, do burocratismo e dos privilégios, são idéias que ganharam a condição de verdadeiro “senso comum”, difundiram-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares. (BOITO JR, 2005, p.145)

Propagava-se que a superação da crise econômica passava por seguir esse receituário e que a superação dos longos períodos inflacionários, do desemprego e da ineficiência dos serviços públicos viria com o advento da abertura econômica para o capital internacional, pela privatização de empresas públicas, pela

³² - O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade, 1955-1992. Prefeitura do Município de São Paulo: Cortez, 1992.

desregulamentação das relações de trabalho. Com isso, o capital obtém novas formas de acumulação, inserindo-se nos setores públicos da educação, saúde, previdência, transporte etc. Esse processo se torna emblemático, ainda mais em um país que nunca teve Estado de Bem-Estar-Social.

Essa forte pressão pela implementação das reformas neoliberais veio acompanhada da crise que ocorreu no período correspondente a 1989-1993, com queda dos salários e aumento do desemprego. Boito (2005), com base nas pesquisas do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP) da CUT, apresenta alguns dados que demonstram, em parte, a situação do país:

O governo Collor, uma vez empossado, implantou uma política econômica recessiva. Em 1989, a economia crescera 3,3%. Collor assumiu o governo em 1990 e empurrou a produção para baixo: - 4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. Em 1993, já então sob Itamar Franco, vem a recuperação: a economia cresceu 5,0%. No triênio 1990-92, o desemprego cresceu bruscamente. A taxa de desemprego na Grande São Paulo, consideradas as médias anuais em porcentagem da PEA, estava, no ano de 1989, em 8,7%; em 1990, subiu para 10,3%; em 1991, para 11,7%; em 1992, para 15,2%. Essa taxa só sofreu uma pequena inflexão em 1993, quando teve uma pequena queda, para 14,6%. Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$88,55 em 1988 e de US\$ 90,93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$ 64,22 em 1990, US\$ 62,41 em 1991 e US\$ 65,70 em 1992. De novo, o ano 1993 indica uma recuperação ainda que inexpressiva – o salário mínimo subiu para US\$ 74,33. O rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado (indústria, comércio e serviços) também apresentou curva semelhante. (BOITO JR, 2005, p.160)

Essa situação afetava, diretamente, os governos locais na medida em que, tanto as propostas neoliberais quanto o estado de crise incidem diretamente nas receitas orçamentárias. Fato que colocava a Prefeitura de São Paulo e os trabalhadores em grande dificuldade.

Notava-se, já em 1989, que a degradação econômica era latente. Isso, inclusive, serviu de mote para que a CUT e a CGT organizassem uma greve geral nos dias 14 e 15 de março de 1989. Na cidade de São Paulo, a Prefeita Luiza

Erundina posicionava-se favorável ao movimento grevista, não liberando, por exemplo, a circulação de ônibus da extinta Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC.

É nesse cenário de crise que o Partido dos Trabalhadores iniciou o governo da maior cidade da América Latina, com uma população, à época, de, aproximadamente, nove milhões e meio de pessoas (9.626.894) ³³. Contava, também, com o maior orçamento dentre os municípios brasileiros.

| Ano | Orçamento da cidade de São Paulo ³⁴ |
|------|--|
| 1989 | 2,75 bilhões de dólares |
| 1990 | 3,6 bilhões de dólares |
| 1991 | 3,89 bilhões de dólares |
| 1992 | 3,00 bilhões de dólares |
| 1993 | 5,5 bilhões de dólares |

Além disso, a cidade de São Paulo encontrava-se em um processo de desmonte dos aparelhos públicos, devido às intransigências autoritárias da administração janista. Ficando ainda mais latente o caso da educação, em que as carências eram de toda ordem: falta de funcionários, escolas degradadas, enorme déficit de vagas etc.

Pesquisas do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea³⁵ – CEDEC, com base em documentos da Secretaria de Educação do Município de São Paulo e coordenadas por Pedro Jacob, mostraram que (1995, p.34-35) em 1988 de um total de 421.526 alunos matriculados no ensino fundamental, 87.584(22,5%) foram retidos e 24.343 abandonaram a escola. Quase 35% dos alunos reprovados evadiram-se da escola logo no primeiro ano. Os alunos da 5ª série tinham um índice de evasão e reprovação de 38%. Em janeiro de 1989, a rede municipal contava com

³³ - Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Citados no Almanaque Abril(São Paulo, Brasil,1994, p.79)

³⁴ - Tabela elaborada com base nos dados apresentados por Carlos Alberto Torres, Maria del Pillar O'Cadiz e Pia Lindquist no livro Educação e Democracia: A práxis de Paulo Freire em São Paulo, 2002, p.74)

³⁵ - www.cedec.org.br/publicacoes.asp?publ=current&page=publ&subpage=publ
10h20min

650 escolas. Dessas, 639 funcionavam em prédios da Prefeitura da cidade de São Paulo, sendo que 60% dessas escolas necessitavam de melhoria física. A situação era tão grave que 14 escolas foram interditadas por falta de segurança aos alunos e professores. A rede municipal atendia, naquele momento, a 650,7 mil alunos

Para dar conta dos enormes problemas educacionais da cidade de São Paulo, Luiza Erundina convidou para a pasta da Educação um dos educadores mais renomados do mundo naquele momento (e ainda hoje), Paulo Freire, que narra esse convite ao Professor Edson Passeti da seguinte maneira:

No momento que Erundina me fez o convite, pelo telefone, ela estava visitando a Paraíba, o estado dela, num Congresso de Assistentes Sociais. Luiza resolveu anunciar ali que Paulo Freire, como nordestino, seria convidado dela para Secretário da Educação. No momento que disse isso, o povão aplaudiu muito. Aí ela resolveu telefonar para Campinas, onde eu dava aulas, e disse que estava anunciando naquele Congresso que eu seria o Secretário de Educação.[...]. Ela entendeu que eu não ia aceitar. Insistiu e acabei aceitando. Ela me desafiou. (*Pausa. Sorri*). Pensei muito com meus filhos, amigos e Nita, os prós e contras, porque sempre me entendi um político enquanto educador, mas não um eloqüente partidário.[...]. Após ponderar uma porção de coisas, resolvi aceitar, até como possibilidade para testar as coisas que eu sempre falei. Tinha criticado muitas coisas e queria saber o que poderia fazer com o poder nas mãos. (Paulo Freire. In: (*Apud*) PASSETI, 1998, p.72)

Freire assumiu a Secretaria de Educação desfrutando de grande prestígio nacional e internacional. Foi marcante o fato de um educador democrático, progressista, ligado às causas sociais e humanísticas, subir nos espaços de poder, colocando em pauta temáticas como oprimido e opressor, educação como prática de liberdade e democracia. Esse fato inaugurou um novo momento da história da educação na cidade de São Paulo, no Brasil e em boa parte do mundo.

A nomeação de Paulo Freire para Secretário de Educação do Município de São Paulo ocorreu em janeiro de 1989, e ele ocupou o cargo até 27 de maio de 1991.

Sua atuação à frente da Secretaria da Educação pautou-se por quatro diretrizes³⁶ principais: democratização da gestão das escolas, democratização do acesso do aluno ao ensino municipal, melhoria da qualidade de ensino e implantação de programas especiais de educação de jovens e adultos.

Diante desses pressupostos e da relação histórica entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais houve, por parte dos sindicatos, e em particular os ligados ao funcionalismo público, uma grande expectativa em relação ao atendimento de suas reivindicações. Os professores não fugiram dessa tônica, contudo, a entidade que os representava passava por transformações.

Em primeiro lugar, o SINPEEM, nesse momento, passou por um processo de reconstrução, devido aos ataques que sofrera no Governo do Prefeito Jânio Quadros.

Segundo, boa parte dos militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores foi participar da administração Erundina, o que deixou um “vazio a esquerda”, fortemente preenchido pelo PC do B, que tinha como principais lideranças Claudio Fonseca³⁷ e Raquel F. Guisoni.

Diferentemente do Governo Jânio, a nova administração democrático-popular não mais processava os militantes por ter uma visão contrária, não mais suspendia os professores ativistas, houve, portanto, abertura significativa para discursos de oposição. Claudio Fonseca conseguiu capitalizar as reivindicações da categoria e apresentar-se como o militante que fez o embate com o governo municipal. Um exemplo disso foram suas declarações repercutidas no jornal Folha de S. Paulo, de 12/09/1989.

Fonseca acusou o Secretário de Educação, Paulo Freire, de viver viajando. Disse que diretores de escolas têm sido intimidados. Afirmou que não houve nenhum avanço na área da educação em relação a administrações anteriores. Para ele

³⁶ - Documento: (1989-1991) Três anos de administração de governo democrático e popular. Prefeitura de São Paulo.

³⁷ - Que se tornou presidente do sindicato, ocupando esse cargo até nossos dias.

não há resposta para os problemas de evasão escolar, repetência e falta de vagas. (Folha de S. Paulo 12/09/1989)

É possível verificar a repercussão desse discurso crítico em outra declaração, dada pelo Presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, também no jornal Folha de S. Paulo de 13/09/1989.

Fonseca disse que a categoria está decepcionada com o secretário, e que não vai admitir que Freire fale da “escola bonita” [...] enquanto os professores têm salários baixos. Claudio Fonseca disse ainda que a administração da prefeita Luiza Erundina é politicamente boa, mas administrativamente é um verdadeiro desastre”. Ele afirmou que Freire não definiu a política educacional a ser adotada nas escolas.(Folha de S. Paulo, 13/09/1989)

Com essa posição, o Presidente da entidade ganhou simpatia de parte significativa dos professores, preencheu um espaço de oposição, deixado pelos petistas que foram participar da administração. Como fruto dessa política, desse comportamento, conseguiu vencer sucessivas eleições para o SINPEEM e também o pleito para Vereador da cidade de São Paulo, anos depois.

Mas, não foram só declarações, o SINPEEM também encaminhou outras formas de luta entre 1989 - 1990, como mostra quadro elaborado por Renato Sampaio Sadi, em sua tese de doutorado (2001, p.66) orientada pelo Professor João dos Reis Silva:

Lutas Iniciais do SINPEEM

| |
|---|
| 6-12-88 – Audiência com a Prefeita Luiza Erundina. Pauta de reivindicações e anistia dos grevistas. |
| 11-03-89 – Assembléia decide participação na greve geral convocada pelas centrais sindicais |
| 15-05-89 – Seminário sobre carreira do magistério com a participação de 1.200 pessoas |
| 12-09-89 – Paralisação de 3.500 profissionais contra o pagamento de abonos salariais. |
| 23 a 26-05-90 – 1º Congresso Anual do SINPEEM. |
| 8 a 10-08-90 – Divulgação de matéria paga na TV Globo cobrando o piso salarial. |

| |
|---|
| 22-08-90 – Entrega de onze mil cartas: reivindicação do piso. |
|---|

| |
|--|
| 31-08-90 – Eleição da diretoria para o Triênio 1990-93 |
|--|

SADI, Renato S. Projeto das direções sindicais da educação de São Paulo-SP. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2001.

Notadamente, essas ações necessitam de bases financeiras e políticas. De modo que, no governo Luiza Erundina e do Secretário Paulo Freire, houve uma conjuntura mais favorável para o processo de reconstrução no SINPEEM que estava em curso.

Por outro lado, a administração petista enfrentava as dificuldades de realizar reformas dentro do jogo da democracia parlamentar burguesa. Sobretudo a brasileira, incapaz de resolver, historicamente, os problemas agrários, acesso à saúde e à educação. Freire, relatando sua experiência no poder, mostra bem essa problemática.

O que acontece quando você toma posse?

Vai passar um ano estudando a possibilidade de reorientar o orçamento e isso significa lutar junto à Câmara de Vereadores que aprovou o orçamento anterior. Ele precisa manejar e entrar de cabeça na luta política na Câmara, de maneira que possa vencer os obstáculos e se fazer reconhecido, legitimamente, como diferente do anterior. O primeiro ano é mais ou menos isso. No segundo ano você trabalha no sentido da sua opção; o terceiro ano é o do seu trabalho propriamente dito, mas na metade do ano – quando me retirei – já tem início a discussão em torno da reeleição. No quarto ano o governo é todo sacrificado porque o partido está preocupado com a reeleição. (Paulo Freire. In: *(Apud)* PASSETI, 1998, p.75)

Com os entraves do jogo parlamentar e a demora nas reformas esperadas, Fonseca posiciona-se mais criticamente, pelo menos no plano do discurso. Naquele momento, parecia não concordar com as regras do jogo parlamentar, ou seja, não queria submeter as reivindicações dos docentes municipais, aos trâmites da Câmara Municipal. Daí os chamados às mobilizações utilizando-se de paralisações, assembleias, atos e pronunciamentos e TV aberta.

Claudio Fonseca e os militantes ligados ao PC do B consolidaram-se como liderança do movimento, utilizando um discurso mais “radicalizado” no período da administração petista. Hoje, no entanto, alguns desses militantes (não mais pertencentes ao PC do B) aceitaram a preponderância da luta reivindicatória por meio do parlamento, elegendo vereadores, em partidos compromissados com a democracia burguesa como é o caso do Partido Popular Socialista - PPS.

Ainda assim, o fato é que Fonseca e sua corrente sindical (Corrente Sindical Classista – CSC), à época, tiveram papel importante de reconstruir e dar continuidade a essa histórica entidade dos professores municipais. Por outro lado, não dá para negar que houve mudanças importantes na educação na cidade de São Paulo no período correspondente ao da Prefeita Luiza Erundina. O documento intitulado “Dez Meses de Administração: O que mudou?”, explicita algumas medidas implantadas na área da educação pelo então Secretário de Paulo Reglus Neves Freire.

Nele, é possível verificar (1989, p.09) que nos primeiros dez meses tínhamos 293 salas de leitura (uma novidade para rede) e foram comprados 20.000 livros. Nota-se que houve também (1989, p.12) o aumento da aplicação da verba da educação, cerca 32,1% da receita de impostos (Jânio Quadros aplicou 19,5%), já no ano de 1989. Além disso, por meio do decreto 27.611, de 1º de janeiro de 1989, revoga as demissões dos servidores públicos com texto exposto da seguinte maneira, no Diário Oficial do Município de São Paulo:

Art. 1º - Nos termos do artigo 8º, parágrafo 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, ficam anistiados todos os servidores punidos ou desligados do serviço público municipal por participação em movimentos grevistas. (Diário Oficial do Município de São Paulo, 03/01/1989, Ano 34, N°001, p.161)

Em Janeiro de 1989 foi também revigorado o Regimento Comum das Escolas, que fora fruto de debate com sindicatos e professores, ainda na administração de Guiomar Namó de Mello à frente da pasta da Secretaria de Educação. Essa medida foi tomada pelo decreto 27.614, de 1º de janeiro de 1989.

Considerando que o Regimento Comum das Escolas Municipais, estabelecido pelo Decreto nº 21.811, de 27 de dezembro de 1985, foi amplamente discutido por toda a Rede Municipal de Ensino, bem como aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, sendo, por esta razão, um documento que sintetiza as expectativas dos professores, alunos, pais e servidores das Escolas do Município.

Considerando que a revogação do referido decreto, pelo decreto nº 21.839, de 3 de janeiro de 1986, ao contrário de se revelar uma medida oportuna, representou abrupta e arbitrária interrupção do processo de discussão, então em andamento.

Decreta: Art. 1º - Fica revogado, em seu inteiro teor, o Decreto nº 21. 839, de 3 de janeiro de 1986, e revigorado, em todos os seus termos, o Decreto nº 21. 811, de 27 de dezembro de 1985. (Diário Oficial do Município de São Paulo, 03/01/1989, Ano 34, Nº001, p.161)

Nos primeiros dez meses da administração Freire, foram nomeados 914 professores respeitando o critério de tempo de serviço, acabou-se, em parte, com o apadrinhamento político, até então, um dos crivos para ser professor do município. Além disso, foram regulamentados direitos constitucionais como: licença paternidade, aposentadoria com proventos proporcionais, estabilidade aos professores, vale transporte e acréscimo de 1/3 do valor dos vencimentos normais quando em gozo de férias.

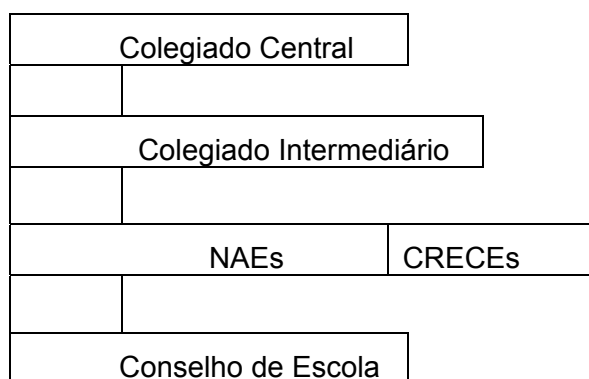
Cabe salientar que outro canal de democratização foi aberto por meio dos 10 Conselhos Regionais de Conselhos de Escola (CRECEs), funcionando nas Delegacias de Ensino, que também tiveram seu nome transformado para Núcleos de Ação Educativa, portanto, com um caráter diferente, menos “policialesco” e mais político-pedagógico. Segundo Carlos Alberto Torres, Maria del Pillar O’Cadiz e Pia Lindquist Wong:

Os Núcleos de Ação Educativa (NAEs) permitiram uma estrutura mais democrática na orientação e supervisão das escolas municipais e um sistema mais descentralizado de apoio e ajuda técnica.

Sob a administração da SME – PT, o pessoal dos gabinetes regionais, ou NAEs, foi sendo progressivamente recrutado nas fileiras dos professores. Mais importante ainda, o papel do

peçoal regional alterou-se, passando de um papel de vigilância policial para outro em que actuavam como facilitadores e recurso para as escolas envolvidas na reforma. Além disso, o peçoal regional era tratado como parceiro dos seus colegas de gabinete central (Torres; O'Cadiz; Wong, 2002, p.106)

A gestão dos NAEs era colegiada, o que também ocorria em outros espaços da SME. Essa democratização dos Fóruns de decisão facilitou a participação de outros movimentos da sociedade civil, seja porque atuavam nos conselhos, nos CRECEs ou por meio de reuniões diretas com a SME.



Aqui, os Conselhos de Escola com participação de pais, alunos, equipes técnicas e professores discutiam suas preocupações e demandas que, eram agregadas aos debates nos CRECES e NAEs, quando então, tornavam-se nos colegiados superiores, temáticas para elaboração de políticas públicas. Ocorria, nesse processo, uma ligação entre os anseios da sociedade civil e a administração.

Houve, sem sombra de dúvida, já no primeiro ano da administração do Partido dos Trabalhadores, uma série de conquistas. Essas, por sua vez, adquiriram grande relevo, pois era a primeira vez que os professores do município de São Paulo elevavam o grau de discussão para além das questões salariais. O debate da democratização da escola entra em cena, a preocupação pedagógica também passa a fazer parte das reflexões, por meio de temas como a formação do professor, materiais didáticos, número de alunos por sala, Sala de Apoio Pedagógico dentre outros pontos importantes que podem ser encontrados no Estatuto do Magistério.

Particularmente, na elaboração do Estatuto do Magistério houve grande participação do SINPEEM. Esse histórico documento para os professores da Rede Municipal foi fruto de intensos debates entre a Prefeitura e as entidades do Magistério. Nesse contexto, a contribuição do sindicato foi significativa, pois trazia ideias construídas ao longo de lutas que remontam ao ano de 1976.

Também nesse caso, houve, por parte do governo democrático popular, uma maior abertura, favorecendo as discussões. Já no primeiro ano da administração, por meio da portaria 8.626, de 14/12/1989 foi criado o 1º FÓRUM para apresentação e discussão de princípios orientadores do Estatuto do Magistério Municipal.

Parágrafo Único – As negociações serão coordenadas pela Profª Iracema de Jesus Lima, Assessora do Gabinete do secretário.

IV – Os diretores dos sindicatos e associações e seus representantes que participarem das negociações do estatuto do magistério terão garantido o ponto nos dias de negociação.

V – Serão fornecidos atestados de participação aos educadores presentes no I FÓRUM para efeito de apontamento de frequência, considerando-se como dia de efetivo exercício. (D.O.M.S.P, 25/11/1989, p.9)

Inicialmente, houve conflito sobre quais entidades participariam do processo de discussão. O SINPEEM não queria a participação da APROFEM; afinal, durante o governo do Jânio Quadros, essa entidade em nada colaborou com a luta dos trabalhadores municipais, pelo contrário, apoiou o governo. Sendo ainda que muitos de seus militantes foram sustentáculos do janismo. Segundo Sergio Cortella³⁸:

O Estatuto do Magistério, ele foi objeto de 156 rodadas de negociação. Ele começou a ser preparado em março de 1989, com a participação de todos os sindicatos da educação, o que inclusive, Rogério, gerou, na época, um desconforto muito grande porque sentaram-se sindicatos e aí botaram os apelidos políticos de esquerda, de direita e de centro. Existia, como existe ainda, um sindicato, que é o SINPEEM que representava

³⁸ - Entrevista concedida a Rogério de Andrade Córdova em sua tese de doutorado apresentada na PUC-SP, com o seguinte título: Educação, Instituição e Autonomia: Uma análise da gestão educacional no município de São Paulo no período 1989/1992.

mais o lado progressista dentro do sindicalismo na área municipal educacional, mas aqueles que ocuparam cargo de direção no governo Jânio Quadros e que também eles ocuparam cargos em que puniram colegas, também eles fundaram um sindicato. E uma questão que apareceu na época era: com quem faremos? Faremos também com os autoritários? E tomamos a decisão de que haveria a necessidade de você, nessa comissão de elaboração do Estatuto, ter todas as forças representadas. E isso gerou muitos impasses, porque eventualmente entidades progressistas ou de esquerda se recusavam a se sentar à mesa, junto com os seus recém-algozes dentro de um processo de atuação. Mas nós insistimos imensamente nisso porque isso, para nós era a chave. Mas não se constrói um processo democrático se você não agrega todas as forças. (Mario Sergio Cortella. In: *(Apud)* CÓRDOVA, 1997, p.293-294)

Nota-se, portanto, que houve espaço para debate, inclusive de grupos que historicamente posicionaram-se de forma conservadora. No entanto, foi mais significativa a participação do SINPEEM no processo de construção do Estatuto do Magistério. Primeiro, porque suas bandeiras pela jornada, evolução funcional, conselho de escola deliberativo, dentre outras, serviram de mote para os embates; depois, porque era a entidade docente mais antiga e seus fóruns de deliberação tinham mais representatividade da base com 17.000 mil filiados em 1992³⁹.

Contudo, no itinerário de construção desse documento histórico, Paulo Freire deixou a Secretaria de Educação em 27 de maio de 1991. Em sua saída, escreveu uma carta que pode ser encontrada na bibliografia organizada por Moacir Gadotti (1996, p.103):

MANIFESTO À MANEIRA DE QUEM, SAINDO, FICA

Todos temos vivido a enorme satisfação de poder estar construindo, num esforço comum, uma nova proposta pedagógica na Secretaria Municipal de Educação. Não importa que, por nosso compromisso, tenhamos, de vez em quando, experimentado agonias e sofrimentos.

³⁹ - SADI, Renato Sampaio. **Os condicionantes políticos da formação docente:** o debate sobre o neoliberalismo no jornal do SINPEEM - Sindicato dos Profissionais da Educação Municipal. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, (1996, p.72)

Estou convencido de que as propostas e princípios do PT, a que a prefeita Luiza Erundina dá carne, estão certos. Princípios gerais que constituem a política de governo, de que a política educacional que vimos implementando é um capítulo.

Não estou, rigorosamente, saindo da Secretaria Municipal de Educação ou mesmo deixando a companhia de vocês. Nem tampouco renegando opções políticas e ideológicas antigas, anteriores mesmo à criação do PT. Não imaginava sequer que o PT aconteceria, na minha juventude, mas sentia muita falta de sua existência. Esperei por mais de quarenta anos que o PT fosse criado.

Mesmo sem ser mais secretário, continuarei junto de vocês, de outra forma. Vou ficar mais livre para assumir outro tipo de presença.

Não estou deixando a luta, mas mudando, simplesmente, de frente. A briga continua a mesma. Onde quer que eu esteja, estarei me empenhando, como vocês, em favor da escola pública, popular e democrática. [...] (FREIRE, IN: GADOTTI, 1996, p.103)

Essa emocionante carta apresenta o compromisso de Paulo Freire com a educação, posição que durou por toda a sua vida. Um dos intelectuais mais importantes do Brasil conheceu bem as limitações quando se atua por dentro do estado capitalista. Segundo ele, (Paulo Freire. In: *(Apud)* PASSETI, 1998, p.72): No governo você tem poder, mas não o poder total.

Nesse sentido, o ensino institucionalizado carrega em seu seio as amarras do capitalismo, que utiliza o estado para manter os interesses de classe. Lenin, em o Estado e a Revolução, explica:

Eis, expressa com toda a clareza, a idéia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e a significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente a existência prova que as classes sociais são inconciliáveis. (LENIN, 2008, p.50)

Para um educador que pensou um mundo sem opressores e oprimidos, não deveria ser fácil atuar na superação dessa dicotomia por dentro do Estado, que tem, em sua gênese, a manutenção das classes sociais e, portanto, a continuidade do

capitalismo, mesmo manifestando-se, por vezes, de forma democrática. Parece claro que a atuação de Freire caminhou no sentido de democratizar as relações da Prefeitura, escola e sindicato. Algo novo em um país acostumado com um capitalismo em que as instituições políticas tiveram, em grande parte da história, contorno ditatorial. Nesse aspecto, Paulo Freire foi um marco na administração da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo.

Com a saída de Freire, assume a pasta da educação Mario Sérgio Cortella, professor do departamento de Teologia e de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação desde o início da gestão Erundina. Nesse momento, segundo o Jornal Folha de S. Paulo, de 26/05/1991, sob a responsabilidade do novo Secretário existiam 678 escolas, com mais de 728 mil alunos, 60 mil deles fazendo curso suplência (hoje se chama Educação de Jovens e Adultos - EJA) de primeiro grau (hoje, ensino fundamental).

Foi no período de Cortella, à frente da Secretaria de educação, que depois de praticamente 3 anos de discussão com as entidades, é aprovado o Estatuto do Magistério Público Municipal, Lei 11. 229 de 26/06/1992. Este é considerado a maior conquista dos educadores da cidade de São Paulo. Em sua página na *internet*, o SINPEEM afirma que com o Estatuto se assegurou e organizou:

- plano de carreira do magistério;
- jornada especial integral;
- investimentos em concursos;
- concurso de acesso;
- evolução funcional;
- gestão democrática com conselho deliberativo;
- criação de cargo de professor adjunto;
- direito de afastamento sindical para participação da categoria em congressos, reuniões de representantes, entre outros eventos.

A conquista da jornada especial integral foi o resultado concreto da defesa e vitória do SINPEEM pela melhoria da qualidade de ensino. A JEI, implantada somente no município de São Paulo, nada mais é que reconhecimento do trabalho do professor, que envolve a regência e todas as atividades correlatas. Com a medida, o professor passou a cumprir 25 horas em sala de aula e a ter 15 horas para o planejamento de aulas, discussões e desenvolvimento de projetos para melhorar

Além de estabelecer critérios para o exercício da profissão docente, esse documento possibilita aos professores que participarem de cursos (de curta duração, especialização, mestrado e doutorado) a evolução funcional, o que serve de estímulo para a procura de novas aprendizagens.

Outro ponto é que com o tempo de 15 aulas para dedicar-se a planejamento, discussões e projetos o docente obteve mais espaço para potencializar suas aulas e sua própria formação. Destaca-se também que o Estatuto assegura o critério de concurso para ingresso ou de pontuação para os contratados, o que eliminou a possibilidade do apadrinhamento político, prática constante na história do ensino municipal.

Essas políticas trouxeram alguns resultados significativos quanto a aprendizagem, evasão, repetência, número de matrículas. Para os professores, além do Estatuto do magistério e a democratização da relações no interior da escola, houve também aumento real de salários. Alguns números dessas transformações qualitativas e quantitativas são explicitados no livro Educação e Democracia: A práxis de Paulo Freire em São Paulo.

Temos, portanto, a partir do governo democrático popular de Luiza Erundina de Souza, um novo patamar de relações de trabalho dos professores. A construção deste novo momento foi resultado de relações ora tensas, ora mais convergentes com os movimentos sociais. E em particular, com o SINPEEM que, ao longo de sua história de embate com os governos, ajudou a formar quadros, a frutificar ideias que, depois, redundaram em conquistas relevantes para a educação no município de São Paulo.

CAPITULO 4 - SINPEEM E A DIFÍCIL TRAJETÓRIA NOS GOVERNOS MALUF e PITTA

4.1 - POLÍTICA EDUCACIONAL DOS PREFEITOS PAULO MALUF E CELSO PITTA

Neste capítulo, pretendemos apresentar a trajetória do sindicato no período correspondente entre 1993 e 2000. Nossa intenção será a de explicitar como se deu a relação do SINPEEM com os governos dos Prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta. Essas administrações tiveram, como secretários de Educação, Sólon Borges (1993 - 1997), Régis Fernandes de Oliveira (1997), Ayres da Cunha Marques (1997 - 1998) e Hebe Magalhães Castro de Tolosa (1998).

Optamos por construir este capítulo englobando esses dois governos, pois a política apresentada para os sindicatos, bem como para os docentes da rede municipal não se diferenciou de maneira substantiva, pelo contrário, caracterizaram-se por uma continuidade. Tendo como tônica a corrupção, privatização, redução das verbas nas áreas sociais⁴⁰.

No âmbito nacional, o Brasil passava por grande instabilidade política. Tendo como ápice desse processo a queda do Presidente Collor, fruto de manifestações de diversos setores da sociedade civil, sendo que, dentre eles, descaram-se os estudantes tanto pela sua atuação na construção dos processos de mobilização, quanto pelo número deles que foi às ruas.

Outro elemento importante desse período foi a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que procurou apresentar-se como um candidato que realizaria reformas voltadas a diminuição das desigualdades sociais. Dentre suas preocupações para resolver a problemática social estavam ações no âmbito educacional. Seu governo tinha como meta universalizar o ensino fundamental e melhorar a qualidade da

⁴⁰ - Maurício Puls no livro "O Malufismo" pela editora Publifolha de 2000. Mostra que mais da metade de todo dinheiro investido na cidade de São Paulo na gestão Maluf foram gastos em apenas 15 obras, dentre elas estão a Avenida Água Espraiada, Túnel Ayrton Sena, etc. Essas Obras totalizaram R\$ 3 bilhões em valores da época. O livro apresenta, também, dados sobre a CPI dos precatórios.

educação. Para isso, procurou seguir, em parte, as diretrizes dos organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD e o Banco Mundial.

No conjunto das orientações político-educacional ganhou corpo a filosofia da qualidade total que foi o norte pedagógico dos governos Maluf e Pitta. Para Dermeval Saviani o conceito de qualidade total

[...] está ligado à conversão produtiva pelo toyotismo ao introduzir, em lugar da produção em série e em grande escala visando atender a necessidade do consumo de massa, a produção em pequena escala dirigida ao atendimento de determinados nichos de mercado altamente exigentes. Nesse quadro, o conceito de “qualidade total” expressa-se em dois vetores, um externo e outro interno. Pelo primeiro vetor essa expressão pode ser traduzida na frase “satisfação total do cliente”. Pelo segundo vetor aplica-se uma característica inerente ao modelo toyotista que o diferencia do fordismo: capturar, para o capital, a subjetividade dos trabalhadores. Nessa dimensão, “qualidade total” significa conduzir os trabalhadores a “vestir a camisa da empresa”. A busca da qualidade implica, então, a exacerbação da competição entre os trabalhadores que se empenham pessoalmente no objetivo de atingir o grau máximo de eficiência e produtividade da empresa. (SAVIANI, 2007, p.437)

Nesse contexto, os docentes tornam-se prestadores de serviços que atenderão aos seus clientes, os alunos. A escola, por sua vez, fabricará um produto que, depois será produzido e fornecido para as empresas. Para que esse produto seja de alta qualidade adotam-se “metodologias de qualidade” advindas de modelos empresárias. Assim, a educação é vista como um produto regido pelas leis do mercado, o termo educador ou professor é esvaziado. Concordamos, portanto, com Saviani quando afirma que:

Neste contexto, o educador, como tal, é ofuscado, cedendo lugar ao treinador: a educação deixa de ser um trabalho de esclarecimento, de abertura das consciências, para tornar-se doutrinação, convencimento e treinamento para a eficácia dos agentes que atuam no mercado. (SAVIANI, 2007, p.4390)

Nos debates educacionais e pedagógicos, destaca-se, desse período, o livro “Excelência na Educação: a escola de qualidade total”, de Cosete Ramos⁴¹. Essa obra foi, como mostra Suzana Casella Zuchetto,⁴² uma referência para o trabalho da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que tinha, à frente da pasta, no momento inicial da administração Maluf, Sólon Borges dos Reis conhecido dirigente do Centro do Professorado Paulista (CPP).

Cosete Ramos (1994, p. 13) propõe “[...] refletir, analisar e repensar as estruturas, funções e atividades da Escola [...]”, a partir dos 14 princípios de Deming. Sendo eles, sinteticamente, apresentados no seguinte quadro:

| | |
|--|--|
| 1 – Filosofia da Qualidade | 10 - Eliminar lemas antigos e adotar novos níveis de produtividade |
| 2 – Constância de Propósitos | 11 - Implantar administração por processos |
| 3 – Avaliação no Processo | 12 - Remover barreiras permitindo o orgulho pelo desempenho |
| 4 – Transações de Longo Prazo | 13 - Instituir programa de educação e treinamento |
| 5 – Melhoria Constante | 14 - Engajar todos no processo de transformação. |
| 6 – Treinamento em Serviço | |
| 7 – Liderança | |
| 8 - Trabalhar de modo eficaz | |
| 9 - Eliminar as barreiras entre as áreas | |

A visão empresarial de educação também pode ser observada no contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) para formação de especialistas, delegados de ensino, supervisores, diretores e coordenadores pedagógicos.

O curso da FEA, segundo Zuchetto (2001, p.50), foi estruturado em três módulos totalizando 120 horas com os seguintes temas:

⁴¹ - RAMOS, Cosete. Excelência na educação: a escola de qualidade total. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

⁴² - ZUCHETTO, Suzana Casella. A educação no município de São Paulo e a formação dos educadores (1983-1997).Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.p.45.

- a) Módulo I – O papel gerencial do diretor de escola;
- b) Módulo II – Gestão da escola: conceitos, metodologias e instrumentos selecionados;
- c) Módulo III – Gestão escolar integrada.

Essa transposição mecânica da filosofia da qualidade total para a educação do município de São Paulo não gerou uma melhora no chamado “desempenho da Secretaria Municipal de Educação”. Pelo contrário, dados que foram sistematizados pelo Instituto Pólis⁴³ demonstram que o sistema de ensino municipal cresceu apenas 17, 5%, em 8 anos. Em termos de comparação, o governo de Luiza Erundina, em quatro anos e com um orçamento prejudicado, cresceu 15%.

A política de privatização tratou de ser implementada, principalmente via as terceirizações, assim 147 creches foram entregues a organizações sociais. Em um momento que havia 270 creches da administração direta e 308 conveniadas. Vale lembrar que se multiplicaram, nesse período, o número organizações sociais.

Esse mecanismo de transferência das obrigações do Estado, principalmente com a educação infantil, para Organizações Não-Governamental – ONGs, seguia a linha mestra dada pelo Banco Mundial. Frigotto (2002, p.87) a partir da análise do arcabolso de ideias propagadas pelos organismos multilaterais que explica que esse processo envolve, dentre outras coisas:

- surgimento de centenas de Organizações Não-Governamentais – ONGs, que disputam o fundo público, em sua grande maioria, para auto-pagamento. Esta pulverização de ONGs tem um duplo efeito perverso: ofusca e compromete as tradicionais ONGs que têm, efetivamente, uma grande trabalho social comprovado e passam a falsa idéia que se constituem em alternativa democrática e eficiente ao Estado. Esta tese vem sendo difundida pelos organismos internacionais que emprestaram recurso ao Brasil, como, por exemplo, o Banco Mundial. (FRIGOTTO, 2002, p.87-88)

⁴³ - http://www.polis.org.br/obras/arquivo_117.pdf 13/07/2010 10h40min

Neste caso, evidencia-se um processo de privatização, com mecanismos diferentes do setor privado, todavia aplica-se a lógica de transferência de recursos ou da administração para as chamadas organizações sociais. Pablo Gentili (1998)⁴⁴ explica que:

Uma definição ampla de privatização permite compreender como a atual reforma escolar envolve, apesar da retórica tecnocrática dos governos neoliberais, um também amplo processo de transferência de responsabilidades públicas em matéria educacional para entidades privadas que começam a invadir espaços que Estado ocupava ou devia hipoteticamente ocupar. (GENTILI, 1998, p.75)

Segundo Gentili (1998, p.74), as modalidades de privatização na esfera escolar mais comum são a privatização do fornecimento (Responsabilidades) com financiamento público. A outra é a privatização do financiamento e do fornecimento em que os usuários pagam pelos serviços diretamente para as empresas ou ONGs. A primeira modalidade foi a que mais ocorreu na educação nesse período, como também em outros setores na administração Maluf e Pitta.

Quanto à educação infantil, o crescimento do número de matrículas foi baixíssimo. Em 1992 eram atendidas, aproximadamente, 200.700 crianças, em 1999 depois de 7 anos de administração Maluf/Pitta eram atendidas 210.211 crianças, ou seja, um crescimento de apenas 4%.

No que se refere à política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) também houve um decréscimo do número de matrículas. Em 1992, eram atendidos 95.124 alunos, já em 1999 eram atendidos 84.608 alunos, de modo que, mais de 10 mil alunos perderam seu direito de estudar. Isso ocorreu, também, em parte, pela política de fundos do governo federal. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, não previa recursos para a EJA, o que influenciava, sobremaneira, as decisões dos governos.

⁴⁴ - GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Além disso, os Núcleos de Ação Educativa – NAEs, foram transformados novamente em Delegacias Regionais de Educação Municipal – DREMs, por meio da Lei 11.434 de 12 de novembro de 1993, voltando a ter um caráter fiscalizador e menos construtor de ações pedagógicas.

Outro fator de destaque foi o programa Leve Leite. As escolas passavam a fornecer leite mediante ao comparecimento dos alunos. Como não havia funcionários para essa função, professores e coordenadores pedagógicos utilizavam o espaço das aulas para distribuir o leite, transformando o espaço escolar de maneira assistencialista e ao mesmo tempo esvaziando o fazer docente.

4.2 – O SINPEEM DIANTE DOS GOVERNOS MALUF E PITTA

O SINPEEM, nesse momento, já desfrutara de outro patamar de estrutura e funcionalidade. O período de 1989 a 1992, havia tornado possível a reorganização do sindicato em termos qualitativos e quantitativos. Em declaração ao jornal Diário Popular, Claudio Fonseca explicitou esse processo favorável à organização sindical experimentado durante a gestão Erundina:

“Nessa Administração você tem mais liberdade e melhores condições para negociar. O problema é que as respostas às reivindicações que você faz são muito morosas, o que desgasta a relação”, destacou Claudio Gomes Fonseca, presidente do Sinpeem.

Falando por experiência própria – foi suspenso por Jânio Quadros durante a greve em 1987 -, o dirigente sindical reconhece que a Prefeita Luiza Erundina respeita o direito de manifestação dos servidores. Segundo ele, a categoria até se aproveita desse clima para se organizar ainda mais (Diário Popular 18/02/1990)

Em 1996 o SINPEEM⁴⁵ já contava com 28 mil sócios, um número bem razoável se observamos que os funcionários das escolas municipais totalizavam,

⁴⁵ - Jornal da Tarde de 09/09/1996. Nele é divulgado o resultados das eleições no SINPEEM, com destaque para a vitória da chapa 1 (situação) com 10.906 votos (53%, 05%), contra 8.656 votos (41, 66%) da chapa 2 (oposição) de um total de 20.018 votantes

aproximadamente, 46.000. De modo que o número de filiados correspondia a praticamente metade da categoria.

Entretanto, observando as mobilizações organizadas pela entidade, o número de participantes nas passeatas, paralisações, atos e assembleias diminuem sensivelmente em relação ao número de filiados.

| Data | Tipo de mobilização | Nº de Participantes |
|------------|--|--|
| 12/03/1993 | Ato público em na Câmara Municipal | 3.000/Folha da Tarde |
| 07/08/1993 | Assembléia | 350/ Diário Popular |
| 18/08/1994 | Ato em frente a SME | 200 Pessoas/ Folha da Tarde |
| 05/04/1995 | Ato público em na Câmara Municipal | 800 pessoas/Folha da tarde 3.000 segundo SINPEEM |
| 14/11/1995 | Ato público em na Câmara Municipal | 200 Pessoas/ Diário Popular |
| 12/03/1996 | Ato público em na Câmara Municipal | 500 Segundo Polícia Militar 1000 Segundo SINPEEM |
| 09/05/1996 | Passeata e ato em frente a SME | 1.200 Segundo Polícia Militar 2.000 Segundo SINPEEM |
| 26/06/1996 | Passeata e ato em frente a Câmara Municipal | 1.200 Segundo Polícia Militar 2.000 Segundo SINPEEM |
| 03/02/1999 | Ato em frente a SME | 1.500/Estado de São Paulo |
| 30/03/1999 | Ato em frente a SME | 800 Segundo Polícia militar |
| 03/12/1999 | Ato em frente a Secretaria de Administração Pública- SAP | 1.500/Diário Popular |
| 16/12/1999 | Ato em frente a SME | 1.000/Jornal da Tarde |

Tabela elaborada a partir de dados divulgados nos jornais um dia depois as manifestações

Mesmo que façamos ressalvas aos dados divulgados pelos Jornais ou Polícia militar, poderíamos dobrar esses números e, ainda assim a diferença entre o número de filiados e o de participantes efetivos nas mobilizações continuariam significativas.

Esses elementos são importantes, pois explicitam uma dificuldade importante no processo de mobilização dos docentes municipais nesse período. Essa dificuldade é explicada, a nosso ver, por um conjunto de fatores: a identidade de classe dos professores no bojo das classes sociais; o impacto das ideologias neoliberais e a estrutura-funcionalidade do sindicato como elemento de influência na formação da consciência dos agentes que dirigiam o sindicato. Trataremos desses temas mais a frente.

Destacamos, também, que no período correspondente a esses dois Prefeitos não houve o registro de greve. Em nossa pesquisa a jornais da época e nas publicações do SINPEEM a que tivemos acesso, não encontramos nenhum indicativo contundente que caminhasse no sentido de que a direção majoritária do sindicato estivesse disposta a organizar ações mais radicalizadas, como é o caso das grevistas. O que não quer dizer que não houve embate com o governo, pelo contrário, houve confrontos importantes expressos em várias formas de mobilizações. Estas, por sua vez, eram, em geral, baseadas em negociações entre governo e sindicato, esse processo acompanhava atos em frente a Secretaria Municipal de Educação, na Secretaria de Administração Pública Municipal – SAPM e no Gabinete do Prefeito. Algumas delas reprimidas como relata Lurdes Quadros⁴⁶:

Este foi sem dúvida um dos períodos mais difíceis que vivenciei. Foi um período de total abandono das políticas públicas e implementação de parcerias com a iniciativa privada, em especial na educação e saúde. Foi o período em que intensificou os convênios com entidades privadas na educação infantil e terceirizações dos serviços. Período em que enfrentamos a repressão policial; com perseguições, prisão de ativistas e lutadores. (Lurdes Quadros, Entrevista em 2010)

O relato mostra os limites das liberdades políticas, e que o aparato policial ainda é utilizado fortemente, sempre que as classes dominantes veem seus interesses questionados. A cidadania burguesa tem, portanto, seus limites impostos pelas prioridades das classes dominantes. Nesse período claramente, vislumbrou-se novas formas de acumulação por meio da apropriação de funções que eram, em grande parte, fornecidas pelo Estado. Estavam em jogo, sobretudo o acesso às fontes de financiamento governamentais.

Foi marcante, nesse contexto, o documento produzido pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e divulgado no jornal Diário Popular de 25/11/1996.

⁴⁶ - Lurdes Quadros hoje é Diretora do SINPEEM e faz oposição a atual direção majoritária do sindicato. Na época era Conselheira da entidade.

Concluído em junho deste ano, o documento, que leva o pomposo nome de Projeto de Desenvolvimento Institucional e foi contratado sem licitação, sugere três alternativas de gestão para as áreas sociais do Governo Municipal: a gestão compartilhada entre o poder público e entidades particulares, terceirização da gestão e privatização com avaliação baseada no vale-educação. (Jornal Diário Popular de 25/11/1996)

Tratava-se, portanto, de implementar um modelo privatizante direto, caso não fosse possível caminhar-se-ia para um misto ou indireto. Algo parecido com o Plano de Atendimento a Saúde (PAS), em que cooperativas assumiam o controle do equipamento público, sendo que as compras poderiam ocorrer sem licitação e do ponto de vista funcional. A cooperativa era responsável por contratar funcionários que não teriam diversos direitos, o salário seria fruto do número de pacientes. No caso da educação, a escola receberia determinada verba, inclusive para pagamento de funcionários, de acordo com o número de alunos.

Diante dessas possibilidades, a luta contra a privatização passa a fazer parte, de maneira mais incisiva, da pauta de reivindicações. Essa temática ganha força nos documentos, especialmente na metade dos anos de 1990. Houve, nesse processo, uma tentativa de dialogar com outros setores da sociedade. Foi produzida uma carta aberta à população apresentando uma posição diante da política que vinha sendo implementada na esfera municipal, mas, também no âmbito federal. Nela, é possível já detectar os reflexos da diminuição dos recursos na educação e as soluções dadas pelos correligionários do Banco Mundial.

Todos os dias, nos noticiários, os servidores públicos são taxados de ineficientes preguiçosos, despreparados e irresponsáveis. Será que a realidade é essa mesmo?

Ninguém fala que as escolas públicas estão caindo aos pedaços, que os hospitais não possuem leitos nem material, que falta pessoal (desde professores, médicos até responsáveis pela limpeza) e a imensa maioria dos funcionários mal consegue sobreviver com o que recebe.

Fórmulas mágicas são propostas para acabar com “tanta ineficiência”:

- Fim da aposentadoria por tempo de serviço
- Fim da igualdade de direitos entre ativos e aposentados

- Destruição do patrimônio estatal(construído com o dinheiro do povo)
- Privatização dos serviços públicos
- Fim da estabilidade dos servidores públicos(retirando deste meio funções importantes para o governo)
- Arrocho salarial

Estes são alguns dos objetivos perseguidos por Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Paulo Maluf e tantos outros, para cumprir as exigências do FMI e dos empresários. Em São Paulo, Maluf segue esta cartilha, acaba com os serviços públicos e torna insuportável a vida dos servidores municipais, retirando-lhes o reajuste a que tinham direito em fevereiro. Maluf mente para a população dizendo que fez isso para salvar o Real e fazer obras na cidade.

Nós, que diariamente estamos nos bairros, sabemos muito bem que precisamos de obras. Mas será que Maluf até agora não mandou desentupir bueiros, recolher lixo diariamente na periferia, canalizar córregos, fechar crateras nas ruas, consertar escolas e atender a população decentemente nos hospitais por causa dos salários dos servidores?

Como um professor pode trabalhar tranqüilo e dar uma aula de qualidade ganhando R\$ 242. 45 por mês? E um servente ganhando R\$ 147.11? Com que dinheiro comprar livros e freqüentar cursos para ensinar melhor nossos filhos, se o que ganhamos mal dá para comer?

Acreditar só mesmo aqueles que ainda esperam Papai Noel todos os anos! (Carta aberta a população, elaborada pelo SINPEEM em 1995)

É interessante verificar que, em nossa pesquisa documental, esse foi um dos poucos documentos que procuravam um diálogo mais aberto com a população. Em geral, os documentos do SINPEEM são direcionados quase que exclusivamente aos professores. Entretanto, a mobilização contra a privatização trouxe essa possibilidade que, em parte, deu certo. O avanço do capital privado na educação municipal na cidade de São Paulo foi menor que em outros setores menos organizados. Existe também o fato de que os escândalos (desvio de dinheiro, superfaturamento de obras), causaram uma forte crise política que diminuiu o poder do governo para aprofundar contra-reformas ligadas a terceirização e a privatização.

Outra questão que foi objeto de embate diz respeito às verbas destinadas a educação. A questão do financiamento afeta, diretamente, os educadores ativos e inativos. Por conta da não aplicação dos recursos na área da educação, houve uma deterioração significativa das condições de trabalho e também da questão salarial.

Uma marca das administrações Maluf e Pitta, foram as escolas de lata que chegavam a temperatura interna de mais de 35 graus nos dias de verão. Dados do site da Prefeitura⁴⁷ de São Paulo indicam que houve a construção de 51 dessas escolas. Nessas condições de trabalho, as possibilidades de uma aprendizagem efetiva ficavam totalmente prejudicadas.

Segundo dados⁴⁸ levantados pelo gabinete do Vereador Carlos Giannazzi, que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação, de 1995 a 2000, o Executivo deixou de aplicar, em Educação, pouco mais de R\$ 776 milhões. Esse parlamentar pretendia com essa apuração cassar os direitos políticos de Maluf e Pitta por não investirem os 30% do orçamento do município em educação. A defesa dessa bandeira viria mais tarde trazer sua expulsão do Partido dos Trabalhadores – PT, que no Governo da Prefeita Marta Suplicy, reduziu a verba destinada à educação para 25%.

O SINPEEM tratou, portanto, com suas mobilizações (numerosas ou não) de colocar na ordem do dia⁴⁹ a problemática educacional, em relação ao financiamento, estrutura das escolas, condições de trabalho dos docentes. Todavia, o tema principal se deu em torno das questões salariais, com destaque, segundo Lurdes Quadros, para a campanha pelos 81%. Sobre isso, ela nos afirmou que:

O sindicato participou de mobilizações por reposição salarial e integrou os movimentos em defesa da escola pública independente. Organizamos a resistência sobre a decisão de Paulo Maluf de retirar o reajuste referente ao mês de fevereiro (81%). (Lurdes Quadros, Entrevista em 2010)

⁴⁷ - www.prefeitura.sp.gov.br 21/06/2010 13h45min

⁴⁸ - Divulgados no Jornal Diário Popular de 08/02/2001.

⁴⁹ - Em nossa limitada pesquisa, selecionamos no Departamento de documentação e Informática Subdivisão de Documentação Jornalística da Câmara Municipal de São Paulo, aproximadamente 81 reportagens (Esse número é bem maior, pois nem todas as matérias nos interessavam) envolvendo a relação de embate do SINPEEM com a Prefeitura de São Paulo nos Governos Maluf e Pitta. Disponibilizaremos estas matérias e outras utilizadas para este trabalho, na biblioteca de pós-graduação da Universidade Nove de Julho - UNINOVE.

A lei 10688/88 previa que entre 47% e 58% das receitas do Município sejam usadas para pagamento de pessoal. Esta lei do governo Jânio Quadros, possibilitava, naquele momento, a reposição de perdas⁵⁰ salariais importantes (Por outro lado, essa lei era um entrave, pois condicionava o aumento a arrecadação), no entanto, Maluf não cumpriu a legislação vigente e deu apenas 6%⁵¹ de reajuste. Posteriormente, o Prefeito revogou a lei e os reajustes passaram a ser quadrimestrais.

Apesar das paralisações, atos e assembleias, nesse momento, o sindicato recorreu a ações judiciais que trouxeram resultados positivos para parte da categoria que conseguiu o reajuste total, outra parcela dos professores o reajuste foi parcial, outros não conseguiram. A judicialização das lutas levou a fragmentação salarial dos professores municipais. O método de consultar a justiça é hoje muito utilizado pelas entidades sindicais. A experiência vem mostrando, no entanto, que a justiça tem lado e, certamente, não é o lado dos movimentos sociais. Um exemplo disso foi a greve dos docentes em Alagoas, iniciada em 17 de Janeiro de 2007, como mostra Julián, Fontora e Gentili (2009):

Mediante ação do governo, a medida de força foi declarada ilegal pela justiça no final de fevereiro. Foi imposta ao sindicato uma multa diária de 10 mil reais (quase cinco mil dólares) por dia de paralisação a partir da declaração de ilegalidade e o não pagamento dos dias parados em caso de manutenção da greve. (JULIÁN, FONTORA e GENTILI, 2009, p.25)

Mesmo que em alguns momentos haja pequenas concessões por parte da justiça, o enfrentamento com base em ações judiciais potencializa o poder de fogo dos governos contra os movimentos sociais. Além disso, o papel educativo dessas medidas é contraproducente, pois transfere para os advogados da entidade a responsabilidade pelo enfrentamento junto aos governos.

⁵⁰ - As perdas entre 1989 e fevereiro de 1995 chegavam a 347%, conforme demonstrou o Jornal Diário Popular de 12/03/1993.

⁵¹ - Jornal Diário Popular de 27/06/1995.

É, também, nos governos Maluf e Pitta que o SINPEEM, dá corpo a novas estratégias para atrair sócios ou mesmo “fortalecer os vínculos” com os filiados existentes. O Jornal da entidade apresenta essas estratégias:

Em dezembro de 1997, o Sinpeem criou a Cooperpeem (Cooperativa Habitacional dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal de São Paulo)

A Cooperpeem funciona no endereço da antiga sede do Sinpeem, no Largo do Paissandu. O seu objetivo é facilitar a aquisição da casa própria pelos associados do sindicato (Jornal do SINPEEM, Agosto de 1999, Ano VI, nº 43, p. 04)

O sindicato começou, a partir da metade dos anos de 1990, a ser um prestador de serviço para os funcionários da educação da rede escolar municipal. Tempos depois o sindicato passou a oferecer convênio médico e atividades de lazer em colônias de férias. Esse pragmatismo tende a esvaziar o conteúdo político dos sindicatos, entretanto, esse processo é desigual e contraditório, as tensões internas e as ações do governo convergem hora para a paralisia assistencialista, hora para frisões que podem conduzir as mobilizações.

Ocorreu nesse período, a nosso ver, um duplo movimento. De um lado houve mobilizações impulsionadas pelas políticas educacionais privatizantes e de arrocho salarial. De outra parte, o SINPEEM foi aderindo ao sindicalismo de resultado e propositivo. No nosso entender, esse processo privilegia a forma em detrimento do conteúdo político. O crescimento do número de filiados ocorre sem uma elevação do corpo qualitativo das políticas sindicais. Os alicerces da entidade passam a ser constituídos de um fino papel, que nos momentos decisivos são facilmente destruídos. Entretanto, são muito eficazes e transformam-se em titânio quando da defesa dos que ocupam a estrutura sindical.

CAPÍTULO 5 - SINPEEM E O GOVERNO DA PREFEITA MARTA SUPLYCY (2001-2004)

Após o período Maluf e Pitta, em que a educação na cidade de São Paulo enfrentou uma visão e as ações de governo alicerçadas na qualidade total, na busca pela privatização e não aplicações dos recursos da educação, na degradação das condições de trabalho do professor e corrupção dos governantes, ocorreram mudanças. No seu bojo, o Partido dos Trabalhadores pode, novamente, conquistar a prefeitura de uma das maiores cidades da América Latina.

Elegeu-se, como Prefeita da cidade de São Paulo, em pleito decidido apenas no segundo turno, a ex-deputada federal Marta Suplicy com 58,51% (3.246.115)⁵² dos votos, contra Paulo Maluf que obteve 41,49% (2.303.623). O resultado reafirmou o Partido dos Trabalhadores como uma força política consolidada no âmbito eleitoral no município. Por outro lado, demonstrou também que, mesmo com todos os problemas das administrações anteriores, a direita malufista continuava forte, afinal Maluf derrotou Geraldo Alckmin do PSDB e teve um crescimento eleitoral no 2º turno na ordem de 150%.

O Partido dos Trabalhadores se apresentava, agora, de forma diferente. Possuía em seu currículo a bagagem de já ter experiência de governo na cidade de São Paulo e em outros municípios de grande relevo na economia brasileira. O conhecimento adquirido nessa trajetória foi acompanhado, entretanto, de um grande pragmatismo que em determinados momentos se chocavam com as bandeiras históricas do partido.

Não obstante, o discurso petista propagado em sua plataforma política, propunha um governo de reconstrução do município, a partir de medidas que caminhassem no sentido contrário das diretrizes seguidas pelos administradores públicos, que procuravam implementar a plataforma do Banco Mundial.

⁵² - Números elaborados tendo como fonte o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo. Apresentados por: FIORILO, Paulo Roberto. A relação entre executivo e legislativo no governo petista de Marta Suplicy (2001-2004). Dissertação de mestrado em ciências sociais, PUC-SP, 2006. Páginas 80.

Da parte do SINPEEM, mas, também da categoria docente da rede municipal houve grande expectativa. Esperava-se uma política educacional que caminhasse no sentido contrário aos das políticas neoliberais, de modo a elevar para um novo patamar as relações com os movimentos sociais e o próprio papel da Prefeitura no que diz respeito aos direitos sociais públicos. Afinal, foi na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores que haviam ocorrido as maiores conquistas para os professores da rede municipal da cidade de São Paulo.

Pretendemos, portanto, apresentar as relações desse novo governo com o SINPEEM, ao mesmo tempo, analisar possíveis embates gerados pelas políticas educacionais do Partido dos Trabalhadores, bem como as contradições internas no sindicato aqui estudado. Tais contradições foram resultantes desse processo de relações contraditórias com um governo que possui fortes vínculos com os sindicatos.

Nesse mandato inclusive, dois vereadores tinham sua origem no movimento sindical docente da rede municipal da cidade de São Paulo. Claudio Fonseca do PC do B (Presidente do SINPEEM) e Carlos Gianazzi do PT (Conselheiro do SINPEEM) elegeram-se e passaram, num primeiro momento, a constituir a base de apoio da Prefeita Marta Suplicy.

Os militantes do PT e do PC do B, que compunham o corpo de dirigentes da entidade, passaram por um processo de tentar conciliar a política pragmática da Prefeitura com as reivindicações construídas, historicamente, no seio do movimento dos professores. Nesse momento, a pauta do SINPEEM congregava os seguintes itens⁵³:

| PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES |
|--|
| Piso Salarial, não inferior a 3 salários mínimos. |
| Reposição das perdas salariais |
| Não elevação da contribuição previdenciária. |
| Isenção de contribuição previdenciária para aposentados. |

⁵³ - Elaborada com base nos jornais disponíveis no site do SINPEEM, que disponibilizava jornais a partir de 2003. www.sinpeem.com.br 10/08/2010 11h

| |
|---|
| Pagamento integral da Gratificação de Desenvolvimento Educacional(GDE), para ativos e aposentados. |
| Melhoria nas condições de atendimento do Hospital do Servidor Público Municipal(HSPM). |
| Derrubada do Veto da Prefeitura à Lei que dispõe sobre a fixação de número máximo de alunos por sala de aula. |
| Melhoria das condições de trabalho e políticas positivas voltadas para a saúde do trabalhador. |
| Afastamento remunerado para cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado aos profissionais de educação. |
| Não a redução da verba da educação de 30% para 25% do orçamento. |
| Reposição salarial de 25, 3%, correspondente as perdas do período Maluf/Pitta |
| Devolução dos 81%, não pagos por Maluf, Pitta e até agora pela prefeita Marta Suplicy. |
| Contra a avaliação de desempenho instituída pela Lei nº 13. 748/04 e o Decreto nº45.090/04. |
| Transformação do Cargo de Professor Adjunto em Professor Titular. |

Há maior parte das reivindicações não foram atendidas, pelo contrário, muitos itens dessa pauta só surgiram a partir de medidas do governo, como foi o caso da redução da verba da educação, a elevação da contribuição da previdência e a instituição de avaliações de desempenho por mérito.

Entretanto, já no primeiro ano de governo, ocorreram embates entre o SINPEEM e o governo de Marta Suplicy. Uma primeira questão se deu em torno dos aumentos salariais. Os reajustes quadrimestrais instituídos pelo governo Maluf (realizados desde que a despesa com pessoal não ultrapassem 40%) e, continuados pelo novo governo petista foram baixíssimos, conforme tabela apresentada pelo SINPEEM.

| MÊS/ANO | DESCRIÇÃO SINTÉTICA | REAJUSTE |
|---------|--|----------|
| MAR/01 | 3,26%, referente ao reajuste de nov/2003 | 3,26% |
| MAR/01 | Reajuste = 0, 70% | 0,70% |
| DEZ/01 | Nossa luta garante reajuste de 5% para a educação | 5,00% |
| MAI/01 | Reajuste linear 2,00%(para todo o funcionalismo) | 2,00% |
| JAN/03 | Reajuste linear 2,62%(para todo o funcionalismo) | 2,62% |
| MAI/03 | Reajuste linear 0,01%(para todo o funcionalismo) | 0,01% |
| JUL/03 | Reajuste de 3,00% para a educação | 3,00% |
| JUL/03 | Reajuste de 3,20% para o Quadro de apoio da Educação | 3,20% |
| AGO/03 | Rajuste de 3,00% para a educação | 3,00% |

| | | |
|--------|--|-------|
| JAN/04 | Reajuste linear 2,62%(para todo o funcionalismo) | 2,62% |
| MAI/04 | Reajuste linear 0,01%(para todo o funcionalismo) | 0,01% |
| MAI/04 | Reajuste 2,00% para a Educação | 2,00% |

(Jornal do SINPEEM de outubro de 2004, ano IX, N°80, p. 9).

No entanto, uma das primeiras medidas da Prefeita foi aumentar em 40% o salário do funcionalismo de primeiro escalão. Aproximadamente, segundo o jornal Folha de S. Paulo (Caderno C, 07/02/2001, p.5), a medida atingiu apenas cerca de 1.000 dos 105 mil funcionários da Prefeitura de São Paulo. O que provocou polêmica, pois os reajustes dados ao conjunto do funcionalismo sempre foram pequenos e, muitas vezes, a porcentagem de 3% era dividida em três vezes⁵⁴. Esse fato, aliado aos poucos aumentos, levou a primeira manifestação dos professores contra a administração petista no dia 27/04/2001⁵⁵.

A participação de Claudio Fonseca nesse ato gerou debates intensos na base parlamentar governista que pressionava pelo apoio às medidas do governo. Essa contradição também se apresentava entre as correntes políticas, setores ligados ao PT, estavam com o partido e tinham dificuldade de tornar pública sua posição diante da categoria docente.

Essa contradição de estar no sindicato e, ao mesmo tempo, ser governo, fortalecia as posições de correntes políticas que procuravam mediar conflitos por meio de negociações “pacíficas”. Afinal, estava em jogo a administração de *seu governo*, e isso implicava defendê-lo, mesmo que, para isso, as reivindicações construídas com as lutas da categoria fossem relegadas a um segundo plano.

Por outro lado, não se pode negar que houve resistência parlamentar, sobretudo, por meio das votações e dos discursos por parte do Presidente da entidade, mas, também de Carlos Gianazzi do PT. O problema é que a resistência via Câmara Municipal, não se converteu em conquistas para a categoria. Esse palco de luta, que não deve ser ignorado pelo movimento, é o campo da burguesia e, portanto, o peso maior deve ser sempre o da luta direta dos próprios trabalhadores,

⁵⁴ - Conforme apresentado no Jornal Diário Popular de 07/02/2001, p.05.

⁵⁵ - Jornal O Estado de São Paulo de 27/04/2001, Caderno C, página 3.

inclusive, os da educação. Ademais, o jogo parlamentar, pode ter um papel “deseducativo”, pois cria, em parte da categoria, a ideologia de que seus problemas serão resolvidos via eleições e que determinados parlamentares lutarão pela categoria. Não se trata aqui de refutar a participação dos militantes em processos eleitorais, a questão está em como essa tática ocorre em um contexto no qual as direções sindicais não mais contestam o capitalismo e os mecanismos estruturais que criam as desigualdades. De certa forma, esse caminho tem levado ao fortalecimento do culto à personalidade dos “heróis do movimento”, todavia o resultado concreto é quase sempre inócuo. A radicalização fica no plano do discurso, as ações concretas se resumem a negociações que, no geral, favorecem as propostas do governo vigente.

Esse governo, neste particular, tratava com relativa cordialidade os movimentos sociais que, em parte, depositaram esperança com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Houve bastante diálogo, sobretudo por meio do Sistema de Negociação Permanente – SINP, fato relatado por Lurdes Quadros:

A categoria depositária de grandes esperanças em torno da eleição da Marta Suplicy, após oito anos de derrotas nos governos Maluf/Pitta, comemorou como nunca o início deste novo governo. Porém em poucos meses de governo, as esperanças foram se esvaindo. Apesar da cordialidade junto as entidades, o governo não mediu esforços para implementar as políticas neoliberais na Educação. Redução das verbas, engessamento dos Projetos pedagógicos em torno dos interesses da administração; ataque a direitos no plano de carreira; terceirização dos serviços, parcerias com entidades privadas na educação infantil; medidas punitivas à aqueles que ousaram questionar a administração. (LURDES QUADROS, Entrevista em 2010)

A relativa cordialidade na relação com o SINPEEM não impediu a implementação de políticas educacionais contrárias aos interesses dos trabalhadores da educação. A direção majoritária do SINPEEM continuou, todavia, a participar do SINP até o final da administração Marta Suplicy.

Além das negociações permanentes, houve atos com e sem paralisação das atividades. Essas formas de luta são uma maneira de pressão menos radicalizada,

entretanto, têm sua importância. Em nossa pesquisa, principalmente nos jornais da época, essas ações serviram para tornar pública a temática da educação. Um exemplo disso foi o ato na Câmara Municipal em 08/12/2001, contra a redução da verba da educação de 30%, para 25% do orçamento. Essa questão, em particular, gerou muita polêmica pois os 5% retirados da verba da educação seriam utilizados para medidas assistenciais como uniformes, transporte, bolsa trabalho, renda mínima. Além disso, as despesas com servidores inativos foram incluídas nos 25%. Carlos Giannazi, militante histórico do Partido dos Trabalhadores, explicou sua posição em relação a tal medida

Sou totalmente contra porque, além de inconstitucional, ela fere toda a coerência histórica do PT. Como presidente da CPI da Educação, pedi a suspensão dos direitos políticos de Paulo Maluf e Celso Pitta justamente por não terem aplicado os 30%, ao incluírem itens como segurança, assistência e tantos outros proibidos pela legislação. (CARLOS GIANNAZI, Entrevista, Jornal da Tarde, 15/10/2001)

Nessa questão ocorreu, pelo menos no plano do discurso, a participação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que aprovou uma moção de repúdio⁵⁶ contra a redução das verbas da educação no município de São Paulo, em plenária Estadual. Ações efetivas, contra a redução por meio de atos, paralisações e greves não foram encontradas em nossa pesquisa.

A Alteração no artigo 208 da Lei Orgânica do Município – LOM foi efetivada, a redução da verba da educação se concretizou e, os vereadores ligados ao SINPEEM que votaram contra a diminuição dos recursos da educação foram expulsos de seus partidos. Para Lurdes Quadros que participou ativamente dos movimentos contra a diminuição dos recursos para educação:

Esta foi com certeza uma derrota e um grande prejuízo para nós que defendemos educação pública de qualidade. Recursos

⁵⁶ - Divulgada no Jornal da Tarde de 15/11/2001, Caderno A, página 6.

foram desviados para ações assistencialistas com fins eleitoreiros. (LURDES QUADROS, Entrevista em 2010)

Nas questões salariais, o debate continuou aguçado, em vez de aumento real, a Prefeitura instituiu sistema de gratificação por mérito por meio da classificação das escolas com valores de R\$ 350,00 a R\$ 1.000,00. A política de Bônus foi e continua sendo uma estratégia que ajuda a dividir a categoria, pois as classificações fragmentam economicamente a categoria. Além disso, os aposentados geralmente são excluídos do recebimento desse dinheiro, fato que potencializa ainda mais a compartimentalização das lutas.

Essas gratificações viram tema de reivindicações, pois se busca incluir os que não recebem, desvia-se, em parte, o foco do aumento salarial real e o sindicato passa a corroborar com essa política, uma vez que luta pela sua ampliação, de tal forma que o governo vai, aos poucos, pautando a luta do sindicato. Trata-se, portanto, não de encampar as lutas por novas conquistas, mas de se adaptar às migalhas concedidas pelos governos.

A reposição das perdas do período Maluf/Pitta, de 25, 32%, não resolvida por meio das negociações virou projeto de Lei apresentado na Câmara Municipal pelo vereador Claudio Fonseca, que foi derrotado.



Foto retirada do Jornal do SINPEEM de Julho de 2004 – ANO IX – Nº79

O vereador apresenta um projeto e mobiliza professores para a Câmara Municipal, perde a votação, no entanto, fortalece seu nome para as próximas eleições. Não se trata de questionarmos as intenções, nada nos leva a crer que se trata de má fé, mas de refutar o método de luta que prioriza o parlamento em detrimento da utilização do sindicato para mobilizar amplos setores da categoria, para além do parlamento. É importante, portanto, contruir o movimento pela base e com independência em relação aos partidos burgueses.

Essa problemática dos métodos e da independência se aflorou novamente quando o governo petista, no âmbito federal, realizou a reforma da previdência que foi aprovada e sancionada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, no dia 31 de dezembro de 2003⁵⁷. Essa reforma alterou o calculo de proventos da aposentadoria, elevou o teto de contribuição previdenciária para, no mínimo, 11%, acabou com a paridade nos reajustes para os servidores inativos, aumento do tempo de serviço público para ter direito ao salário integral, entre outras.

Não houve, por parte da Central Única dos Trabalhadores - CUT, da qual o SINPEEM é filiado, nenhuma ou quase nenhuma posição mais contundente de unificar os sindicatos para resistir a essa reforma, pelo contrário verificou-se uma postura complacente. Ou seja, a CUT ficou do lado do governo federal e dos bancos interessados nos fundos de previdência privada, servindo aos interesses da buguesia. Ricardo Antunes⁵⁸ ao falar da nova postura da CUT, explica:

⁵⁷ - Publicada no Diário Oficial da União a Emenda Constitucional 41, alterando as regras para a aposentadoria dos serviços públicos.

⁵⁸ - Instituto Latino-Americano de Estudos Socio-Econômico (ILAESE). Cadernos de Debates 1. Julho de 2005.

No meu entender, a CUT terminou o seu ciclo como central que poderia, em alguma medida, defender os trabalhadores, e se converteu em um sindicato da ordem, dependendo de fundos de Pensão, dependendo do Estado, de fundos do tipo FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador] e assemelhados, para se manter como central negocial, financeira. Enquanto isso, os interesses da classe trabalhadora estão, por certo, ao largo. (ANTUNES, 2005, 18)

Em alguns números dos jornais do SINPEEM, encontra-se um discurso crítico em relação a reforma, afinal, as mesmas atingem diretamente os filiados da entidade. No entanto, não encontramos nenhuma ação no sentido de mobilizar a base para pressionar a CUT, pelo posicionamento mais vigoroso contra a reforma. Não acreditamos, até o momento, que a afirmação de Antunes sirva para o SINPEEM. Existe uma correlação de força desigual, porém, que permite, ainda, fortalecer contradições que obrigam a diretoria majoritária a se posicionar. E é por isso que ocorrem atos com paralisação e até mesmo greves que têm tido algum efeito político, ajudando (mas nem sempre) a manter algumas conquistas e a algumas mínimas vitórias salariais.

| DATA | TIPO DE MOBILIZAÇÃO | REIVINDICAÇÕES |
|------------|--|---|
| 26/04/2001 | Ato | Reposição salarial correspondente a 25,32% |
| 29/06/2001 | Ato | Reposição salarial correspondente a 25,32% |
| 07/12/2001 | Acompanhamento de votação | Não redução da verba da educação de 30% para 25%. |
| 21/08/2002 | Passeata pela paulista | 8,16% de reajuste retroativos a maio/2002. 62,62% referentes às perdas salariais desde 1994. |
| 15/05/2003 | Ato | Piso de 3 salários mínimos para o quadro de apoio, passando de R\$ 432,09 para 720,00 |
| 30/05/2003 | Paralisação em frente à secretaria de gestão pública | 21% de reposição salarial, mais 10% de aumento real |
| 27/11/2003 | Ato em frente à secretaria de gestão pública | Piso de 3 salários mínimos para o quadro de apoio. Reposição das perdas salariais Pagamento integral da GDE para ativos e aposentados |
| 26/03/2004 | Paralisação geral com assembléia | Aumento salarial Evolução funcional para o quadro de apoio Pelo pagamento da GDE |
| 28/04/2004 | Greve de 3 dias nº de participantes de | Piso salarial de 3 mínimos Reposição das perdas no governo Marta |

| | | |
|--|--------------------------------------|---|
| | aproximadamente 10.000 na Assembléia | Limitação do nº de alunos por sala de aula Isenção da contribuição previdenciária para os aposentados Contra a privatização |
| 21/09/2004 | Ato e assembléia | Pelo pagamento da GDE Em defesa da educação pública de qualidade social Fim das escolas de lata Fim das privatizações |
| 30/09/2004 | Assembléia | Pelo pagamento da GDE Em defesa da educação pública de qualidade social Fim das escolas de lata |
| 20/10/2004 | Ato com paralisação | Pelo pagamento da GDE Em defesa da educação pública de qualidade social Fim das escolas de lata Contra as privatizações |
| *Elaborado com base nos jornais da época | | |

Nesse período, houve a deliberação de uma greve, entretanto, seus efeitos foram pequenos, pois o governo já sabia o tempo de duração dela: três dias. A direção majoritária propôs, portanto, uma greve com o início e o fim já estabelecido, mostrando claramente os limites do movimento que pretendia construir. Foi marcante, nesse processo, o número de participantes - aproximadamente 10 mil - um número elevado se considerarmos o histórico dos movimentos realizados pelo SINPEEM⁵⁹ nos governos Maluf e Pitta. Essa greve, segundo o diretor do sindicato⁶⁰

Durante todo o período do governo do PT na prefeitura de São Paulo, o descontentamento dos servidores da educação foi inevitável. A redução de verbas para a educação, a política de arrocho salarial com aumento apenas para os servidores do 1º escalão e os critérios de avaliação de desempenho que prejudica os servidores foram algumas das ações que corroboraram com esse descontentamento. Por tudo isso, e ainda a proposta de aumento da contribuição previdenciária, em abril de 2004, os servidores da Educação deflagraram uma greve contra o governo da petista Marta Suplicy.

A direção majoritária do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo - Sinpeem, ligada ao PCdoB, partido da base de apoio do governo na Câmara

⁵⁹ - No governo do Prefeito Gilberto Kassab houve uma greve de duas semanas e as Assembléias tinham entre 10.000 e 15.000. www.sinpeem.com.br 09/06/2010 23h32min

⁶⁰ - Edivaldo Santos Nascimento, hoje é Diretor do SINPEEM, no período da Prefeita Marta Suplicy era conselheiro regional.

Municipal e ao próprio PT não levaram a luta à diante. A greve de apenas três dias, fora deflagrada com tempo determinado e não houve nenhum esforço da direção do sindicato de manter a luta contra o governo que manteve a política de arrocho salarial no último ano do mandato. (EDIVALDO SANTOS NASCIMENTO, Entrevista em 2010)

Foi marcante, nessa greve e nos movimentos subsequentes, a continuidade na pauta de reivindicação da temática das terceirizações e da privatização. No primeiro governo do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, Luiza Erundina, Paulo Freire e Sergio Cortela, expandiram os serviços públicos na esfera educativa, sem privatizar ou terceirizar fornecimento de vagas nas escolas, merenda e segurança. Sobre isso, Edivaldo Santos Nascimento, nos explicou que o embate com Prefeitura em torno desta questão ocorreu porque:

A política de privatização dos serviços públicos, bandeira defendida pelo PSDB de Fernando Henrique e Serra, também é utilizada pelo Partido dos Trabalhadores. No período em que estive à frente da prefeitura da cidade de São Paulo (2001 a 2004), Marta Suplicy/ PT, implementou essa política na rede municipal de ensino. A princípio foi com serviço de merenda e de limpeza. Alegando a falta de funcionários, Marta, “forçou” as escolas a aderirem ao contrato com empresas terceirizadas para o fornecimento de merenda. O mesmo aconteceu com a limpeza das unidades educacionais. Desde então esse processo só tem avançado e nos últimos três governos (Marta, Serra e Kassab) não houve concurso público para os cargos de agentes escolares que atuam tanto nas cozinhas, fazendo merenda, como na limpeza das escolas. (EDIVALDO SANTOS NASCIMENTO, Entrevista em 2010)

Essa política de gestão da educação gerou uma maior precarização do trabalho nas áreas da limpeza e de merenda nas escolas. As novas funcionárias realizavam contratos precários de seis meses ganhando um salário mínimo. E, como agora seu vínculo era com empresas privadas em um “novo setor”, sequer tinham um sindicato e, portanto, um instrumento de luta coletivo, para questionar qualquer questão relacionada ao seu emprego.

Processo parecido se dava com os trabalhadores do Projeto Escola Aberta, e também dos monitores de sala de leitura. Esses funcionários eram contratados via Organizações Não Governamentais-ONGs e não tinham vínculo empregatício nenhum, tanto que quando mudou o governo, muitos contratos com organizações sociais não foi renovados e rapidamente esses trabalhadores foram dispensados. No caso da sala de leitura, desde o período Luiza Erundina, professores eram elites para esse espaço, no Centro de Educação Unificada – CEU,. Entretanto, o trabalho pedagógico era realizado por monitores, que recebiam duas semanas de formação para adquirir a competência de gerir esse espaço. Edivaldo Santos nos relatou em parte esse processo:

A participação de Organizações Sociais e Organizações Não Governamentais na gestão de Marta/PT em São Paulo também tiveram bastante impacto naquele período. Diversas foram as entidades que firmaram contratos com a prefeitura. Essas entidades prestavam serviços nos CEUs e também nas unidades escolares, através do Projeto Escola Aberta (atividades nos finais de semana) e de apresentações de espetáculos teatrais. (EDIVALDO SANTOS NASCIMENTO, Entrevista em 2010)

O SINPEEM posicionou-se contra o papel das organizações sociais, afinal, essas contratações precarizavam as relações de trabalho e dividiam os trabalhadores da educação municipal. O problema é que muitas destas ONGs, estavam ligadas ao partido dos trabalhadores, o que dificultava o surgimento de uma posição mais radical ao governo, pois muitos militantes ao tentar fazer o malabarismo de concatenar as reivindicações dos educadores com as diretrizes da Prefeitura petista acabavam por abrandar suas posições, em um processo forçoso de mediação que só fortalecia a posição do governo.

Entendemos, portanto, que o SINPEEM no governo petista da Prefeita Marta Suplicy, passou por dificuldades relacionadas a questão da independência das suas posições, por outro lado, esse governo reproduziu uma série de políticas que atacava direitos históricos conquistados por professores e professoras. Foi, a nosso ver, uma administração que pouco se diferenciou dos governos burgueses privatistas.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Uma coisa é compreender,
outra é sentir com seus músculos e nervos.
(Trotsky)

A preocupação com a história dos trabalhadores da Educação no Brasil foi o que nos motivou a produzir o presente estudo, que ora apresentamos como dissertação de mestrado, para obtenção do título de mestre. Em suas páginas, procuramos resgatar, em um primeiro momento, o fenômeno do sindicalismo docente alicerçado no confronto com os governos que, a partir do final dos anos de 1970, utilizou de métodos parecidos com os do sindicalismo operário e constituiu-se como uma novidade histórica na trajetória da educação no município de São Paulo e também do Brasil. Os professores, como agentes desse processo, conseguiram em um contexto difícil como o da ditadura civil/militar, transpor limitações sociais, políticas e ideológicas.

As lutas econômicas que surgiram do forte arrocho salarial imposto pelos militares, expressas principalmente nas greves de 1979 e 1979, converteram-se também em um movimento mais alargado de resistência pela democratização política do país. Houve, portanto, nesse período, uma elevação qualitativa do associativismo docente. De entidades comprometidas com a manutenção do “status quo”, passaram por uma reviravolta político-ideológica, estando na frente das fileiras dos que lutaram por um país democrático, com relações sociais mais equânimes.

O processo de abertura política, entretanto, explicitou os diferentes interesses dos atores sociais que lutavam contra a ditadura. Além disso, a democratização dos pleitos eleitorais não acompanhou avanços significativos na educação, saúde, distribuição de terras e na redução das desigualdades sociais. De tal modo, que o movimento sindical docente continuou ao longo dos anos de 1980 e 1990 a encampar mobilizações, algumas delas de grande vulto, marcadas por repressão não muito diferente das que ocorriam nos “anos de chumbo”.

Essas questões circunscreveram aspectos relevantes do início da trajetória da do SINPEEM. A entidade que, a princípio, não representava nenhum obstáculo a ditadura civil/militar, foi se metaforseando em outras bases e tecendo ações coletivas nas ruas, que tiveram continuidade, mesmo quando os membros dos governos eram parte do movimento que lutava pela democratização.

Foi assim no Governo do Prefeito Mario Covas, em que as esperadas conquistas salariais e de condições não passaram de promessas. Isso sem falar do Estatuto do Magistério que só se tornou palpável dez anos depois. Podemos, no entanto, afirmar que nesse período houve, pelo menos, a possibilidade de dialogar e colocar em evidência a temática educacional.

Já no governo Jânio Quadros, houve um desmonte do sindicato, além e perseguições por meio de advertências, suspensões e demissões. A falta de unidade ampla entre os trabalhadores, bem com uma abertura política, ainda frágil, permitiu que a administração janista se utilizasse de métodos típicos da ditadura civil/militar. Destaca-se, entretanto o papel de militantes que colocaram sua disposição, sua fonte de renda, o emprego pela luta contra as políticas autoritárias desse governo.

O governo Luiza Erundina, junto com Paulo Freire e Sérgio Cortella, elevou qualitativamente a relação com os movimentos sociais, especialmente com o SINPEEM. Houve um processo de “parceria”, que redundou nas maiores conquistas da categoria, expressas principalmente no Estatuto do Magistério Público Municipal. Isso foi possível, a nosso ver, pela composição do governo, mas também pelos princípios que norteavam a política do Partido dos Trabalhadores. Esse processo possibilitou a reconstrução do SINPEEM, que viria a se tornar o maior sindicato dentre os funcionários da Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Nos governos Maluf/Pitta, a atuação do sindicato foi pautada, em grande parte, pela defensibilidade em relação aos direitos conquistados no governo anterior. Notadamente nesse período, a direção do SINPEEM, iniciava um processo de atuação baseado no chamado “sindicalismo propositivo”. Priorizou, em detrimento da ação direta, a negociação de cúpula, a participação no parlamento.

Ressaltamos que no governo da Prefeita Marta Suplicy, os princípios do “sindicalismo Propositivo” continuaram e a dificuldade de enfrentamento se elevou peremptoriamente, na medida em que a independência, em relação ao governo, estava evidentemente colocada em cheque. De outra parte, a participação de lideranças do movimento sindical no parlamento, teve o mérito de divulgar questões educacionais importantes, no entanto, esta estratégia teve pouco ou nada de resultado.

Agrega-se a esses problemas a estrutura e funcionalidade do SINPEEM, que potencializa processos de burocratização. Esse mecanismo incide diretamente sobre o processo de consciência dos militantes, tornando-os meros administradores de crises entre trabalhadores e governos.

A história, entretanto, já mostrou que não há limites que não sejam passíveis de superação. Os trabalhadores, em especial os da educação, protagonizaram, com grande firmeza, “verdadeiras guerras”, superaram e alteraram as posições políticas de seus sindicatos. Em um momento, no qual o Estado e as direções sindicais pactuavam contra os direitos sociais e políticos, lá estavam os professores. Isso pode ser observado ao longo dos anos de 1980, em que educadores, não faltaram aos conflitos, mesmo quando, governos ditos democráticos, adaptavam-se às leis que beneficiavam a burguesia. Já a partir de 1990 e início do século XXI, com recuo de parte de organizações com relevante papel histórico, e o avanço do capital contra os trabalhadores, lá estavam o movimento sindical dos professores, seja os da escola básica ou da superior.

A escolha deste objeto de pesquisa, tratado de forma variada, com abordagens teóricas e periodizações diferenciadas; a incidência de discussões e polemicas entre os pesquisadores; e o reconhecimento de inúmeras lacunas e dificuldades metodológicas, teóricas e conceituais que se operaram ao longo de sua construção, a que nos propomos aqui, não apresentar quaisquer tipos de conclusões, mas oferecer, a quem se interessar, algumas considerações preliminares sobre o sindicalismo docente em nosso país.

Assim, nosso objetivo neste momento é refletir sobre os limites e as possibilidades dos sindicatos, especialmente os docentes. Além disso, tivemos como

pretexto abordar o processo de burocratização desses organismos, atentando para o fato de que a utilização da estrutura material dessas instituições pode servir de importante arma para os docentes, na luta por uma educação democrática que atenda aos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, essa mesma estrutura pode servir de dique de contenção das lutas, ao mesmo tempo em que leva militantes a processos de adaptação às desigualdades existentes na esfera educacional e na sociedade.

Não se trata aqui de superdimensionar o papel dos sindicatos. No entanto, não podemos negar sua importância, ao longo da história, para os trabalhadores, pois eles foram, em muitos casos, um norte para os oprimidos. Na educação, o intenso processo de proletarização aumenta vigorosamente a necessidade de organizações dispostas a enfrentar os governos e a burguesia. A afirmação de Trotski (2004, p.17), no Programa de Transição, parece valer também para os sindicatos docentes hoje: “Na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, os operários têm atualmente mais necessidade do que nunca de organizações de massa, especialmente de sindicatos”.

Os docentes da cidade de São Paulo já possuem essas organizações e elas exerceram papel relevante na educação brasileira. Notamos, contudo, que houve uma mudança na atuação dos sindicatos docentes, principalmente a partir dos anos de 1990, quando a conciliação, a disputa parlamentar e a negociação de cúpula vêm, pouco a pouco, substituindo a ação direta, as passeatas, as greves e os confrontos mais acirrados com os governos.

Trata-se de uma mudança de concepção e estratégia, cujo símbolo dessa passagem foi a Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em agosto de 1990, em Belo Horizonte. O presidente da CUT, à época, Jair Meneguelli, apresentou uma política no sentido de refutar o chamado sindicalismo defensivo ou reativo e combativo para incorporar as ideias do sindicalismo propositivo e participativo.

A CUT e, portanto a corrente majoritária Articulação Sindical (Ligada ao Partido dos Trabalhadores), também, outros setores iniciaram processo de reivindicação para participar de Fóruns tripartites (Governo, Sindicatos Patronais e

Trabalhadores). Essa política ampliou-se para outros sindicatos nos quais os dirigentes têm forte ligação com o PT. Na cidade de São Paulo, a Prefeita Marta Suplicy criou o Sistema de Negociação Permanente – SINP.

Do ponto de vista das ações políticas, a nova estratégia abandona a crítica ao sistema econômico e as propostas são sempre mais “realistas”, adaptadas, portanto, às possibilidades postas pelos governos e patrões. Segundo Boito (2005):

É a lógica dos fóruns Tripartites: ela pressiona na direção de uma discussão “realista” e “produtiva” com o governo e com os grandes capitalistas.

A luta sindical de massa unificada no topo, como aquela das greves nacionais de protesto ou das campanhas contra a política econômica do governo, foi substituída pelo participacionismo. (BOITO JR, 2005, p.165)

Esse processo de adaptação dos sindicatos e, portanto, de sujeição das direções políticas das entidades docentes, tem sérias consequências para os rumos da educação pois, até o momento, a burguesia brasileira não deu sinais de que elevaria a qualidade da educação para além dos marcos mercadológicos-capitalistas. Entendemos que essa tarefa, no Brasil, será da classe trabalhadora e de suas organizações. Entretanto, por meio, infelizmente, das políticas de direções comprometidas com um projeto político desmobilizador do sindicalismo participativo de cúpula, os caminhos a serem percorridos tornam-se mais difíceis.

O papel educativo para a base, neste caso, é, a nosso ver, extremamente prejudicial, na medida em que fortalece a ideia de que a responsabilidade pela conquista é da direção e não da base da categoria. Não é incomum ouvir, entre os professores, a seguinte frase: “Pago o sindicato para lutar por mim”.

Além disso, o debate nesses fóruns tripartites quase sempre se resume a questões salariais. A discussão pedagógica, quando existe, é quase sempre parcial, não existindo um confronto das políticas educacionais que compõem uma totalidade social, política, ideológica e econômica. A nosso ver, a luta dos sindicatos docentes pode ir além das questões salariais, que são extremamente importantes. A tarefa por uma educação democrática, que socialize a cultura construída pela humanidade e

que não prime pela ideologia do competente que elimine o outro pode, e deve, ser um encaminhamento dos sindicatos.

Essa tarefa de grande relevo não ocorrerá com ações individuais, mas com organizações políticas e direções que estejam dispostas a ir além da resolução de seus próprios problemas sociais. A crítica de Trotsky (1979) aos sindicatos na Grã-Bretanha aplica-se hoje a muitos (dirigentes de) sindicatos; dentre eles, a alguns docentes que se transformaram em (membros de) verdadeiras castas.

A burocracia sindical, que resolveu satisfatoriamente seu próprio problema social, tomou o segundo caminho. Voltou a autoridade acumulada pelos sindicatos contra a revolução socialista e inclusive contra qualquer tentativa dos operários de resistir aos ataques do capital e da reação. (TROTSKY, 1979, p.79)

A afirmação de Trotsky cabe, em parte, aos sindicatos docentes, visto que os setores majoritários das entidades dos professores vêm apoiando medidas que fortalecem a precarização da escola pública. Um exemplo disso foi o apoio do PC do B e da corrente política denominada Articulação (Maioria no PT) à redução da verba para a educação na cidade de São Paulo.

Por outro lado, existe também um problema a ser resolvido que é a diferença de condições materiais dos militantes e da base da categoria. No SINPEEM, por exemplo, existe a liberação remunerada de diretores, sem critérios para a rotatividade. Muitos diretores ficam anos afastados, distantes dos desafios vividos no cotidiano das salas de aula. Não se trata de posicionarmo-nos contra essa conquista dos trabalhadores, mas pela maneira como tal direito vem sendo utilizado. Almeida (2007), ao abordar essa questão, explica algumas das implicações do uso indevido deste direito.

O fato de ele poder deixar de trabalhar oito horas diárias para o patrão já constitui um privilégio em relação aos demais trabalhadores da categoria. O dirigente liberado, além disso, tem a possibilidade de se preparar melhor que a maioria dos trabalhadores, de se informar, de ler jornais, de se formar através do tempo dedicado ao estudo ou cursos, ou mesmo

participando nas discussões da diretoria ou outros espaços em que participa.

Isso potencializa sua capacidade dirigente, ele constrói autoridade política, capacidade de influenciar, de dirigir a ação dos demais trabalhadores. [...] O problema é se esse privilégio- e essa autoridade dirigente- ao invés de ser utilizado a serviço dos trabalhadores que ele representa, é utilizado em proveito próprio. (ALMEIDA, 2007,p.28)

Na educação, esse processo se potencializa na medida em que muitos professores trabalham mais que oito horas por dia, devido ao fato de trabalharem em duas redes (Estado e Prefeitura), ou até mesmo em três (Estado, Prefeitura e Particular). De forma que, a diferença de conhecimento acaba por fazer prevalecer, em muitos casos, a opinião dos dirigentes sindicais.

Outro fator é que, no caso do SINPEEM, não existem, hoje, subseções por local de trabalho, nem regionais, apenas a sede central localizada próximo à estação Armênia do Metrô, no centro da cidade de São Paulo. Os dirigentes não sofrem pressão diária nos locais de trabalho, a não ser quando visitam escolas, geralmente em espaços curtos de tempo; ou nas eleições, que ocorrem a cada 3 anos.

Os dirigentes têm também, em alguns casos, acesso a carro, a viagens nacionais e internacionais; o que não se torna um problema se esses recursos forem utilizados exclusivamente para a militância. No entanto, não deixa de ser mais uma diferença material entre o dirigente sindical e a base.

Uma das faces da chamada “crise dos sindicatos docentes” é exatamente esse distanciamento. Fica, portanto, cada vez mais perceptível o afastamento de parte dos dirigentes em relação a base da categoria. Essa anomalia, por assim dizer, afeta diretamente a luta sindical. Almeida (2007) mostra que:

O dirigente, afastado da base, além de ignorar a situação exata em que se encontram os trabalhadores, torna-se também uma presa muito mais vulnerável às pressões externas à categoria, vindas do empresariado e da superestrutura da sociedade (organizações empresariais, governos, instituições do estado como a Justiça, a Polícia etc). (ALMEIDA, 2007, p. 32)

Essa forte pressão político-ideológica somada às contradições da vida material compõe um forte elemento de formação da consciência do militante, afinal, como demonstra Lenin (2001):

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; inversamente, é o seu ser social que determina sua consciência. (LENIN, 2001, p. 20)

As ideias desses dirigentes ficam cada vez mais parecidas com os princípios que norteiam as classes dominantes, distanciadas, sobremaneira, das necessidades da base que deveriam representar. Isso faz com que eles repensem os seus métodos de luta, as negociações passam a ocorrer dentro dos ritos da civilidade burguesa, de tal modo que a radicalidade política expressa, por exemplo, nas greves, nas passeatas etc, vai sendo substituída pela negociação de gabinete.

Agindo sobre a égide da moral e da legalidade burguesa, o dirigente age de acordo com as regras do jogo democrático-capitalista que é extremamente vantajoso para as classes dominantes, pois neste cenário é dono do campo, tem forte ligação com o Juiz e compra a arquibancada (imprensa) para torcer a seu favor. Trotsky (2009) elucida bem essa situação:

A moral é uma das funções ideológicas nessa luta. A classe dominante impõe seus fins à sociedade e se habitua a considerar todos os meios que contradizem seus fins como imorais. Essa é a função principal da moralidade oficial. Ela procura a idéia da maior felicidade possível não para a maioria, mas para a minoria cada vez mais restrita. (TROTSKY, 2009, p.65)

Neste processo, o dirigente sindical fica na posição de gestor ou mediador entre os interesses da categoria e os interesses do Estado. Seu lado da luta não fica claro e, nessa tentativa de equilibrar interesses, evita o confronto direto, trabalhando intensamente contra greves, mobilizações e passeatas. A tônica de sua atuação se concentra no atendimento jurídico, nas negociações de gabinete e, para

compensar o descontentamento, procura fortalecer o assistencialismo com colônias de férias, organização de viagens etc.

Outro fator que abre as portas para o arrefecimento das lutas diz respeito à independência dos sindicatos em relação aos governos e aos patrões. A dependência financeira das entidades sindicais, em relação ao Estado e a instituições privadas, é uma abertura vigorosa para a burocratização. Afinal, como diz o ditado popular, quem “paga a conta, manda”. Mesmo não recebendo imposto sindical, é comum empresas privadas e governamentais patrocinarem congressos das entidades docentes. Sabe-se que uma empresa capitalista ou o Estado não são instituições neutras, nem de caridade. A injeção de dinheiro nos sindicatos certamente não ocorre porque os patrões querem essas entidades fortes e combativas para lutar contra eles mesmos.

Agregam-se aos elementos apresentados, os problemas de formação dos professores (cursos aligeirados). Além do mais, nas escolas, os espaços de discussão sobre aspectos específicos ligados à aprendizagem dos estudantes são extremamente curtos, elemento que se potencializa em relação aos debates políticos que têm uma restrição de tempo bem significativa.

Fora da escola, os espaços privilegiados (no SINPEEM, mas essa situação poderia ser estendida em parte para a APEOESP) são as reuniões dos Representantes de Escola (R.E.), que ocorrem uma vez por bimestre, sendo que cada unidade escolar tem direito a dois representantes. Por mais esforços que façam, esses representantes têm dificuldades para debater com todos os professores, a correria de uma escola à outra, os diferentes períodos e também a própria alienação da categoria são entraves para a ampliação das discussões políticas.

Existe também o espaço das assembleias que, fora os períodos de greve⁶¹, costumam ser esvaziado, uma vez que não existe liberação para que os professores participem desses espaços. Em geral, o SINPEEM realiza as assembleias em frente

⁶¹ - No caso do SINPEEM, no período estudado tivemos a greve de 1978, 1979, 1987 e uma greve de três dias no governo da Prefeita Marta Suplicy. Portanto desde a sua origem em 1976 até o final do segundo governo do PT na cidade de São Paulo, foram 3 momentos de greve.

à Secretaria de Gestão⁶² ou em sua sede central. Além disso, existem os congressos, que ocorrem uma vez ao ano.

Esse conjunto de fatores, ligados à funcionalidade dos sindicatos, principalmente do aqui estudado, cria uma subcategoria dentro dos professores municipais. É ela que dirige o sindicato, centralizando as decisões políticas, bem como reforçando os fatores que mantêm os mesmos dirigentes no poder por longos anos. No SINPEEM, o cargo de presidente é ocupado, pela mesma pessoa, há mais de quinze anos.

Alterações na funcionalidade, como por exemplo, a rotatividade nos cargos de diretores, sendo que estes após um ou dois mandatos devem voltar para a sala de aula, não são colocadas em questão, afinal, isso levaria à formação de novos quadros e, portanto, a democratização na estrutura dos cargos.

Existe também uma questão específica do sindicalismo do setor público ligada aos médicos, professores e outras (categorias) camadas ligadas ao funcionalismo público. Esses setores incorporaram-se a sindicatos ou associações muito recentemente, se compararmos aos operários do setor industrial, que já no começo do século XX mantinham forte atuação. Um exemplo, é a Confederação Operária Brasileira – COB, criada no I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, no Rio de Janeiro, ligada ao movimento anarquista. Outro marco da iniciativa operária já pode ser encontrado no início do século, com a greve de 1917⁶³, portanto, bem antes dos movimentos docentes.

No caso dos sindicatos ligados aos setores médios, essa perspectiva de enfrentamento veio muito depois. Vejamos que, no caso dos professores municipais, a primeira greve ocorreu em 1978, sem qualquer participação do sindicato à época, a APEEEM. Boito Junior (2005), analisando a participação dos setores médios no movimento sindical, coloca a seguinte questão:

⁶² - Avenida Líbero Badaró. Precisar do que se trata!

⁶³ - Operários lutavam pela jornada de 8 horas, contra a carestia, reajuste salarial, contra a adulteração de produtos alimentícios, regulação do trabalho feminino e infantil, melhores condições de vida e trabalho. Após a morte de um trabalhador pelas mãos da polícia a greve se alastrou.

Quem, na década de 1950, atribuiria uma alta propensão à sindicalização a trabalhadores como professores, médicos e funcionários públicos? Esses trabalhadores mantinham-se indiferentes ou resistentes ao sindicalismo. Tinham uma postura elitista e viam esse movimento como algo apropriado apenas aos trabalhadores manuais, não à classe média. Hoje, o sindicalismo da baixa classe média, com suas particularidades, é um setor amplo e ativo do movimento sindical em escala internacional. (BOITO JR., 2005, p.303)

Em outro texto: Classe Média e Sindicalismo⁶⁴, Boito Junior (2004, p.218) a partir dos estudos de Décio Saes, afirma que um fator importante de distinção do individualismo pequeno-burguês do proprietário de terra para o assalariado não-produtivo seria o seu apego à ideologia meritocrática. Essa afeição tem, segundo o autor, impactos importantes nas organizações sindicais, e que muitas vezes são ignorados pela bibliografia existente.

Concebemos, a esse respeito, duas situações básicas. Num limite inferior, o trabalhador de classe média tende, dado o seu meritocratismo, a rejeitar, pura e simplesmente, a organização e a luta sindical. Se as desigualdades existentes no mundo do trabalho correspondem aos dons e méritos individuais de cada trabalhador, a organização e a luta coletiva não fazem sentido e podem, como veremos logo adiante, ser estigmatizada. Contudo, a ideologia meritocrática não é um obstáculo intransponível para a prática do sindicalismo. O trabalhador de classe média, apegado ao meritocratismo, pode, em determinadas condições, aderir à ação sindical. Ao fazê-lo, não estará, necessariamente, ultrapassando o limite dado pela situação de classe média. Isso porque é possível praticar um sindicalismo dentro dos limites impostos pela ideologia e pelos interesses de classe média – o que nas concepções, no conteúdo das reivindicações, nas formas de organização e nos métodos de luta de tal sindicalismo. (BOITO JR, 2004, p.225)

A ideologia meritocrática é também um elemento que afasta professores dos sindicatos pois, a partir dessa premissa, não se entende como trabalhador; em geral, não quer ser identificado como tal. Afinal, chegou aonde chegou por seus próprios

⁶⁴ - Politeia: História e Sociedade, Vol. 4, No 1 (2004) Disponível no site: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/186> 17/07/2010 22h50min

méritos e dons pessoais; a luta coletiva é algo para operários, para peões que não estudaram. A falsa consciência, construída nesse processo, ajuda a inviabilizar alianças entre os professores da rede municipal e estadual que, apesar de estarem submetidos às mesmas contra-reformas (avaliação por mérito, baixos salários, perda de autonomia pedagógica, dupla jornada etc) dos apologistas neoliberais não conseguem unificar as manifestações. Pelo contrário, vê-se a fragmentação das redes, fator também potencializado pelo processo de municipalização e, portanto, da própria luta dos professores.

Só para dar um exemplo, no campo da educação municipal encontramos quatro sindicatos que se configuram a partir da hierarquia das profissões que compõe o quadro da educação básica. O SINPEEM, que é formado pelo quadro de apoio (pessoas que trabalham na secretária das escolas, na limpeza, na cozinha e como zelador), equipe técnica(Diretor, Vice-Diretor e Coordenador) e professores; A APROFEM, que agrega todas as “profissões” da educação, mas também outros setores do funcionalismo como os polícias; O Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo – SINESP, que é composto de Supervisores, Coordenadores e Diretores; O Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo – SEDIN.

Esses sindicatos estruturados hierarquicamente conduzem a uma política segmentada e corporativista, afinal, a sua existência depende da afirmação de sua especificidade sendo, portanto, necessário mostrar a quem representa sua razão de ser. No entanto, essa luta é quase sempre defensiva e “inensiva”, na medida em que se torna muito difícil enfrentar o aparato estatal com a fragmentação dos trabalhadores.

De outra parte, a categoria docente enfrenta um processo de proletarização, expresso, principalmente, no seu empobrecimento, mas também na precarização das condições de trabalho, o que acarreta problemas de toda ordem, inclusive a deterioração moral, intelectual e física. Assim, a categoria docente é (mas também outros setores) levada a lutar contra essas alterações em seu modo de vida. Suas reivindicações, entretanto, têm como tônica questões salariais. Malgrado, procuram

reforçar a importância da profissão na hierarquia social, tal premissa conduz na direção de alicerçar as lutas sobre os pilares do corporativismo.

Valério Arcary (2004, p.119), analisando o papel da classe média na defesa das bandeiras democráticas, parece corroborar com Boito JR. em relação ao apego ao meritocratism. Para ele, essa classe é [...] defensora intransigente da meritocracia como critério de ascensão social, esteve à frente das Diretas em 1984, e seguiu o proletariado nas suas formas de luta e organização durante os anos 1980”.

Outro autor que contribui, de forma significativa, para a caracterização dos professores no seio da estrutura das classes sociais é Perseu Abramo. Segundo o autor(1986, p.78), os professores da educação básica advém de duas vertentes da estrutura de classes. A primeira está diretamente relacionada aos professores, que têm origem nas famílias com relativo conforto material, se comparado à grande massa de despossuídos existentes nas grandes cidades. Esse setor sofreu um processo de mobilidade social vertical descendente, na medida em que foi se proletarizando. Já a segunda vertente, afirma Abramo (1986):

[...] através de um processo de mobilidade social, vertical ascendente, provém de camadas realmente populares, ou de camadas de classe média baixa.

Com muitos esforços e descaminhos, e processos às vezes discutíveis, essa pessoa chega hole à condição de professor. Essa segunda camada – para quem ser professor significa quase o apogeu na escala de ascensão social – passa a ter, diante dos problemas da educação e da sua corporação profissional, uma atitude diferente da primeira, que se proletarizou no trabalho. A segunda camada, que talvez hoje, em certos centros urbanos do país, constitua a maioria, tem – se mostrado, de certa forma, conservadora e pouco afeita à luta por modificações e transformações na educação e na sociedade. (ABRAMO, 1986, p.78-79)

Em uma sociedade capitalista, e extremamente desigual como a brasileira, na qual o acesso a condições materiais mínimas exigem a superação de diversos entraves, que ocorrem muitas vezes com pouquíssima ou sem nenhuma ajuda do Estado, a ultrapassagem dos muros, que impedem amplas camadas da população

de terem uma vida digna, traz consigo um forte componente ideológico. Essa ideologia, por assim dizer, reforça a ideia dos méritos individuais, elemento que esvazia o conteúdo de classe, diluindo o humano na concorrência eliminadora do outro. O componente ideológico, nesse caso, faz com que muitos professores sejam acessíveis aos princípios norteadores do modo de vida das classes hegemônicas, mesmo que, materialmente, se aproxime das classes despossuídas ou subalternas para usar uma expressão de Gramsci. Abramo (1986) parece caminhar nessa direção:

Os professores de 1.º e 2.º graus, muitas vezes, têm salários e condições materiais de vida que se situam abaixo de certas camadas da classe operária. Mas a sua postura ideológica, cultural e política é típica da classe média-média ou da classe média-alta, sempre muito mais disposta a ser cooptado pelos valores ideológicos da burguesia do que a se igualar ou solidarizar-se com os do proletariado. Refiro-me, é claro, ao conjunto da classe e não aos setores combativos da categoria e que constituem a sua vanguarda política. (ABRAMO, 1986, p.80)

No final da sua argumentação, Abramo (1986) faz um alerta importante, ou seja, é preciso não confundir determinados setores da vanguarda com a totalidade da categoria docente da educação básica. É comum que muitos de nós, que tivemos alguma passagem mais orgânica nos sindicatos, façamos essa confusão. Ao iniciar meus estudos sobre o movimento sindical docente, também trazia comigo essa confusão. Fui alertado pelo Professor Carlos Bauer sobre o cuidado que devemos ter para não idealizarmos os professores, de modo que as propostas políticas dos militantes devem levar em consideração essas questões, pois não devemos pautar nossa atuação – como fazem, comodamente, alguns dirigentes – alicerçados no atraso de consciência das massas e nem elaborar políticas de costas para elas.

É preciso ressaltar, também, o trabalho de Marisa Cristina Vorraber Costa (1995), ao analisar professores que adotam uma postura crítica (no plano teórico e prático) em relação às problemáticas existentes na educação. Para ela:

Ao mesmo tempo em que testemunham, criticam e combatem a injustiça social, lutando como guerreiros pelo direito de seus alunos e alunas a uma escolarização de qualidade, também não conseguem (nem desejam) abdicar de sua condição de classe média. Eu diria que essas/es professoras/es. Inegavelmente, estão comprometidos/os, no discurso e, muitas vezes, também nas práticas, com as lutas dos/as estudantes das classes populares, mas sua disposição é para lutar por eles/as, mas não com eles/as. (COSTA, 1995, p.219)

Esse ímpeto civilizatório excludente é mais uma faceta da ideologia meritocrática e, portanto, mais um dos elementos constitutivos dos limites da atuação do movimento sindical docente. A unificação para além dos sindicatos ligados à educação fica prejudicada, porque essa camuflagem na consciência impede, muitas vezes, que se reflita sobre os problemas sociais na sua totalidade.

Procuramos alguns elementos que incidem vigorosamente sobre o movimento sindical. Os obstáculos têm, a nosso ver, uma lógica tricotômica: o processo histórico que apresenta um refluxo dos movimentos em nível mundial (aprofundado com a queda do muro de Berlim, transformações no Leste Europeu); o processo de burocratização dos sindicatos e a identidade dos professores no interior das classes sociais. Nossa tentativa, agora, será a de demonstrar as possibilidades.

1 – POSSIBILIDADES

A realidade é que as transformações
são conquistadas a duras penas.
Os professores entram, agora, nas mais
difíceis condições de uma nova era, tal com
está acontecendo com os proletários
(Florestan Fernandes⁶⁵)

Florestan Fernandes, em texto de 1986, já visualizava um horizonte complexo para os professores. Principalmente porque fazem parte de um país com grandes

⁶⁵ - FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI, D; MIRANDA, D, T; MENEZES, L.C. e FISCHMANN, R.(Orgs.) Universidade, Escola e Formação de Professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.

problemas sociais e as contradições produzidas por essas desigualdades exigem que os docentes pensem, politicamente, para mudar a realidade e isso não é algo que se realiza fora da prática. Para ele (1986, p.23): “o professor não pode estar alheio a essa dimensão. Se ele quer mudança, tem que realizá-la nos dois níveis – dentro da escola e fora dela”.

Nesse sentido, é preciso agregar a nossa luta nas escolas a luta fora dela - sob pena de transformarmos a escola em um ilha. No entanto, a história já mostrou que o “movimento tectônico” das classes sociais provoca “tremores e tsunamis”, que inundam terras distantes dos epicentros políticos. O professor, como explica Fernandes (1986)

[...] é uma pessoa que está em tensão política permanente com a realidade e só pode atuar sobre essa realidade se for capaz de perceber isso politicamente. Portanto, a disjunção da Pedagogia ou da Filosofia e das Ciências ou da Arte, com relação à política, seria um meio suicida de reagir.(FERNANDES, 1986, p.31)

Florestan propõe, portanto, a ação política transformadora como forma de conquistar mudanças substanciais. Não se trata de idealismo, o autor, professor e militante, tinha clareza de que:

A transformação não é produto do avanço na esfera da consciência e também não é produto de uma elaboração espontânea da realidade. É preciso que a ação prática transformadora se encandeie a um consciência teórica e prática, que seja, num sentido ou noutro, dentro ou contra a ordem, revolucionária. (FERNANDES, 1986, p.36)

Por outro lado, já vimos que a práxis sindical burocratizada, como procuramos mostrar, impõe limites de grande relevo para o encaminhamento das lutas. No entanto, a história já mostrou que estruturas impeditivas não são intransponíveis e que em momentos de cataclismos sociais, mesmo sindicatos apoiados pela ditadura civil/militar, não passaram incólumes a mudanças qualitativas. Acreditamos, entretanto, que as circunstâncias que criaram as

transformações foram construídas historicamente. No caso do SINPEEM, mas também de outras entidades, foi com participação de homens e mulheres que, na militância, de escola em escola, nas disputas ideológicas dentro dos sindicatos que se puderam constituir importantes movimentos.

A possibilidade de elevação do nível de consciência política dos setores arraigados na ideologia meritocrática já se apresentou por diversas vezes como algo totalmente tangível. Valério Arcary (2004) apresenta o importante papel que parte das camadas médias modernas teve na luta contra as ditaduras na América Latina, chegando até a participar de processos revolucionários, aliando-se às massas populares.

Multidões de classes médias na América Latina estiveram presentes, por exemplo, nas mobilizações que puseram fim às ditaduras militares na América Latina dos anos 1980. A rigor, a derrubada de Batista em Cuba, que abriu o caminho para a primeira revolução socialista vitoriosa no hemisfério ocidental, só se compreende pela aliança das massas populares com a maioria das classes médias urbanas. (ARCARY, 2004, p.117)

Nota-se que, em determinadas conjunturas, existiu uma radicalização dos setores médios e, em especial, dos professores, mesmo com as limitações ideológicas próprias do funcionalismo público. Em determinados momentos, principalmente os de crise acentuada, os docentes estiveram nas fileiras junto com os operários. No Brasil, esse fenômeno ganhou visibilidade principalmente no período das greves de 1978 e 1979, na luta pela democratização, na fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, no Movimento das Diretas-Já etc.

Nessa direção, Arcary (2004) evidencia uma especificidade própria dos países da periferia do capital, e que abre o caminho para pensar o movimento dos professores como uma possibilidade, sem, no entanto, negligenciar as contradições das classes sociais na sociedade capitalista. Assim afirma:

Mas em situações de profunda crise social, e diante do protagonismo operário e popular, pode-se radicalizar na defesa

das reivindicações democráticas. Nos países atrasados, onde é ainda mais recente como classes social diferenciada, vive mais próxima do povo, divide com ele uma parte dos seus valores, escolhas, cultura, mentalidade, aspirações e anseios, e até um modo de vida comum. (ARCARY, 2004, p.119)

Nesse contexto, acreditamos que, se de um lado as dificuldades postas pela funcionalidade dos sindicatos e a própria posição da categoria docente torna-se um entrave para as lutas; por outro, as portas abertas da história já mostraram que o movimento sindical docente protagonizou lutas democráticas de importante relevo na história do Brasil, bem como na cidade de São Paulo. Os professores conseguiram, ao longo da história, romper diversas amarras, alterando qualitativamente o caráter de suas organizações. Nada indica, até o momento, que os rios perenes da história se petrificaram. Portanto, a chamada “crise do movimento sindical docente” não pode ser vista a partir das lentes dos que apregoam que a história acabou.

A crise não deve ser, necessariamente, analisada como sinônimo de fim. Nesse aspecto é interessante observar a definição da palavra crise em chinês, apresentada por Arcary (2004, p.16): No chinês é, curiosamente, representada por dois ideogramas que na aparência se contradizem, mas unidos explicam-se mutuamente: perigo e oportunidade.

Essa unidade dialética possibilita a nós, professores e militantes, refletir sobre as oportunidades existentes a partir dos erros e acertos na trajetória do movimento sindical docente. Ao mesmo tempo, não ignorar os perigos que podem conduzir a uma paralisia desumanizadora que fortalece as desigualdades na esfera educativa, mas também na sociedade como um todo.

Nessa trajetória já é possível afirmar que não basta só vencer eleições e trocar a direção das entidades. Isso ocorreu em outros momentos e foi importante, mas a estrutura e o funcionamento dos sindicatos docentes (SINPEEM, APEOESP etc) não foram objetos de grandes encontros entre as correntes. Quase sempre, o debate se deu em torno do combate aos governos e à estrutura e funcionalidade política do Estado. Dessa forma, é preciso discutir, de maneira peremptória, a base material dos sindicatos e o papel disso na formação da consciência dos ativistas,

sob pena de perdurar a reprodução, por longos e longos anos, das práticas sindicais burocratizadas. De tal forma que corroboramos com Almeida (2007), quando afirma que:

Ou modificamos a situação dos nossos sindicatos, de forma adequá-los à nossa concepção de ação sindical, baseada na independência de classe, na luta como meio de transformação, na democracia e na soberania dos trabalhadores na base, ou o que vai acabar sendo modificado é a nossa concepção, em direção a uma concepção reformista, adequada a esta estrutura organizacional vigente. (ALMEIDA, 2007, p.67)

As conjunturas históricas impõem limites importantes, entretanto, aprendemos com o materialismo histórico dialético de Marx e Engels que as circunstâncias são produzidas pelos homens e mulheres e que, portanto, são transformadas por eles em sua práxis social.

A doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Daí que ela tenha de dividir a sociedade em duas partes – uma das quais fica elevada acima dela. A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformada só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionária. (MARX, 2002, p.108)

Existe, portanto, um longo caminho para o processo de mudança. As bases dessas transformações podem, e devem, ser construídas. Não existe “se” na história mas, provavelmente, se ao longo da década de 1970, militantes não tivessem direcionado grande ação dentro dos sindicatos docentes, criando circunstâncias, comando de greve, visita às escolas, fortalecimento das bases; formando quadros, combatendo a burocracia sindical docente, certamente os rumos do movimento docente seriam outros.

Ademais, o debate sobre a crise sindical não é novo. Conforme mostra Armando Boito (2005, p.293-294), desde os anos de 1970 se aborda a questão do

declínio, decadência e recuo do movimento sindical. Utilizam-se, como argumentos, a diminuição do número de filiados (no movimento sindical docente isso não ocorreu, pelo contrário, houve aumento do número de filiados), as novas tecnologias, flexibilização das relações de trabalho etc.

Concordamos que o movimento sindical, e especialmente os docentes, passou ao longo dos anos de 1990, um período difícil. Entretanto, observando alguns dados⁶⁶, nota-se que a partir do início do século XXI ocorre uma gestação de novos horizontes. O movimento mais geral deste processo é difícil de capturar junto à realidade, como os fatos embrionários também o são. Milton Santos (2001) explica que:

A gestação do novo, na história, dá-se frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante. É exatamente por isso que a “qualidade” do novo pode passar despercebida.(SANTOS, 2001, p.141)

A nosso ver, é preciso observar, com ressalva, a denominada crise ou decadência ou declínio do movimento sindical. É preciso entender as especificidades do sindicalismo docente. Existe, em algumas dissertações analisadas para este trabalho, uma transposição de análises do movimento sindical, ligado aos setores da indústria, que traz consigo os mesmos argumentos para explicar o sindicalismo docente. Não negamos que as condições históricas do capitalismo atual, em que o capital avança profundamente sobre os direitos dos trabalhadores, afeta a todos os sindicatos, porém, alguns argumentos só servem em parte para o sindicalismo do setor público e, especialmente, o sindicalismo docente.

⁶⁶ - Segundo dados apresentados por JULIÃO, FONTORA e GENTILI (2009, p. 37) a partir de números do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no texto: O SINDICALISMO DOCENTE E O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES(PT), publicado pela Fundação Konrad Adenauer, Políticas Sociais na América Latina(SOPLA), houve em 2004, 302 greves; em 2005, 299; no primeiro semestre de 2006, 193 e em 2007, 316 greves. Sendo que o funcionalismo público correspondeu a aproximadamente 59% do total de greves. Nota-se também que em 2005, das 138 greves, os professores e os trabalhadores realizaram 40.

De nossa parte, preferimos usar o termo recuo, que se apresenta de forma desigual e contraditória. No Brasil encontramos, em alguns estados, recuos; em outros, avanços. Esses elementos dependem de fatores conjunturais políticos, sociais e econômicos locais, mas também gerais. Partindo dessa premissa, entendemos que a crises (recuo) do movimento sindical docente pode ser superada. Entretanto, essa crise aponta para a necessidade de novos patamares de organização.

O SINPEEM engendra-se nesse processo que apresentamos. Acreditamos que o futuro dessa entidade, como instrumento de luta dos trabalhadores em educação do município de São Paulo, dependerá de sua capacidade de avaliar sua estrutura e funcionalidade mais do que qualquer outra coisa.

Os rios da história certamente, continuaram a correr, ora com turbulências, ora com águas calmas, que vão e vem vagarosamente. De forma que, precisamos refletir sobre as dificuldades pois, como ensina Gramsci(2005, p.108): Na realidade, não importa de onde se começa, as dificuldades tornam-se subitamente graves porque nunca se pensou concretamente nelas [...]. Propusemo-nos, nesta dissertação, a pensar o movimento sindical, por meio da trajetória do SINPEEM, e em contribuir com um debate que continua aberto.

FONTES

Entrevistas

Prof. Antônio Carlos Machado. Entrevista realizada pelo autor em 2010.

Prof. Edivaldo Santos Nascimento. Entrevista realizada pelo autor em 2010.

Prof.^a Joselina Maria Villares. Entrevista realizada pelo autor em 2010

Prof.^a Lurdes Quadros. Entrevista realizada pelo autor em 2010.

Prof.^a Maria Rita Cáceres. Entrevista realizada pelo autor em 2010.

Jornal

APEEEM em ação, julho de 1983.

APEEEM em ação, setembro de 1983.

APEEEM em ação, novembro de 1986.

APEOESP EM NOTÍCIAS, agosto de 1979.

APEOESP EM NOTÍCIAS: Boletim da campanha salarial 81/82 – março 1983.

Diário Oficial do Município de São Paulo, 03/01/1989.

Diário Oficial do Município de São Paulo, 25/11/1989.

Diário Popular de 20/08/1978.

Diário Popular de 24/04/1987.

Diário Popular de 18/02/1990.

Diário Popular de 12/03/1993.

Diário Popular de 27/06/1995.

Diário Popular de 25/11/1996.

Diário Popular de 07/02/2001.

Diário Popular de 08/02/2001.

Folha de São Paulo de 12/09/1989.

Folha de São Paulo de 13/09/1989.

Folha de São Paulo de 07/02/2001.

Jornal do SINPEEM, Agosto de 1999.

Jornal do SINPEEM, outubro de 2004.

Jornal do SINPEEM, julho de 2004.

Jornal da Tarde de 22/04/1987.

Jornal da Tarde de 24/04/1987.

Jornal da Tarde de 09/09/1996.

Jornal da Tarde de 15/11/2001.

O Estado de São Paulo de 10/09/1978.

O Estado de São Paulo de 01/05/1987.

O Estado de São Paulo de 27/04/2001.

* Muitos dos Jornais consultados não continham o número da página e a seção. Entretanto, os mesmos podem ser encontrados no Departamento de documentação e Informática Subdivisão de Documentação Jornalística da Câmara Municipal de São Paulo. Pastas A-171, A-174, B-401, B-290 e B-312.

Documento

- Boletim Informativo APEEEM, dezembro de 1980.
- Boletim Informativo APEEEM EM AÇÃO, junho de 1983.
- Boletim Informativo APEEEM EM AÇÃO, Abril de 1983.
- Carta aberta à população SINPEEM em 1995
- Dez meses da administração: O que mudou? Secretaria Municipal de educação 1989.
- Estatuto do SINPEEM, 2000
- INFORMATIVO ANUAL: APEEEM 80/81
- Nota explicativa sobre a proposta de Estatuto da APEEM 1980
- Secretaria Municipal de Educação: Ensino Municipal na Cidade de São Paulo.
- Secretaria Municipal de Educação: Plano de Ação, Maio de 1986.
- (1989-1991) Três anos de administração de governo democrático e popular. Prefeitura de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **O professor, a organização corporativa e a ação política, corporativa.** In: CATANI,D;MIRANDA, D,T; MENEZES, L.C. e FISCHMANN, R.(Orgs.) Universidade, Escola e Formação de Professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização.** São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e posição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Edusc, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo?.** 19º ed.,São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil.** São Paulo: Cortez. São Paulo, 1982.
- _____.(In)**Debate sobre a Reforma Sindical e Trabalhista.** . In: Instituto Latino-Americano de Estudos Socio-Econômico.(orgs) Os desafios do movimento sindical na atualidade. Cadernos de Debates 1. São Paulo: ILAESE, 2005.
- ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história.** São Paulo: Ed.Xamã, 2004.
- _____. (In) **Cinco observações sobre a crise da educação pública pra uma estratégia revolucionária.** . In: Instituto Latino-Americano de estudos sócio-econômicos.(orgs) Neoliberalismo e Crise da Educação Pública. Cadernos de Debate 2. São Paulo: ILAESE, 2005.
- BAUER, Carlos. **O despertar libertário.**V.I, São Paulo: Ed. Pulsar, 1994.
- _____. **Reflexões sobre o tempo e a história e a utopia no cotidiano escolar.** São Paulo: Ed. Pulsar, 2005.
- BITTAR, Marisa., FERREIRA Jr., Amaurílio. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar(1964-1985).** São Paulo: Ed. Pulsar, 2006.
- BOITO, Armando Jr. . **Sindicalismo de estado no Brasil.** Campinas: Unicamp, 1991.

- _____. **O sindicalismo na política brasileira.** Campinas: Unicamp, 2003.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990).** Ibiitinga, SP: Humanidades, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.**, 13ªed. São Paulo: Ática, 2004
- COSTA, Áurea. FERNANDES, Edgard Neto. SOUZA, Gilberto. **A proletarização do professor.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo.** Porto Alegre: Sulina, 1995.
- DOBBECK, Vera Lúcia Aparecida de Castro. **O Professor e a Categoria Profissional: A construção da consciência política.** Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 2000.
- ENGELS, Friedrich., MARX, Karl. **A ideologia alemã; Teses sobre Feuerbach** São Paulo: Ed. Centauro, 2002.
- _____. **Manifesto comunista.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- _____. **Sindicalismo.** São Paulo: Ed.Ched,1980.
- _____. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- ENGELS, Friedrich., MARX, Karl., LENIN, Vladimir., TROTSKY, Leon. **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.**-11ªed.- São Paulo: Edusp, 2003.
- FASSONI, Laurita Fernandes. **APEOESP – Oponente ou Proponente.** Um estudo sobre a contribuição do Sindicato dos Professores na constituição de uma Escola Pública de qualidade para a classe Trabalhadora. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1991.

- FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. In: CATANI, D; MIRANDA, D, T; MENEZES, L.C. e FISCHMANN, R. (Orgs.) Universidade, Escola e Formação de Professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- FERREIRA Jr., Amarílio. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1998.
- FIORILLO, Paulo Roberto. **A relação entre executivo e legislativo no governo petista de Marta Suplicy (2001-2004)**. Dissertação de mestrado em ciências sociais, PUC-SP, 2006.
- FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47^a., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da Razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, Pablo. (org) A Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 10^oed., São Paulo: Cortez, 2002
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. , 7^oed. São Paulo: Ática, 2003.
- _____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GENTILI, Pablo (orgs). **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**, 10.ed. São Paulo: Vozes
- GEROLOMO, Antonio Carlos. **Trabalhadores do Ensino e Sindicato: Uma relação de conflito. Os trabalhadores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo e a APEOESP de 1978 a 1987**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2007.
- GIANNOTTI, Vito; LOPES, Sebastião. **CUT, ontem e hoje**. Petrópolis: Vozes, 1992.

- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Poder, Política e Partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005
- GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Educação não-formal e cultura política**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____.(In)**Educação, trabalho e lutas sociais**. . In: GENTILI, Pablo., FRIGOTTO, Gaudêncio.(orgs.) *A Cidadania Negada*. 2ª. , São Paulo: Cortez, 2001.
- HOBBSBAW, Eric. **Mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JULIÁN, FONTORA e GENTILI. **Sindicatos Docentes e Reformas educacionais na América Latina**. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 2009.
- Kruppa, Sonia Maria Portella. **O Movimento de Professores em São Paulo. O Sindicalismo no Serviço Público. O Estado como Patrão**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1996.
- LÊNIN, Vladimir. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- _____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.
- LESSA, Sergio.,TONET,Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massa, partido e sindicatos**. São Paulo: Kaiós, 1979.
- MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MORENO, Nahuel. **O partido e a revolução**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

- NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: (1964-1985)**. São Paulo: Atual, 1998.
- NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- OLIVEIRA, Ledercy Gigante. **Estado Nota Zero: Análise do magistério público paulista**. Dissertação(Mestrado). São Carlos, UFSC, 1992.
- PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública. São Paulo: 3. ed., São Paulo: Xamã, 2000**
- PLEKHANOV, George. **O papel do indivíduo na história**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **O poder em São Paulo: história da administração da cidade, 1554-1992**. Co-edição da Prefeitura de São Paulo e Cortez Editora em 1992.
- PULS, Maurício. **O Malufismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. 4ª ed. ,São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SADI, Renato Sampaio. **Os condicionantes políticos da formação docente: o debate sobre o neoliberalismo no jornal do SINPEEM - Sindicato dos Profissionais da Educação Municipal**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1996.
- _____. **Projeto das direções sindicais da educação de São Paulo - SP**. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC – SP, 2001.
- SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SANTOS, Lia Mara Dib Ferreira. **Educação Infantil e Política nas Escolas Públicas do Município de São Paulo (1983-1991)**. Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 1991.
- SANTOS, Theotonio dos. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

- SAVIANI, D., LOMBARDI, J.C. & SANFELICE, J.L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores associados, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1988.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. -5ªed.-Rio de Janeiro: Record, 2001.
- THOMPSON, Paulo. **A voz do passado: história oral**. ,3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- TROTSKY,L. **A arte da insurreição**. São Paulo: Pulsar, 2000.
- TROTSKY, Leon. **Questões de modo de vida. A moral deles e a nossa**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- _____. **Escritos sobre sindicato**.São Paulo: Kaiós, 1979.
- _____. **Programa de transição**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007
- VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira-1964/1984**.-14ªed.- São Paulo, 1987
- VIANNA, Cláudia. **Os nós do “nós”**: Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.
- WELMOWICK, José. **Cidadania ou classe?** O movimento operário da década de 80. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- ZUCHETTO, Suzana Casella. **A educação no município de São Paulo e a formação dos educadores (1983-1997)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Site

http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ferreira_jr.pdf 02/09/2010 14h30min

www.sinpeem.com.br/materiais.php?cd_secao=11&codant 18/05/2010 9h

www.sinpeem.com.br 09/06/2010 23h32min

www.sinpeem.com.br 10/08/2010 11h

http://www.polis.org.br/obras/arquivo_117.pdf 13/07/2010 10h40min

www.Prefeitura.sp.gov.br 21/06/2010 13h45min

<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/186> 17/07/2010 22h50min